



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ANA TEREZA DUARTE LIMA DE BARROS

**REGIME POLÍTICO, CAPACIDADE ESTATAL E RESPOSTAS À PANDEMIA:
UMA ANÁLISE COMPARADA DE 167 PAÍSES ENTRE 2020 E 2022**

Recife

2025

ANA TEREZA DUARTE LIMA DE BARROS

**REGIME POLÍTICO, CAPACIDADE ESTATAL E RESPOSTAS À PANDEMIA:
UMA ANÁLISE COMPARADA DE 167 PAÍSES ENTRE 2020 E 2022**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto

Recife

2025

. Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Barros, Ana Tereza Duarte Lima de.

Regime político, capacidade estatal e respostas à pandemia:
uma análise comparada de 167 países entre 2020 e 2022 / Ana
Tereza Duarte Lima de Barros. - Recife, 2025.

143f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro
de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, 2025.

Orientação: Ernani Rodrigues de Carvalho Neto.

1. Covid-19; 2. Capacidade estatal; 3. Regime político; 4.
Resposta governamental. I. Carvalho Neto, Ernani Rodrigues de.
II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

ANA TEREZA DUARTE LIMA DE BARROS

REGIME POLÍTICO, CAPACIDADE ESTATAL E RESPOSTAS À PANDEMIA: Uma análise comparada de 167 países entre 2020 e 2022

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política. Área de Concentração: Democracia e Instituições.

Aprovada em: 16/10/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPE

Prof.ª Dr.ª Mariana Batista (Examinadora Titular Interna)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPE

Prof.ª Dr.ª Melina Guardamagna (Examinadora Titular Externa)
Universidade Nacional de Cuyo – UNCuyo (Argentina)

Prof.ª Dr.ª Kelly Soares (Examinadora Titular Externa)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof.ª Dr.ª Michelle Fernandez (Examinadora Titular Externa)
Universidade Nacional de Brasília – UNB

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria Tereza, e a Bráulio Machado, meu namorado, pelo apoio e incentivo cotidianos. Ao meu melhor amigo, Victor Milet, pela amizade de uma vida inteira e por escutar, com atenção e zelo, meus desabafos diários.

Ao professor Ernani Carvalho, meu orientador, por sempre ter confiado no potencial da minha tese e por me acalmar nos momentos em que achei que tudo estava perdido. Ao meu amigo e sempre professor José Mario Wanderley, pelo apoio na realização do pré-projeto de ingresso no doutorado. Assim como à Flavia Freidenberg, minha primeira professora de Ciência Política, ainda na graduação, quem foi minha ponte com a disciplina.

Também à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), pela bolsa de doutorado concedida e mantida ao longo destes últimos quatro anos. Aos colegas de doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pelo apoio mútuo ao longo dessa jornada, especialmente a Pedro Nascimento, que me confiou a missão de coeditar a coletânea *Ciência Política: uma proposta educativa*, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente.

À professora Mariana Llanos, por ter me aceitado e recebido com tanta generosidade no *German Institute for Global and Area Studies* (GIGA), durante o período de doutorado-sanduíche na Alemanha. À Luma Nascimento, pela paciência em me orientar em questões metodológicas fundamentais para esta tese.

Finalmente, à Moria Casán, cujos vídeos e memes foram essenciais para me fazer rir em momentos de ansiedade, e cuja amizade foi um dos grandes presentes que recebi durante os anos de doutorado.

RESUMO

Em que medida o regime político e a capacidade estatal explicam a variação, entre países, na intensidade das políticas adotadas e na transparência governamental durante a pandemia da Covid-19? Esta tese responde a essa pergunta por meio de uma análise comparativa quantitativa com dados de 167 países. O objetivo é investigar em que medida o regime político e as dimensões administrativa e coercitiva da capacidade estatal explicam a variação na intensidade das medidas adotadas e na transparência governamental. Para isso, o trabalho formula três hipóteses: (H1) quanto maior o nível democrático, maior a intensidade das políticas adotadas, e menor a opacidade dos dados governamentais divulgados; (H2) quanto maior a capacidade estatal, maior a intensidade das políticas públicas, e menor a opacidade dos dados governamentais divulgados; (H3) o efeito da capacidade estatal é atenuado em contextos democráticos. A pesquisa utiliza modelos de regressão linear com interação entre variáveis, empregando como variáveis dependentes a intensidade das políticas adotadas, medida pelo índice *Oxford Covid-19 Government Response Tracker* (OxCGRT), e a transparência governamental, medida pela diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes ajustadas por 100 mil habitantes. Os resultados indicam que a capacidade administrativa é o principal fator associado à intensidade das políticas contra a Covid-19, enquanto a democracia, isoladamente, não exerce influência significativa. Por outro lado, regimes democráticos tendem a apresentar menor subnotificação de mortes, sugerindo maior transparência. Interações estatisticamente significativas revelam que a capacidade estatal só produz efeitos positivos, tanto na intensidade quanto na transparência, quando combinada a altos níveis de democracia. Conclui-se que o regime político condiciona a efetividade das capacidades estatais em contextos de crise sanitária.

Palavras-chave: Covid-19; capacidade estatal; regime político; resposta governamental.

ABSTRACT

To what extent do political regimes and state capacity explain the variation between countries in the intensity of policies adopted and in government transparency during the COVID-19 pandemic? This thesis answers this question through a quantitative comparative analysis using data from 167 countries. The objective is to investigate the extent to which the political regime and the administrative and coercive dimensions of state capacity explain the variation in the intensity of the measures adopted and in government transparency. To this end, the study formulates three hypotheses: (H1) the higher the level of democracy, the greater the intensity of the policies adopted, and the lower the opacity of the data disclosed; (H2) the greater the state capacity, the greater the intensity of public policies, and the lower the opacity of the data disclosed; (H3) the effect of state capacity is attenuated in democratic contexts. The research employs linear regression models with interaction between variables, employing as dependent variables the intensity of the policies adopted, measured by the Oxford Covid-19 Government Response Tracker (OxCGRT) index, and government transparency, measured by the difference between official deaths and excess deaths adjusted per 100,000 inhabitants. The results indicate that administrative capacity is the main factor associated with the intensity of Covid-19 policies, while democracy, on its own, does not exert a significant effect. On the other hand, democratic regimes tend to show lower levels of underreporting, suggesting greater transparency. Statistically significant interactions reveal that state capacity only produces positive effects, both in terms of policy intensity and transparency, when combined with high levels of democracy. The conclusion is that the political regime conditions the effectiveness of state capacities in the context of a health crisis.

Keywords: Covid-19; state capacity; political regime; government response.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – MARCO TEÓRICO	14
1.1. Democracia e Intensidade das Políticas Governamentais durante a Pandemia	22
1.2. Capacidade Estatal e Intensidade das Políticas Governamentais durante a Pandemia ..	25
1.3. A Interação Estrutural entre Democracia e Capacidade Estatal nas Respostas Governamentais à Covid-19	33
CAPÍTULO 2 – ESTRATÉGIA EMPÍRICA	41
2.1. Técnica de estimação	42
2.2. Variáveis dependentes	43
2.2.1. Oxford COVID-19 Government Response Tracker.....	44
2.2.2. Transparência governamental (Subnotificação de Mortes por Covid-19 = Mortes oficiais - Excesso de Mortes)	51
2.3. Variáveis independentes	52
2.3.1. Regime Político – Democracia Eleitoral	53
2.3.2. Capacidade Administrativa	54
2.3.3. Capacidade Coercitiva.....	55
2.4. Variáveis de controle	57
2.4.1. Ideologia do Chefe do Executivo	57
2.4.2. Produto Interno Bruto per capita (e_gdppc do V-Dem).....	59
2.4.3. População (e_wb_pop do V-Dem)	60
2.4.4. População com Idade Acima de 65 Anos: porcentagem da população total com 65 anos ou mais (dados adquiridos no banco de dados do WHO (Mathieu et al. 2020.2). ...	60
2.5. Problemas de endogeneidade	61
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS	63
3.1. Indicador de capacidade estatal	63
3.2. Estatística descritiva	67

3.2.1. Opacidade informacional elevada: Bielorrússia e Rússia	72
3.2.2. Valor negativo na subnotificação: Seychelles.....	72
3.3. Correlações	74
CAPÍTULO 4 – REGIME POLÍTICO, CAPACIDADE ESTATAL E A INTENSIDADE DAS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS À PANDEMIA (OXCGR)	79
4.1. Resultados	79
4.1.1. Efeitos interativos sobre a intensidade das medidas adotadas (OxCGR)	84
4.1.2. Casos destoantes.....	91
4.1.3. Ideologia e acionamento seletivo da capacidade estatal	97
4.1.4. Efeitos institucionais na intensidade da resposta	98
4.1.5. Regime político como mediador da capacidade estatal	98
CAPÍTULO 5 – REGIME POLÍTICO, CAPACIDADE ESTATAL E TRANSPARÊNCIA/OPACIDADE GOVERNAMENTAL (SUBNOTIFICAÇÃO DE MORTES POR COVID-19)	101
5.1. Resultados	101
5.1.1. Efeitos interativos sobre a opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes)	105
5.1.2. Resultados dos efeitos interativos sobre a transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes)	110
5.2. Casos destoantes	111
5.2.1. Casos com opacidade informacional acima do previsto: Bielorrússia e Lituânia.	112
5.2.2. Casos com opacidade informacional abaixo do previsto: Cuba e China	115
CONCLUSÕES	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais pesquisas acadêmicas realizadas sobre a pandemia no âmbito internacional	15
Quadro 2 - Principais conceitos de capacidade estatal	26
Quadro 3 - Síntese das hipóteses e variáveis	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística descritiva dos indicadores de capacidade estatal incluídos no PCA	64
Tabela 2 - Matriz de correlação entre as variáveis de capacidade estatal incluídas no PCA ...	65
Tabela 3 - Teste de Kaiser-Meyer-Olklin (KMO).....	65
Tabela 4 - Variância total explicada das variáveis observadas	66
Tabela 5 - Estatística descritiva.....	67
Tabela 6 - Frequência da variável "ideologia do chefe do Executivo".....	70
Tabela 7 - Matriz de correlação.....	75
Tabela 8 - Efeitos da democracia e das capacidades administrativa e coercitiva do Estado na intensidade das medidas adotadas (OxCGRT)	80
Tabela 9 - Efeitos interativos da democracia e das capacidades administrativa e coercitiva do Estado na intensidade das medidas adotadas (OxCGRT)	84
Tabela 10 - Efeitos da democracia e das capacidades administrativa e coercitiva do Estado na transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes por Covid-19).....	102
Tabela 11 - Efeitos interativos da democracia e das capacidades administrativa e coercitiva do estado na transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes por Covid-19)	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dispersão dos componentes Scree Test	66
Gráfico 2 - Histogramas das variáveis principais	69
Gráfico 3 - Boxplots das variáveis principais.....	70
Gráfico 4 - Média de excesso de mortes (por 100 mil hab.) por ano	71
Gráfico 5 - Matriz de dispersão	76
Gráfico 6 - Efeito marginal da capacidade administrativa	82
Gráfico 7 - Efeito marginal da capacidade coercitiva	82
Gráfico 8 - Efeito interativo da capacidade administrativa e da democracia na intensidade das medidas adotadas (OxCGRT).....	86
Gráfico 9 - Efeito interativo da capacidade coercitiva e da democracia na intensidade das medidas adotadas (OxCGRT).....	88
Gráfico 10 - Casos destoantes dos modelos com efeitos interativos	92
Gráfico 11 - Efeito marginal da capacidade administrativa	104
Gráfico 12 - Efeito marginal da capacidade coercitiva	104
Gráfico 13 - Efeito interativo da capacidade administrativa e da democracia na transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes por Covid-19).....	108
Gráfico 14 - Efeito interativo da capacidade coercitiva da democracia na transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes por Covid-19).....	109
Gráfico 15 - Casos destoantes dos modelos com efeitos interativos	112

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 representou um teste institucional inédito para Estados de diferentes regimes políticos e capacidades. Frente à necessidade urgente de formular e implementar políticas públicas em larga escala, emergiu, com força renovada a pergunta sobre como instituições moldam o desempenho governamental em contextos de crise. Em que medida o regime político e a capacidade estatal explicam a variação encontrada, entre países, na intensidade das políticas adotadas e na transparência governamental durante a pandemia da Covid-19? Esta tese investiga de que maneira essas duas dimensões institucionais condicionaram as respostas estatais à crise sanitária global, considerando tanto a intensidade normativa das políticas públicas adotadas quanto a transparência e qualidade das informações oficiais sobre mortalidade.

A literatura anterior à pandemia sustenta que democracias liberais tendem a prover bens públicos com maior abrangência e equidade do que regimes autoritários, em virtude de incentivos institucionais à universalização dos serviços e à prestação de contas (Norris, 2012; Lake e Baum, 2001; Deacon, 2009). Essas vantagens sustentavam a expectativa de melhor desempenho em contextos de crise.

Contudo, a pandemia da Covid-19 desafiou essa percepção consolidada. Diante de um evento crítico inesperado, que atingiu simultaneamente Estados de diferentes regimes e níveis de desenvolvimento estatal, verificou-se que democracias enfrentaram obstáculos particulares. A necessidade de proteger direitos civis, os custos políticos associados à adoção de medidas restritivas e a fragmentação decisória em sistemas democráticos colocaram em questão a capacidade desses regimes de agir com a rapidez e intensidade exigidas pela emergência sanitária (Diamond, 2020; Gaskell e Stoker, 2020). Em países onde a democracia já estava sob ameaça antes da pandemia, como na Europa Central e Oriental, o estado de emergência acelerou a erosão democrática, embora com resultados variados. Enquanto a Hungria deslizou ainda mais para a autocracia, países como República Tcheca e Eslováquia mantiveram freios e contrapesos institucionais suficientemente resilientes (Afsahi et al., 2020).

Diante desse cenário, formula-se a hipótese de que democracias tendem a adotar políticas mais intensas normativamente e a fornecer informações mais transparentes sobre a mortalidade. Complementarmente, espera-se que Estados com maior capacidade administrativa e coercitiva adotem políticas mais intensas e sejam mais transparentes na divulgação de informações, independentemente do regime político. Por fim, propõe-se que, em democracias consolidadas, o efeito positivo da capacidade estatal sobre a intensidade das políticas de

combate à pandemia, assim como o efeito negativo sobre a opacidade dos dados governamentais divulgados, são atenuado por restrições normativas e custos políticos, especialmente no que tange ao uso da coerção.

Entre as inovações metodológicas adotadas, destaca-se a combinação de duas variáveis dependentes complementares: a intensidade normativa da resposta governamental, mensurada pelo índice do *Oxford COVID-19 Government Response Tracker* (OxCGRT), e a transparência dos dados oficiais divulgados sobre mortalidade durante a pandemia, cuja *proxy* é a diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes por 100 mil habitantes.

A tese propõe uma desagregação conceitual do conceito de capacidade estatal, diferenciando explicitamente entre suas dimensões administrativa e coercitiva. Em contraste com trabalhos anteriores, como o de Knutsen e Kolvani (2022), que operacionalizam empiricamente a capacidade estatal por meio de um indicador específico relacionado à imparcialidade da administração pública, esta tese constrói a dimensão administrativa de forma mais abrangente e robusta, combinando quatro indicadores distintos, dentre eles a administração pública imparcial, através da técnica de análise de componentes principais (Principal Component Analysis – PCA). Além disso, avança na operacionalização empírica ao incorporar uma segunda dimensão, a capacidade coercitiva, capturada por um indicador específico que mede a autoridade territorial e a capacidade efetiva do Estado em impor suas decisões. Com isso, a tese oferece uma concepção conceitualmente mais completa e metodologicamente mais rigorosa da capacidade estatal.

Defende-se que a intensidade normativa das políticas adotadas e a transparência informacional das respostas governamentais à pandemia da Covid-19 são determinadas pela combinação entre regime político e capacidade estatal. A capacidade estatal é indispensável para a formulação das políticas públicas, mas é a qualidade do regime democrático que potencializa a legitimidade institucional, a transparência e a adesão social necessárias para conferir maior credibilidade e aceitação às respostas governamentais. Em regimes autoritários, por outro lado, a capacidade estatal frequentemente assume um caráter coercitivo explícito, possibilitando impor o cumprimento formal das medidas restritivas por meio da força e do controle social, ainda que sem necessariamente garantir transparência informacional ou adesão social voluntária às políticas implementadas.

A análise empírica se apoia em dados de larga escala (*cross-country large-N*), abrangendo 167 países no período de 2020 a 2022, utilizando como variáveis principais o OxCGRT e a subnotificação de mortes por Covid-19. As duas dimensões são mobilizadas de

maneira complementar, permitindo uma avaliação mais precisa tanto da intensidade formal das ações governamentais quanto da transparência e qualidade das informações oficiais sobre mortalidade durante a pandemia.

A tese distribui-se em cinco capítulos, cuja sequência reflete uma lógica analítica cumulativa entre fundamentação teórica, delineamento metodológico e testes empíricos. O primeiro capítulo delimita o campo do debate ao revisar criticamente a literatura nacional e internacional sobre os efeitos institucionais da pandemia, evidenciando as lacunas no tratamento das interações entre regime político e capacidade estatal. No segundo capítulo, detalha-se a estratégia empírica adotada, com especial atenção à definição das variáveis dependentes, à construção dos indicadores de capacidade estatal, e à aplicação de modelos de regressão linear com e sem efeitos interativos.

O terceiro capítulo realiza uma exploração sistemática dos dados, apresentando padrões descritivos e correlações iniciais que antecipam tendências mais complexas identificadas nas etapas seguintes da análise. O quarto capítulo testa as hipóteses com base no *Oxford COVID-19 Government Response Tracker* (OxCGRT), examinando a influência isolada e combinada das variáveis institucionais sobre a intensidade das políticas públicas adotadas durante a pandemia. O quinto capítulo, por sua vez, reestima os modelos utilizando como variável dependente a diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes por 100 mil habitantes (subnotificação), permitindo avaliar o grau de distorção informacional nas respostas estatais e oferecendo uma perspectiva mais precisa sobre a qualidade institucional da governança durante a pandemia. Ao articular essas etapas, a tese propõe uma abordagem comparativa integrada, que considera tanto a capacidade de ação quanto a qualidade da informação produzida pelos Estados em situações de emergência.

Ao analisar comparativamente como instituições políticas moldaram a intensidade e a efetividade das respostas governamentais à Covid-19, este estudo contribui para a compreensão das condições institucionais que favorecem políticas públicas mais transparentes, responsivas e eficazes em contextos de emergência sanitária. Embora ancorada na pandemia, a análise oferece implicações mais amplas sobre os limites e as potencialidades da governança democrática diante de crises sistêmicas.

CAPÍTULO 1 – MARCO TEÓRICO

A pandemia da Covid-19 constituiu um evento crítico de magnitude global que desafiou as capacidades institucionais dos Estados nacionais de maneira inédita na história recente. Mais do que uma crise sanitária, a pandemia expôs, de forma simultânea e comparável entre países, as forças e fraquezas das estruturas políticas, administrativas e sociais que sustentam a ação governamental. Nesse contexto, compreender como fatores institucionais, como o regime político e a capacidade estatal, influenciaram a intensidade normativa das políticas públicas adotadas e a transparência das informações oficiais sobre a mortalidade tornou-se uma questão central para a Ciência Política e para o campo das políticas públicas.

Diferentemente de crises econômicas ou conflitos armados, cuja ocorrência e impacto costumam ser mais regionalizados ou setoriais, a Covid-19 impôs uma pressão sistêmica e universal, atingindo democracias consolidadas, autocracias tradicionais, Estados em transição e regimes híbridos. Essa característica sistêmica da pandemia fornece uma oportunidade analítica rara para avaliar, em larga escala, o papel das instituições políticas na formulação e formulação de políticas públicas em situação de emergência.

A pandemia não apenas pressionou os Estados a adotarem respostas rápidas e eficazes, mas também testou a resiliência das democracias, a eficácia das burocracias públicas e a capacidade de coordenação entre níveis de governo. Governos foram compelidos a equilibrar a necessidade de proteger a saúde pública com a preservação das liberdades civis, em um contexto de incerteza científica, pressões econômicas e polarização política acentuada. A natureza multidimensional da crise exigiu que Estados mobilizassem rapidamente seus recursos administrativos, suas capacidades coercitivas e sua legitimidade política para assegurar o cumprimento de medidas sanitárias, a coordenação de campanhas de vacinação, a comunicação pública eficaz e o suporte social emergencial.

Embora a produção nacional tenha avançado em diversas frentes, como comunicação política, federalismo e respostas subnacionais, nenhum estudo publicado até abril de 2022 respondeu à pergunta aqui proposta, tampouco utilizou abordagem comparativa e quantitativa em larga escala como esta pesquisa. A análise desenvolvida por Fernandez et al. (2022), da qual a autora desta tese participou, indica que, apesar da diversidade temática, a Ciência Política brasileira não investigou de forma sistemática os efeitos institucionais da pandemia com base em modelos empíricos estruturados sobre regime político e capacidade estatal.

A seleção dos principais estudos internacionais foi realizada por meio da busca por artigos acadêmicos em periódicos de alto impacto, incluindo alguns *preprints* altamente relevantes para o tema. Foram utilizadas bases de dados como Scielo, Redalyc e Google Scholar, além da ferramenta de inteligência artificial SciSpace, que auxilia na filtragem de artigos mais pertinentes a um determinado tema.

A busca foi conduzida em julho de 2024 e, após a aplicação dos critérios de filtragem para manter apenas os estudos mais alinhados à tese, chegou-se a um conjunto de 41 artigos, apresentados de forma estruturada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Principais pesquisas acadêmicas realizadas sobre a pandemia no âmbito internacional

Autores – Ano de publicação	Título	Pergunta de pesquisa	Discussão e Conclusões
José Antonio Cheibub, Ji Yeon Hong e Adam Przeworski (2020)	<i>Rights and Deaths: Government Reactions to the Pandemic</i>	Em quais estágios da disseminação da COVID os governos introduziram quatro medidas que, em graus variados, revogam os direitos liberais?	Onde os direitos estão enraizados, invadi-los é difícil. Quando a ameaça de morte se tornou suficientemente severa, muitas democracias recorreram às mesmas medidas que as autocracias. Ainda assim, as reações das democracias foram altamente heterogêneas e não foi possível explicar essa heterogeneidade.
Moshe Maor e Michael Howlett (2020)	<i>Explaining Variations in State Covid-19 responses: psychological, institutional, and strategic factors in governance and public policymaking</i>	Como a combinação de fatores psicológicos, institucionais e estratégicos ajuda a explicar as escolhas governamentais na luta contra a Covid-19?	A percepção e o comportamento da população, a capacidade e a estrutura dos sistemas públicos de saúde, e o momento e a natureza das decisões tomadas pelos governos foram cruciais para a gestão da Covid-19.
Nihit Goyal e Michael Howlett (2021)	<i>“Measuring the Mix” of Policy Responses to Covid-19: Comparative Policy Analysis Using Topic Modelling</i>	Qual é a variação nas respostas políticas na fase inicial da Covid-19?	O <i>topic modelling</i> revelou que a intensidade do mix de políticas para a crise pode ser amplamente classificada em 16 respostas principais.
Andrea Migone (2020)	<i>The Influence of National Policy Characteristics on Covid-19 Containment Policies: A Comparative Analysis</i>	Como as abordagens governamentais proativas influenciam as taxas de infecção pela Covid-19, em relação às abordagens reativas?	Países que agiram cedo e proativamente se saíram melhor. Isso parece se manter independentemente de quão rigorosas foram as políticas finais: Austrália, Japão e Coreia do Sul miraram cedo na disseminação da doença e, em geral, o <i>Stringency Index</i> foi relativamente baixo.

Gillberto Capano et al. (2020)	<i>Mobilizing Policy (In)Capacity to Fight Covid-19: Understanding Variations in State Responses</i>	Quais seriam as características de uma resposta nacional padrão à pandemia?	As respostas nacionais à pandemia foram moldadas pela oportunidade e capacidade que cada governo teve de aprender com pandemias anteriores e sua capacidade de operacionalizar e construir apoio político.
Chinglen Laishram e Pawan Kumar (2021)	<i>Democracies or Authoritarians? Regime Differences in the Efficacy of Handling Covid-19 in 158 Countries</i>	Democracia ou autoritarismo? Qual regime político administraria melhor uma pandemia?	As mortes foram significativamente maiores em regimes localizados nos estratos superiores do <i>Economist Intelligence Unit's Democracy Index</i> , ou seja, regimes de democracia plena e regimes de democracia falha.
Linda Weiss (2021)	<i>Explaining divergent National Responses to Covid-19: An Enhanced State Capacity Framework</i>	Por que reformas neoliberais tiveram resultados diferentes no combate à pandemia?	É introduzida uma nova categoria – capacidade salutar – para encapsular a capacidade de um estado de corrigir e neutralizar o curso de uma emergência nacional de saúde. É introduzida a ideia de escolha política para enfatizar a importância da agência na compensação das fraquezas institucionais associadas à reforma neoliberal.
Guillhem Cassan e Millan Van Steenvoort (2021)	<i>Political Regime and Covid-19 Death Rate: Efficient, Blasing or Simply Different Autocracies? An Econometric Analysis</i>	As autocracias são mesmo mais eficientes na contenção de um vírus como a Covid-19?	Uma vez que características pré-determinadas dos países são contabilizadas, as taxas de mortalidade por Covid-19 se igualam entre os regimes políticos durante os primeiros meses da pandemia, mas permanecem amplamente diferentes um ano após o início da pandemia (viés de variável omitida).
Ryan P. Badman et al. (2021)	<i>Blessing or Curse of Democracy? Current Evidence from the Covid-19 Pandemic</i>	Há relação entre regime político e resultados de saúde pública?	Potencial subnotificação significativa de mortes por Covid-19 por governos autoritários ou com alta fragilidade estatal e variação geográfica substancial entre países e regiões em relação aos índices padrão de democracia.
Antun Mardiyanta e Calvin Nathan Wijaya (2022)	<i>Policy Capacity during Covid-19 in Asia: A Systematic Literature Review</i>	De que tratam as descobertas dos principais estudos que exploram a aplicação da capacidade política para implementar o tratamento da Covid-19, na Ásia?	As descobertas dos estudos estão predominantemente ligadas à capacidade operacional. Outros estão relacionados à capacidade política e analítica.
Gabriel Cepaluni et al. (2020)	<i>Political Regimes and Deaths in the Early Stages of the Covid-19 Pandemic</i>	Qual a ligação entre instituições políticas e mortes durante os primeiros 100 dias da pandemia de Covid-19	As respostas em democracias foram menos efetivas na redução de mortes nos estágios iniciais da crise, o que sugere que podem ter uma desvantagem em responder rapidamente a pandemias.

Jun Jie Woo (2020)	<i>Pandemic, Politics and Pandemonium: Political Capacity and Singapore's Response to the Covid-19 Crisis</i>	Quais capacidades políticas foram mobilizadas pelo governo de Cingapura para manter a ordem social e garantir a conformidade pública com suas medidas contra a Covid-19?	Os esforços de resposta à Covid-19 de Singapura alcançaram um equilíbrio entre coerção e legitimidade para garantir a conformidade pública, bem como construir confiança e legitimidade políticas.
Li Sheng (2022)	<i>Comparison Between Authoritarian and Democratic Countries in the Pandemic Era (Cap.)</i>	Quais as vantagens e as desvantagens de autoritarismos e democracias no contexto pandêmico?	Os países democráticos se beneficiam da transparência e da confiança pública, o que pode levar a uma melhor conformidade com as medidas de saúde. No entanto, o processo de tomada de decisão pode ser mais lento devido à necessidade de consenso e debate
Dimiter Toshkov, Brendan Carroll e Kutsal Yesilkagit (2021)	<i>Government Capacity, Societal Trust or Party Preferences: What Accounts for the Variety of National Policy Responses to the Covid-19 Pandemic in Europe?</i>	O que explica a variedade de respostas políticas nacionais à pandemia da Covid-19 na Europa?	Países mais centralizados e com menor eficácia governamental, liberdade e confiança social, mas com ministérios de saúde separados e ministros de saúde com formação médica, agiram mais rápido e de forma mais decisiva. Além disso, governos mais autoritários e de direita responderam mais rápido.
Yixin Mao (2021)	<i>Political Institutions, State Capacity, and Crisis Management: A Comparison of China and South Korea</i>	Como as instituições políticas influenciam a gestão de crises?	O principal problema da gestão de crises é a fraca capacidade coercitiva.
Hocheol Lee et al. (2020)	<i>Government Response to Covid-19 Using Stringency Index Among 151 Countries and Six Regions</i>	Quais as variáveis nacionais que afetam as respostas governamentais à pandemia?	Entre os indicadores nacionais, a educação foi identificada como o indicador nacional com maior efeito na resposta dos governos à Covid-19.
Janusz Sobieraj e Dominik Metelski (2020)	<i>Governments' Responses to COVI-19 and the Implications of the Governance and Control of the Pandemic</i>	Quais as diferenças estruturais, na gestão da pandemia, a nível nacional?	Apenas restrições a reuniões, fechamento do transporte público, controles a viagens internacionais e <i>contact-tracing</i> mostram associação negativa com o número de novos casos confirmados de Covid-19.
Yan Ma et al. (2021)	<i>The Relationship Between Time to a High Covid-19 Response Level and Timing of Peak Daily Incidence: An Analysis of Governments' Stringency Index from 148 Countries</i>	Qual a relação entre o nível de resposta, o tempo de resposta e a trajetória da epidemia?	O início precoce de uma resposta de alto nível está associado à chegada antecipada do pico de novos casos diários, o que ajuda a reduzir os atrasos no achatamento da curva.
Carolyn Chisadza, Matthew Clance e Rangan Gupta (2021)	<i>Government Effectiveness and the Covid-19 Pandemic</i>	Qual foi a eficácia das respostas governamentais em	Intervenções menos rigorosas aumentam o número de mortes, enquanto respostas mais severas à

		relação ao número de mortes?	pandemia podem reduzir as fatalidades.
Wei-Ting Yen et al. (2022)	<i>The Imperative of State Capacity in Public Health Crisis: Asia's Early Covid-19 Policy Responses</i>	Como a capacidade do Estado afeta o momento e a configuração das respostas políticas dos governos à Covid-19?	Estados mais capazes (Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan) iniciaram uma resposta à crise mais rapidamente, mobilizaram recursos nacionais de forma mais ampla e utilizaram diversas ferramentas políticas quando o nível de risco do vírus ainda era baixo.
Balzhan Serikbayeva, Kanat Abdula e Yessengali Oskenbayev (2021)	<i>State Capacity in Responding to Covid-19</i>	Qual a relação entre capacidade estatal e mortes por Covid-19?	Nos modelos que controlam a eficácia do governo e as políticas de testes e requisitos de permanência em casa, os países não livres têm maior probabilidade de ter níveis de mortalidade mais baixos do que os países livres.
Gökhan Karabulut et al. (2021)	<i>Democracy and Covid-19 Outcomes</i>	Os regimes autoritários se saem melhor em uma pandemia?	Embora as taxas de infecção pareçam ser maiores nos países mais democráticos, as taxas de mortalidade observadas são menores. Censura e infecção se relacionam positivamente.
Stefano Maria Iacus et al. (2022)	<i>Compliance with Restrictive Measures During the Covid-19 Pandemic in Europe: Does Political Partisanship Influence Behavioral Responses?</i>	Qual é a relação entre as porcentagens de voto e a mobilidade em seis países europeus ao longo de um longo período de tempo?	Embora as porcentagens de votos estejam ocasionalmente relacionadas a variações na mobilidade dentro de cada país, não há um padrão sistemático de diminuição ou aumento na mobilidade.
Yuval Arbel, Amichai Kerner e Myriam Kerner (2022)	<i>Can the Regime Type (Democracy versus Autocracy) Explain the Covid-19 Recovery Rates?</i>	Qual a relação entre democracia e saúde no contexto da pandemia?	Com base em 169 países, para os quais há informações disponíveis, as descobertas sugerem melhores perspectivas de recuperação da Covid-19 em países mais "autocráticos".
German Petersen (2020)	<i>Democracy, Authoritarianism, and Covid-19 Pandemic Management: The Case of SARS-CoV-2 Testing</i>	As democracias respondem melhor que as ditaduras a situações catastróficas?	Analizando dados de 85 países, quanto mais democrático um país é, não necessariamente mais testes de Covid-19 ele realiza.
Scott L. Greer et al. (2020)	<i>The Comparative Politics of Covid-19: The Need to Understand Government Responses</i>	Quais variáveis independentes seriam as melhores para que se possa compreender as respostas governamentais à Covid-19?	Políticas sociais para gestão de crises e recuperação, tipo de regime, instituições políticas formais (federalismo, presidencialismo) e capacidade do Estado.
Matthew M. Kavanagh e Renu Singh (2020)	<i>Democracy, Capacity, and Coercion in Pandemic Response: Covid-19 in</i>	Por que os países que eram considerados altamente preparados para uma pandemia falharam em responder	Regimes autoritários puderam implementar medidas mais rígidas, mais rapidamente, porém isso nem sempre se traduziu em melhores resultados.

	<i>Comparative Political Perspective</i>	de forma eficaz à Covid-19?	
Gabriel Hoh Tek Ling et al. (2021)	<i>Factors Influencing Asia-Pacific Countries' Success Level in Curbing Covid-19: A Review Using a Social-Ecological System (SES) Framework</i>	Como fatores sociais, físicos e de governança afetaram o nível de sucesso, de sete países da Ásia-Pacífico, no combate à Covid-19?	Ter um alto número de atributos presentes no sistema socioecológico nem sempre significa uma panaceia para a pandemia; no entanto, seria prejudicial para um país se ele carecesse deles severamente
Juan Dempere (2021)	<i>A Recipe to Control the First Wave of Covid-19: More or Less Democracy?</i>	Quais são os fatores de sucesso dos governos nacionais para controlar a primeira onda da Covid-19?	Os países mais democráticos aplicaram as restrições sociais mais brandas medidas pelo <i>Stringency Index</i> , e sofreram um impacto pandêmico mais severo (maiores médias diárias de casos e mortes).
Lan Yao et al. (2022)	<i>Mortality in Four Waves of Covid-19 Is Differently Associated with Healthcare Capacities Affected by Economic Disparities</i>	Como as taxas de mortalidade durante as 4 ondas da pandemia de Covid-19 estão associadas às capacidades de saúde e às disparidades econômicas?	Conclusões obtidas da 1ª onda podem não ser aplicáveis às seguintes.
John D. Reiersen, Manuel Homero-Hernández e Romén Adán-González (2022)	<i>Government Reactions, Citizens' Responses, and Covid-19 Around the World</i>	Qual é a relação entre diferentes dimensões da qualidade do sistema político e o resultado da pandemia da Covid-19?	A alta qualidade do processo eleitoral está associada a mais mortes por Covid-19, enquanto uma boa cultura política a menos. A confiança no governo e as experiências com pandemias no passado estão negativamente relacionadas às mortes.
Lan Yao et al. (2022)	<i>Variations of Covid-19 Mortality are Affected by Economic Disparities Across Countries</i>	Como as disparidades econômicas em diferentes países afetam as taxas de mortalidade por Covid-19?	Em países de alta renda, as taxas de mortalidade durante a 2ª e 3ª ondas de Covid-19 foram menores do que aquelas durante a 1ª onda. Já nos de renda média e baixa ocorreu o oposto.
Lan Yao et al. (2021)	<i>Democracy and Case Fatality Rate of Covid-19 at Early Stage of Pandemic: A Multicountry Study</i>	Como a democracia e outros fatores influenciaram a taxa de mortalidade durante a pandemia?	Um índice de democracia mais alto está associado a mais mortes por Covid-19 no estágio inicial da pandemia, possivelmente devido à menor capacidade do governo.
Monica Violeta Achim et al. (2021)	<i>Democracy and the Covid-19 Pandemic. A Cross-country Perspective within Cultural Context</i>	Como a democracia afeta a disseminação da Covid-19 em países de alta e baixa renda?	Em países de alta renda, mais democracia está associado a mais mortes. Já em países de baixa renda, mais democracia está associado a menos mortes.
Carl Henrik Knutsen e Palina Kolvani (2022)	<i>Fighting the Disease or Manipulating the Data? Democracy, State Capacity, and the Covid-19 Pandemic</i>	Como a democracia e a capacidade estatal interagem para influenciar os resultados da Covid-19?	Democracias com alta capacidade estatal conseguem implementar políticas mais eficazes de combate à Covid-19.

Patrick Barrett e Jacques Poot (2023)	<i>Islands, remoteness and effective policy making: Aotearoa New Zealand during the Covid-19 Pandemic</i>	Qual a importância das intervenções públicas na Nova Zelândia durante a pandemia, em comparação com os efeitos mitigadores das características geográficas do país?	Na Nova Zelândia, a baixa densidade populacional, afastamento, e a falta de fronteiras terrestres contribuíram significativamente para o seu bom manejo da pandemia.
Rahel Freiburghaus et al. (2023)	<i>Kinder, Gentler – and Crisis-proof? Consensus Democracy, Inclusive Institutions and Covid-19 Pandemic</i>	Quais padrões de democracia apresentam melhor desempenho?	As democracias consensuais tiveram menores taxas de mortalidade excessiva durante a pandemia, em comparação com as democracias majoritárias.
Uwe Wagschal (2022)	<i>The Influence of Democracy, Governance and Government Policies on the Covid-19 Pandemic Mortality</i>	Por que alguns países tiveram maiores taxas de mortalidade que outros, durante a pandemia?	Os fatores mais importantes são as estruturas de governança de um país, o nível de incidência do coronavírus, a carga de pacientes de alto risco do país e seu sistema de saúde.
Vageesh Jain et al. (2022)	<i>Association Between Democratic Governance and Excess Mortality During the Covid-19 Pandemic: An Observational Study</i>	Há relação entre governança democrática e excesso de mortes por Covid-19?	A governança democrática pode ter desempenhado um papel importante na mitigação do impacto geral da Covid-19 na saúde em todos os países.
Nicholas Charron, Victor Lapuente e Andrés Rodríguez-Pose (2022)	<i>Uncooperative Society, Uncooperative Politics or Both? Trust, Polarization, Populism and Covid-19 Death Across European Regions</i>	Por que algumas regiões da Europa tiveram melhor desempenho que outras na luta contra a Covid-19?	Regiões com baixos níveis de confiança social e política, assim como as com significante polarização em relação à confiança institucional, tiveram mais mortes em excesso. Regiões governadas por líderes populistas de direta também.
Chinchih Chen, Carl Benedikt Frey e Giorgio Presidente (2023)	<i>Disease and Democracy: Political Regimes and Countries Responsiveness</i>	Ditaduras foram mais eficazes em controlar a circulação de pessoas e reduzir a disseminação da Covid-19?	Os regimes autocráticos de fato impuseram bloqueios mais rigorosos e confiaram mais no <i>contact-tracing</i> , porém a obediência às medidas foi maior nas democracias.

Fonte: Elaboração própria.

A partir do quadro acima, observa-se que, no cenário internacional, diversos estudos associaram a Covid-19 a variáveis institucionais típicas da Ciência Política. No entanto, embora alguns tenham se aproximado da abordagem desta tese, nenhum utilizou exatamente o mesmo desenho de pesquisa.

Pesquisas como as de Cheibub, Hong e Przeworski (2020), Migone (2020), Ma et al. (2021), Cepaluni et al. (2021), Dempere (2021) e Yao et al. (2022) analisaram a velocidade de resposta à pandemia entre países. Outros estudos, incluindo os de Mardiyanta e Wijaya (2022),

Woo (2020), Toshkov, Carroll e Yesilkagit (2021), Mao (2021), Yen et al. (2022), Iacus et al. (2022), Ling et al. (2021), Barret e Poot (2023) e Charron, Lapuente e Rodríguez-Pose (2022), concentraram-se nas respostas à Covid-19 em regiões ou países específicos.

Além disso, pesquisas como as de Yao et al. (2022) e Achim et al. (2022) investigaram a relação entre a renda dos países e as taxas de mortalidade, enquanto Freiburghaus et al. (2023) analisaram o desempenho das democracias consensuais e majoritárias durante a pandemia. Outros trabalhos buscaram explicar as diferentes respostas à Covid-19 utilizando variáveis distintas das adotadas nesta tese, como nos estudos de Moshe e Howlett (2020), Capano et al. (2020), Weis e Thurbon (2021), Lee et al. (2020), Sobieraj e Metelski (2020), Reiersen, Homero-Hernández e Adán-González (2022) e Yao (2021).

No total, 18 artigos se aproximaram mais da questão de pesquisa aqui abordada, discutindo a influência do regime político e da capacidade estatal na gestão da pandemia. Esses estudos analisaram como variações nos sistemas políticos impactaram a taxa de mortalidade e o número de casos de Covid-19. De modo geral, apontaram que países democráticos apresentaram taxas de mortalidade superiores às autocracias, contrariando a percepção convencional de que democracias oferecem melhores serviços de saúde. Uma hipótese levantada foi a de que governos democráticos poderiam ter respostas menos eficazes em crises sanitárias devido a processos de tomada de decisão mais lentos, como sugerido pelo *Oxford Stringency Index* (Wagshal, 2022). Outros estudos destacaram que a transparência e a agilidade de certos regimes autoritários poderiam resultar em melhores desfechos em saúde pública (Laishram e Kumar, 2021; Arbel, Kerner e Kerner, 2022; Karabulut et al., 2021).

Entretanto, há divergências nas explicações apresentadas. Alguns autores apontaram que a manipulação de dados em regimes autoritários poderia distorcer as estatísticas oficiais, o que influenciaria as taxas de mortalidade observadas ("viés de autocracia") (Badman et al., 2021). Outros sugeriram que diferenças demográficas não consideradas poderiam explicar a variação nas taxas de mortalidade entre diferentes regimes políticos (Cassan e Van Steenvort, 2021).

A questão do sub-relato de óbitos também foi abordada de maneiras distintas. Enquanto alguns argumentaram que a falta de transparência em regimes autoritários favorece a subnotificação (Cassan e Van Steenvort, 2021), outros ressaltaram que a efetividade das ações governamentais dependeria de fatores como a proporção da população em grupos de risco e a estrutura dos sistemas de saúde (Wagshal, 2022; Chisadza, Clance e Gupta, 2021).

Dentre os artigos analisados, o que mais se aproximou do desenho de pesquisa desta tese foi o de Knutsen e Kolvani (2022). Assim como aqui, esse estudo considerou a interação entre regime político e capacidade estatal. No entanto, há diferenças metodológicas importantes: enquanto esta tese adota como variável dependente tanto o índice *Oxford Covid-19 Government Response Tracker* (OxCGRT), quanto a diferença entre o número oficial de mortes e o número de mortes em excesso, Knutsen e Kolvani (2022) utilizaram apenas a segunda variável. Além disso, consideraram como medida de capacidade estatal apenas o índice de administração pública imparcial do V-Dem, enquanto aqui se utiliza uma análise de componentes principais baseada em quatro indicadores: acesso a empregos públicos, acesso a negócios públicos, administração pública imparcial e decisões da administração pública. Essa abordagem permite uma mensuração mais abrangente da capacidade estatal.

Em síntese, os estudos existentes exploraram diferentes conexões entre regime político, capacidade estatal e gestão da pandemia, mas com variações nos fatores explicativos e nos métodos empregados. Nenhum deles, contudo, utilizou o mesmo desenho de pesquisa desta tese. Aqui, além de uma base de dados mais completa devido ao maior tempo transcorrido desde o auge da pandemia, a principal inovação reside na comparação entre a intensidade das medidas adotadas e a transparência governamental. Outra contribuição fundamental é a desagregação do conceito de capacidade estatal, que, além de considerar a administração pública imparcial, também inclui a capacidade coercitiva. Esse conceito ampliado é essencial para responder à pergunta de pesquisa, especialmente ao analisar casos como a China, onde a alta capacidade de coerção desempenhou um papel central na resposta à crise sanitária.

1.1. Democracia e Intensidade das Políticas Governamentais durante a Pandemia

Desde o início da pandemia, cientistas políticos têm demonstrado interesse em estudar a relação entre regimes políticos e a resposta governamental à Covid-19. A pandemia constituiu um desafio à governança democrática (Diamond, 2020). No entanto, diferenças na qualidade e estilo de governança podem resultar em distintos níveis de eficiência no gerenciamento de crises sanitárias (Gaskell e Stoker, 2020). A Covid-19 foi particularmente instrumentalizada para expandir o Poder Executivo em democracias já fragilizadas, com a Hungria adotando um estado de emergência ilimitado e a Polônia aproveitando a crise para forçar legislação controversa sobre direitos reprodutivos, demonstrando como a pandemia forneceu cobertura para acelerar a erosão democrática onde ela já estava em curso (Afsahi et al., 2020).

Embora regimes autoritários possuam capacidade para decisões rápidas, frequentemente enfrentam problemas relacionados à baixa legitimidade social das políticas adotadas e à manipulação das informações, prejudicando a eficácia das respostas públicas (Knutsen e Kolvani, 2022). As pesquisas sobre a relação entre democracia e mortes por Covid-19 produziram resultados mistos. Alguns estudos sugerem que os regimes autoritários podem ter uma vantagem no controle da pandemia (Zhao e Dilip, 2020), enquanto outros não encontram diferença significativa após o controle da transparência dos dados (Annaka, 2021).

O nível de democracia e liberdade de expressão em um país foi associado a um maior número de casos e mortes por Covid-19 relatados, possivelmente devido a relatórios mais precisos em nações democráticas (Hussein et al., 2021). No entanto, a interação entre democracia e capacidade estatal é crucial, com democracias de alta capacidade registrando menos mortes reais por Covid-19 em comparação com autocracias (Knutsen e Kolvani, 2022).

As autocracias tendem a subnotificar as mortes, levando a um número de mortes oficiais aparentemente menor (Knutsen e Kolvani, 2022). Justamente por isso, é importante evitar generalizações essencialistas. Embora a manipulação informacional seja mais provável em contextos autoritários, regimes não democráticos apresentam variações significativas quanto à capacidade e à disposição de produzir dados confiáveis. Casos como China e Singapura ilustram que algumas autocracias, especialmente aquelas com alto grau de burocratização e centralização administrativa, podem manter sistemas informacionais robustos, ainda que seletivamente acessíveis, para fins de planejamento e controle estatal (Mao, 2021; Woo, 2020, p. 301).

A ideia de que regimes autoritários, como o cubano, oferecem bons níveis de educação e saúde não possui respaldo empírico consistente. Embora líderes autoritários possam investir nessas áreas, seus gastos geralmente são inferiores à média observada em países democráticos. Isso ocorre devido à tendência de regimes autoritários concentrarem investimentos em grupos politicamente influentes, enquanto democracias possuem incentivos institucionais para atender a uma parcela maior da população (Deacon, 2009, p. 242).

Mesmo nos casos em que os investimentos autoritários em educação e saúde são altos em termos absolutos, esses regimes tendem a destinar esses recursos para objetivos diferentes daqueles observados em democracias (Lake e Baum, 2001; Mesquita et al., 2003). Por exemplo, governos totalitários investem mais recursos em educação pública não para expandir oportunidades educacionais, mas para reduzir a oposição política através da doutrinação, controlando as informações que os cidadãos recebem e predispondo os estudantes a apoiar certas transferências de riqueza (Lott, 1999, p. S129).

Estados autocráticos, por centralizarem o poder político e econômico, tendem a restringir a produção e distribuição de serviços públicos. Democracias liberais, em contrapartida, têm maior probabilidade de fornecer bens e serviços mais próximos do “ótimo social” (Lake e Baum, 2001, p. 599). No método democrático com sufrágio universal e regra da maioria, o eleitor com renda mediana é decisivo na escolha da taxa de tributação, e como a distribuição de renda é tipicamente assimétrica para a direita, com a renda média acima da mediana, isso cria um incentivo para redistribuição financiada por impostos sobre as rendas mais altas (Meltzer e Richard, 1981, p. 916, 920).

“Democracias burocráticas superam consistentemente outros regimes no desenvolvimento humano” e na distribuição de recursos econômicos, ressaltando a ligação entre igualdade econômica e liberdades civis (Norris, 2012, p. 188, 190). Adicionalmente, mecanismos de *accountability* vertical (responsabilidade direta perante os cidadãos via eleições) e horizontal (controle entre instituições públicas) (O'Donnell, 1998, p. 28-29, 40), permitem que democracias identifiquem e corrijam rapidamente problemas em políticas públicas, facilitando respostas eficazes durante crises.

No entanto, apesar dessas vantagens institucionais, democracias também enfrentam importantes limitações, especialmente em contextos de polarização ou fragmentação partidária significativa. Esses fatores criam oportunidades para líderes populistas mobilizarem amplo apoio público através de estratégias polarizadoras, que podem ser utilizadas para alterar as regras do jogo político e enfraquecer instituições democráticas (Levitsky e Way, 2020, p. 61-62). Esses conflitos podem atrasar ou enfraquecer respostas emergenciais, prejudicando a eficácia das políticas adotadas. Além disso, grupos de interesse organizados podem exercer influência sobre políticas públicas, frequentemente ignorando custos sociais mais amplos e prejudicando respostas em situações críticas (Olson, 1982).

Apesar disso, vantagens institucionais como transparência e *accountability* tendem a prevalecer sobre essas limitações, permitindo que democracias mobilizem apoio social rapidamente, especialmente com o suporte de burocracias institucionalizadas, resultando em maior intensidade normativa das políticas públicas e melhor transparência informacional durante crises sanitárias. Democracias também tendem a embasar suas decisões em evidências científicas, devido à exigência institucional de transparência e justificação pública. Inicialmente, enfrentaram dificuldades na contenção da pandemia devido à necessidade de preservar liberdades individuais, limitando a adoção imediata de medidas restritivas. No entanto, respostas democráticas tornam-se mais eficazes ao longo do tempo, devido à maior

legitimidade social e adesão voluntária a políticas menos coercitivas (Cepaluni, Dorsch e Branyiczki, 2020).

Além disso, Burocracias caracterizadas por recrutamento meritocrático e carreiras previsíveis e recompensadoras estão associadas a maiores taxas de crescimento econômico (Evans e Rauch, 1999, p. 748). Fatores políticos e institucionais afetam significativamente a provisão de serviços públicos (Batley, McCourt e McLoughlin, 2012; Borge, Falch e Tovmo, 2008; Saha, 2011).

Países democráticos como Coreia do Sul e Taiwan apresentaram respostas eficazes devido à capacidade administrativa e extrativa, possibilitando mobilização rápida de recursos nacionais e adoção diversificada de ferramentas políticas desde o início da pandemia (Yen et al., 2022). Especificamente, a Coreia do Sul combinou transparência informacional, coordenação intergovernamental e parcerias público-privadas, fortalecendo a adesão voluntária às medidas sanitárias e compensando sua capacidade coercitiva limitada (Mao, 2021).

O conceito de democracia utilizado nesta tese é a clássica poliarquia de Robert Dahl (1997), devido à clareza proporcionada pelos critérios objetivos do autor que, ainda que mínimos, incluem eleições competitivas, participação popular e liberdades civis e políticas. A definição de Dahl facilita estudos comparativos, como é o caso deste. A escolha por esse conceito minimalista será operacionalizada, na análise empírica, por meio do índice de Democracia Eleitoral do projeto V-Dem, cuja construção metodológica será apresentada no capítulo seguinte.

Considerando-se esses aspectos institucionais e empíricos, formula-se a hipótese de que democracias tendem a adotar respostas institucionais mais robustas em crises sanitárias, em função de suas vantagens institucionais, como mecanismos de *accountability*, maior transparência informacional e maior adesão voluntária às políticas públicas. Assim, espera-se que, quanto maior o nível democrático de um país, maior será a intensidade normativa das políticas adotadas em combate à Covid-19, e menor será a opacidade dos dados governamentais divulgados.

1.2. Capacidade Estatal e Intensidade das Políticas Governamentais durante a Pandemia

As múltiplas definições existentes na literatura refletem abordagens distintas quanto às funções do Estado e às formas de exercício da autoridade. O Quadro 2, a seguir, sintetiza as principais contribuições conceituais sobre capacidade estatal:

Quadro 2 - Principais conceitos de capacidade estatal

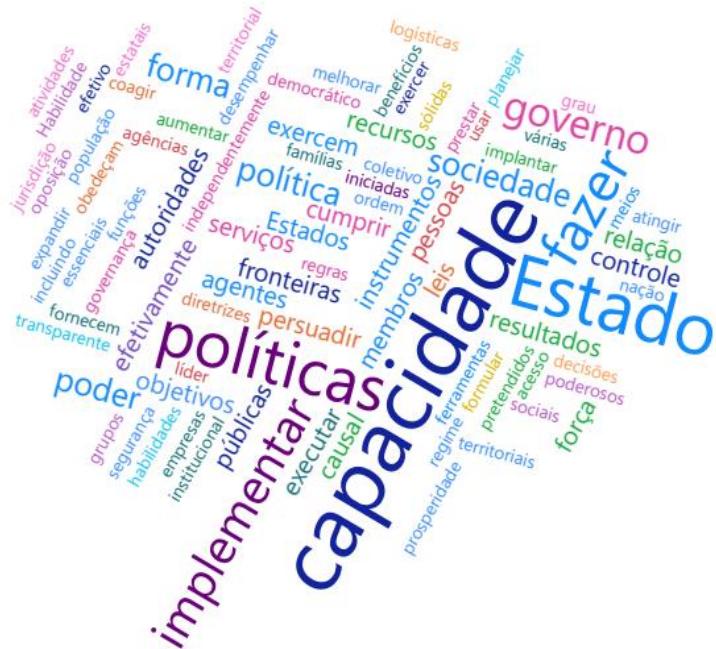
Mann (1984, p. 189)	Capacidade de “implementar decisões políticas logísticas”.
Skocpol (1985, p. 9)	“Habilidade do Estado de implementar seus objetivos, particularmente diante da oposição de grupos sociais poderosos”.
Migdal (1988, p. xiii)	“A capacidade do líder do Estado de usar as agências do Estado para levar as pessoas na sociedade a fazer o que eles querem que façam”.
Geddes (1994, p. 14)	“A capacidade de implementar políticas iniciadas pelo Estado”.
Krasner (1999, p. 4)	“A capacidade das autoridades públicas de exercer controle efetivo dentro das fronteiras de sua própria política”.
McAdam, Tarrow e Tilly (2001, p. 78)	“O grau de controle que os agentes estatais exercem sobre as atividades e recursos das pessoas dentro da jurisdição territorial de seu governo”.
Fukuyama (2004, p. 7)	“As habilidades dos Estados para planejar e executar políticas e fazer cumprir as leis de forma limpa e transparente”.
Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010, p. 4)	“A capacidade do governo de formular e implementar efetivamente políticas sólidas”.
Besley and Perrson (2011, p. 6)	“A capacidade institucional do Estado para executar várias políticas que fornecem benefícios e serviços para famílias e empresas”.
Norris (2012)	“Até que ponto as autoridades do regime podem atingir seus objetivos e desempenhar funções essenciais para o bem-estar coletivo, incluindo manter a ordem e a segurança dentro das fronteiras territoriais da nação, melhorar os resultados de bem-estar de sua população e expandir a prosperidade”.
Fukuyama (2013)	“A capacidade de um governo de fazer e fazer cumprir regras e de prestar serviços, independentemente de o governo ser democrático ou não” (governança).
Soifer (2013, p. 2)	“A capacidade do Estado de implementar efetivamente suas políticas escolhidas”.
Andersen, Møller e Skaaning (2014, p. 1308, 1310)	“A capacidade do Estado de exercer suas funções fundamentais”. Eles destacam que essa capacidade engloba tanto a capacidade coercitiva quanto a administrativa do Estado.
Lindvall e Teorell (2016, p. 6, 9, 18)	“A capacidade de coagir, persuadir e persuadir a fim de fazer com que os membros da sociedade obedeçam às leis e diretrizes”.

	<p>“Uma forma de poder - o poder dos agentes do Estado de levar os membros da sociedade a fazer coisas que de outra forma não fariam e pensamos em instrumentos de política como os meios ou ferramentas pelos quais os Estados exercem esse poder”.</p> <p>“A força da relação causal entre os instrumentos de política (p) e os resultados pretendidos das políticas públicas (y), e sugerimos que o que caracteriza um Estado de alta capacidade é que ele tem acesso a muitos recursos (r) que pode implantar para aumentar a força dessa relação causal”.</p>
Centeno, Kohlo e Yashar (2017, p. 3)	“A capacidade organizacional e burocrática para implementar projetos de governo”.
Pires e Gomide (2018, p. 28)	<p>“Entende-se que as capacidades do Estado precisam ser analisadas sob duas dimensões: I) técnico-administrativa, que envolve as capacidades derivadas da existência e do funcionamento de burocracias competentes e profissionalizadas, dotadas dos recursos organizacionais, financeiros e tecnológicos necessários para conduzir as ações de governo de forma coordenada; II) político-relacional, associadas às habilidades e aos procedimentos de inclusão dos múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos) de forma articulada nos processos de políticas públicas, visando à construção de consensos mínimos e a coalizões de suporte aos planos, aos programas e aos projetos governamentais. Enquanto a primeira dimensão pode ser associada às noções de eficiência e eficácia, a segunda está relacionada às ideias de legitimidade, aprendizagem e inovação nas ações dos governos.”</p>
Capano et al. (2020, p. 294)	“A habilidade dos governos de mobilizar os recursos necessários para fazer escolhas inteligentes e estabelecer direções estratégicas para a alocação de recursos escassos para fins públicos.”
Hanson e Sigman (2021)	“A capacidade do Estado de desempenhar as funções essenciais mais comumente consideradas necessárias para os Estados modernos: proteção contra ameaças externas (TILLY, 1990), manutenção da ordem interna, administração e provisão de infraestrutura básica necessária para sustentar a atividade econômica (MANN, 1984) e a extração de receita (LEVI, 1988; NORTH, 1981; TILLY, 1990).”.
Yen et al. (2022, p. 778)	“A capacidade organizacional e burocrática do aparato do Estado para atingir os objetivos políticos”.

Fonte: Elaboração própria.

Complementando a amostragem conceitual exposta no Quadro 2, uma análise gráfica complementar realizada por meio de uma nuvem de palavras, produzida com o software Power BI, revelou uma forte prevalência dos termos “implementar”, “fazer”, “executar”, “cumprir”, “controle”, “governo”, “Estado”, “agentes”, “autoridades”, “política”, “capacidade”. Essa

análise gráfica confirma o que os principais conceitos destacaram, explicitando o foco das dimensões administrativa e coercitiva da capacidade estatal.



Fonte: Elaboração própria a partir do programa PowerBI.

Em termos gerais, capacidade estatal é a habilidade do Estado de extrair recursos, formular políticas públicas, implementá-las efetivamente e manter autoridade sobre seu território, especialmente diante da oposição de grupos sociais (Skocpol, 1985, p. 9; Migdal, 1988, p. xiii; Fukuyama, 2013, p. 350). Nesta tese, a investigação concentra-se em duas dimensões da capacidade estatal: a dimensão administrativa, associada à eficácia da burocracia na execução de políticas públicas; e a dimensão coercitiva, vinculada ao controle efetivo do Estado sobre o território.

Mann (1984), concentrando-se na eficiência logística das instituições públicas, baseou-se na distinção entre poder despótico e poder infraestrutural, sendo este último focado na capacidade operacional real do Estado dentro da sociedade e na medida em que as decisões políticas podem ser implementadas em todo o território (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013, p. 4). Essa noção de poder infraestrutural se refere à capacidade do Estado de interagir com os cidadãos e prover serviços sociais básicos (Gomide, 2014). Por sua vez, Geddes (1994), enfatizando o papel crucial das burocracias institucionalizadas e profissionalizadas na execução rápida e efetiva das políticas públicas, foi dos primeiros a destacar a dimensão administrativa como um aspecto central da capacidade estatal. A capacidade de implementação do Estado é

uma tarefa que recai inherentemente sobre a burocracia, e o poder de implementação depende da construção de uma burocracia isolada e orientada para o mérito (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013).

Posteriormente, Pippa Norris (2012) dividiu o termo em duas partes: uma primeira que vê a soberania e a manutenção da ordem como os elementos mais básicos de qualquer Estado-nação; e uma segunda que reflete a capacidade do Estado de implementar políticas públicas. (Embora a literatura não cite Norris (2012) diretamente, a distinção feita entre a primeira geração de estudos sobre capacidade estatal (criação e manutenção da ordem, poder coercitivo, tributação) e a segunda geração (capacidade em ação ou *policy capacities*, focada em atingir objetivos efetivamente) é amplamente reconhecida) (Pires e Gomide, 2016).

Já Fukuyama (2013) acrescenta a importância de uma burocracia transparente e competente, enfatizando as dimensões de capacidade (recursos e profissionalização) e autonomia burocrática (liberdade para atuar sem interferência política excessiva), para transformar rapidamente decisões políticas em ações concretas (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013). Fukuyama (2013) discute a Governança como a capacidade de um governo preparar e aplicar regras e prestar serviços [217 (nota de rodapé 4)]. Por sua vez, Andersen, Møller e Skaaning (2014, p. 1208) reforçam que a capacidade administrativa está associada à competência burocrática assegurada por recrutamento meritocrático, destacando que uma burocracia efetiva não pode ser plenamente autônoma, pois precisa manter certo grau de alinhamento à autoridade política legítima. (Esta citação específica não é confirmada pelas fontes fornecidas).

Assim, a capacidade administrativa refere-se à habilidade do Estado de formular, coordenar e implementar políticas públicas de maneira eficaz, com base em uma burocracia profissional, impressional e tecnicamente competente (Pires e Gomide, 2024). Essa dimensão da capacidade estatal, que é também chamada de capacidade técnico-administrativa, está associada à existência de estruturas organizacionais estáveis, procedimentos decisórios previsíveis e servidores recrutados por critérios meritocráticos. É uma das dimensões principais da capacidade estatal, ao lado da capacidade político-relacional.

A capacidade administrativa é derivada da existência e do funcionamento de burocracias competentes e profissionalizadas. Essa capacidade é consequência da delegação eficiente de políticas a corpos burocráticos profissionais e autônomos. Tais características tornam possível a tradução de decisões políticas em ações concretas, especialmente em situações de crise que

exigem respostas rápidas e articuladas (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013; Gomide e Pereira, 2018).

Altos níveis de capacidade administrativa reduzem custos de implementação, aumentam a coordenação intergovernamental e favorecem a continuidade de políticas públicas mesmo em contextos adversos (Chuaire, Scartascini e Tommasi, 2017). Trata-se, portanto, de uma dimensão essencial dos Estados modernos, com implicações diretas sobre a eficácia governamental em períodos de normalidade e de exceção. Contudo, embora a capacidade administrativa seja essencial para a formulação efetiva das políticas públicas, ela não é suficiente isoladamente. Para serem implementadas plenamente, as políticas precisam frequentemente ser acompanhadas por uma capacidade coercitiva legítima, capaz de garantir que as decisões estatais sejam cumpridas mesmo diante de resistência social.

Skocpol (1985) e Charles Tilly (1975; 1992) são exemplos de autores que enfatizaram a dimensão coercitiva (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013; Gomide, 2014). O trabalho de Tilly sobre as origens da formação do Estado (1975) e em *Coercion, Capital and European States, AD 990-1992* (1992) deu origem a uma longa linha de literatura que destaca a importância dos episódios de guerra na centralização da capacidade coercitiva nas mãos dos estados nacionais (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013).

Nessa linha, Skocpol (1985) afirma que o Estado necessita de poder suficiente para executar decisões (ou "objetivos oficiais"), o que se refere à competência da burocracia para implementar políticas, especialmente quando enfrenta resistência de grupos sociais influentes ou em face de circunstâncias socioeconômicas adversas (Pires e Gomide, 2024; Gomide, 2014). Da mesma forma, Krasner (1999) argumenta que a capacidade coercitiva do Estado, entendida como o controle efetivo do território e da população, é indispensável para assegurar a implementação prática das políticas públicas em situações críticas, como emergências sanitárias. Lindvall e Teorell (2016) reforçam essa posição ao sugerirem que a capacidade coercitiva legítima complementa e fortalece a capacidade administrativa, garantindo a eficácia prática das políticas públicas.

Assim, a capacidade coercitiva corresponde à habilidade do Estado de manter a ordem pública e garantir o cumprimento de normas legais dentro de seu território por meio do uso legítimo da força (Gomide, 2014). Essa dimensão, ao lado da capacidade administrativa, fiscal e/ou legal, é uma das quatro dimensões distintas em que os acadêmicos se referem à capacidade estatal. Reflete a habilidade estatal de dominar a sociedade, manter a ordem dentro de suas

fronteiras, aplicar força para superar oposição e defender o território de ameaças externas" (Hanson, 2017, p. 3).

A coerção legítima é componente indispensável mesmo em democracias consolidadas, uma vez que nem todos os cidadãos aderem voluntariamente às normas (Fukuyama, 2015, p. 13; Tilly, 2007). Em contextos de emergência, como pandemias ou desastres naturais, a capacidade coercitiva torna-se especialmente relevante para viabilizar a formulação de medidas impopulares, como quarentenas, restrições à mobilidade ou fechamento de espaços públicos. Nesses casos, a presença efetiva do Estado no território, sua capacidade de agir com previsibilidade e sua legitimidade social tornam-se cruciais para a eficácia das respostas públicas (Skocpol, 1985, p. 9; Krasner, 1999, p. 4; Hanson e Sigman, 2021).

Mais recentemente, Hanson e Sigman propuseram uma tipologia que distingue de forma analítica três dimensões da capacidade estatal: administrativa, extractiva e coercitiva. Para os autores, essas dimensões são "minimamente necessárias para realizar as funções dos Estados contemporâneos" (Hanson e Sigman, 2021, p. 4) e devem ser analisadas separadamente. A dimensão coercitiva, em particular, diz respeito à presença efetiva e contínua do Estado no território nacional, o que não se confunde com a mera existência de aparato militar.

Proxies tradicionais, como gastos militares em relação ao PIB ou número de militares por habitante, têm sido criticadas por superestimarem a força bruta do Estado sem considerar sua eficácia cotidiana e sua legitimidade institucional. A capacidade coercitiva relevante para a estabilidade de regimes autoritários eleitorais é aquela que permite ao Estado dominar a sociedade e manter a ordem, sendo especialmente importante quando combinada com alta capacidade administrativa para produzir vitórias eleitorais dominantes" (Hanson, 2017, p. 6).

De fato, as relações envolvendo governança, transparência informacional e respostas governamentais à pandemia são complexas. Democracias geralmente registram maior número de mortes oficiais do que autocracias, fenômeno explicado principalmente pela elevada subnotificação existente em regimes autocráticos. Em contextos específicos de alta capacidade estatal, democracias poderiam registrar menos mortes reais por Covid-19 em comparação com autocracias (Kntusen e Kolvani, 2022). No entanto, a literatura ainda não esclareceu plenamente como diferentes dimensões específicas da capacidade estatal, em particular as dimensões administrativa e coercitiva, combinam-se com o regime político para influenciar conjuntamente tanto a intensidade normativa das políticas públicas quanto a qualidade e transparência dos dados oficiais sobre mortalidade.

Embora Knutsen e Kolvani (2022, p. 24) tenham avançado significativamente ao apontar relações importantes entre regime político, capacidade estatal e resultados informacionais da pandemia, o conceito de capacidade estatal operacionalizado por esses autores permaneceu restrito à dimensão administrativa medida exclusivamente pela imparcialidade burocrática/ administração pública imparcial. Tal abordagem, apesar de relevante, negligencia outros componentes fundamentais para explicar o desempenho dos Estados em crises emergenciais, especialmente a capacidade coercitiva legítima e uma compreensão mais ampla da dimensão administrativa, incluindo aspectos como estabilidade institucional, profissionalização burocrática e eficácia organizacional.

A capacidade administrativa fundamentalmente depende da competência profissional dos burocratas, assegurada por procedimentos de recrutamento meritocrático (Andersen, Møller e Skaaning, 2014, p. 1208). A inclusão dessas dimensões adicionais de capacidade administrativa permite compreender por que certos Estados, mesmo sendo formalmente democráticos, têm capacidades institucionais muito distintas para implementar decisões políticas e produzir informações transparentes durante crises como a pandemia da Covid-19.

Adicionalmente, a dimensão coercitiva, associada à autoridade efetiva e rotineira do Estado sobre seu território e população, é amplamente reconhecida como indispensável em contextos emergenciais (Skocpol, 1985; Krasner, 1999; Hanson e Sigman, 2021), embora tenha sido negligenciada pela operacionalização limitada adotada por Knutsen e Kolvani (2022). Incorporar explicitamente essa dimensão coercitiva no conceito operacional de capacidade estatal não apenas preenche uma lacuna crítica na literatura existente, mas permite explorar mais claramente como diferentes capacidades institucionais dos Estados podem estar associadas às respostas governamentais durante crises sanitárias. Por exemplo, Estados autoritários dotados de alta capacidade coercitiva podem ter maior facilidade institucional para implementar medidas normativamente intensas.

Já as democracias que combinam alta capacidade administrativa com capacidade coercitiva legitimamente institucionalizada possuem maior potencial institucional para promover adesão social às políticas implementadas (Hanson e Sigman, 2021), o que poderia estar associado empiricamente à implementação de medidas mais intensas e maior transparência informacional em contextos emergenciais. Embora esta tese não avalie diretamente a adesão social voluntária ou a legitimidade institucional, as variáveis utilizadas, intensidade normativa das políticas (OxCGR) e transparência informacional (subnotificação

de mortes), permitem investigar se tais padrões institucionais gerais se refletem empiricamente nas respostas dos Estados à pandemia.

Buscou-se, nesta parte do referencial teórico, consolidar que as capacidades estatais são concebidas como estoques de recursos e competências essenciais para o exercício do poder estatal, destacando-se duas dimensões principais: a capacidade administrativa (ou técnico-administrativa) e a capacidade coercitiva (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013; Gomide e Pires, 2024). A capacidade administrativa é largamente associada aos atributos "Weberianos", referindo-se à existência de burocracias competentes e profissionalizadas, com recursos humanos, organizacionais, financeiros e tecnológicos adequados para a execução eficiente de políticas (Gomide, Pereira e Machado, 2017). Paralelamente, a capacidade coercitiva constitui a habilidade básica do Estado de manter a ordem e o controle efetivo do território, por meio do uso legítimo da força (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013; Gomide, 2014).

Contudo, é essencial introduzir a crítica de que a capacidade não deve ser tratada como um atributo fixo ou mera dotação, pois a capacidade por si só não garante o sucesso das políticas públicas, sendo apenas uma condição necessária, mas não suficiente. O desempenho do Estado é intrinsecamente afetado pela política, o que levanta a questão de como as capacidades disponíveis são mobilizadas e acionadas na prática. É neste ponto que a ativação da capacidade estatal se torna central, demandando que as capacidades sejam estudadas "em ação" (*policy capacities*) (Gomide e Pires, 2024; Pires e Gomide, 2024). Evidências empíricas indicam que, enquanto a capacidade técnico-administrativa é associada a altos níveis de entregas (*outputs*) (Pires e Gomide, 2024).

Para concluir esta parte do referencial teórico, salienta-se que a efetividade do Estado, e, por conseguinte, o sucesso ou o fracasso de suas políticas, depende do acionamento eficiente das capacidades técnico-administrativas e coercitivas (Pires e Gomide, 2016, 2024).

Diante do exposto, infere-se que países com maior capacidade estatal, administrativa e coercitiva, tendem a implementar respostas institucionais mais intensas e transparentes em situações emergenciais. Dessa forma, postula-se que, quanto maior a capacidade estatal de um país, maior será a intensidade normativa das políticas públicas adotadas no combate à Covid-19, e menor será a opacidade dos dados governamentais divulgados.

1.3. A Interação Estrutural entre Democracia e Capacidade Estatal nas Respostas Governamentais à Covid-19

As hipóteses anteriores consideram os efeitos isolados do regime político e da capacidade estatal sobre a intensidade normativa e a transparência informacional das respostas à pandemia. No entanto, em contextos reais, essas dimensões institucionais não operam de forma independente. Governos democraticamente eleitos podem dispor de alta capacidade técnica e coercitiva, mas enfrentar restrições normativas e pressões políticas que limitam sua atuação em situações críticas. Por isso, torna-se necessário examinar a interação entre regime político e capacidade estatal, avaliando em que medida os efeitos positivos da capacidade estatal são condicionados pelo tipo de regime.

Em regimes mais democráticos, a pressão eleitoral e os custos políticos de medidas impopulares aumentam, o que pode levar governos a não utilizar plenamente sua capacidade estatal disponível para impor políticas sanitárias intensas. Assim, o efeito da capacidade estatal sobre a formulação de políticas públicas pode ser enfraquecido em contextos altamente democráticos, devido à redução dos incentivos governamentais para investir nessa capacidade.

Nas democracias caracterizadas como poliarquias, considera-se que a existência de mecanismos de *accountability* horizontal (agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão, de fato, dispostas e capacitadas para realizar ações), constitui elemento institucional essencial para o funcionamento adequado desses regimes (O'Donnell, 1998, p. 40).

Por outro lado, mesmo boas decisões políticas dependem da existência de instituições administrativas eficazes e de recursos estatais adequados (receita, capital humano e informação) para que possam ser efetivamente implementadas na prática (Fukuyama, 2013, p. 353-355; Lindvall e Teorell, 2016). Em situações emergenciais como a pandemia da Covid-19, países dotados de burocracias institucionalizadas e profissionais demonstraram maior capacidade para implementar políticas públicas complexas com eficácia, celeridade e alcance (Capano et al., 2020).

Ainda que algumas autocracias tenham demonstrado agilidade na imposição de medidas restritivas, sua elevada capacidade coercitiva não garantiu, necessariamente, respostas sustentadas ou amplamente aceitas socialmente. A ausência de transparência institucional tende a gerar resistências sociais, o que compromete a eficácia das políticas públicas adotadas (Knutsen e Kolvani, 2022). Assim, o regime político configura-se como um condicionante importante na forma como a capacidade estatal é percebida pela população e, por conseguinte, no grau de adesão às políticas implementadas.

Essa constatação é reforçada pela observação de que uma capacidade coercitiva robusta, típica de regimes autoritários, pode resultar em crescente resistência social quando não é acompanhada de legitimidade democrática. Em crises prolongadas, como a da Covid-19, políticas públicas com viés predominantemente coercitivo, desprovidas de legitimidade social, tendem a perder rapidamente sua sustentação, comprometendo sua eficácia e continuidade.

A experiência de países como Coreia do Sul, Taiwan e Nova Zelândia sugere que a conjunção entre instituições democráticas, marcadas por transparência decisória, *accountability* e legitimidade social, e burocracias profissionalizadas resultou em respostas mais ágeis, intensas e duradouras à pandemia (Yen et al., 2022).

Embora, nos primeiros 100 dias da pandemia, países democráticos tenham adotado políticas menos restritivas e registrado taxas mais elevadas de mortalidade per capita, tal desempenho pode ser atribuído a constrangimentos estruturais inerentes aos regimes democráticos, como o respeito às liberdades civis, a fragmentação decisória e a menor disposição social para acatar medidas emergenciais. Ainda assim, reconhece-se que, no médio e longo prazo, o ambiente democrático, ao favorecer transparência, *accountability* e livre circulação de informações; tende a criar condições institucionais mais favoráveis a respostas eficazes e sustentáveis (Cepaluni, Dorsch e Branyiczki, 2020, p. 25).

O argumento de que os países democráticos foram mais lentos que as autocracias na adoção de medidas de combate à Covid-19, por enfrentarem o dilema entre proteger direitos individuais e conter a disseminação do vírus, foi apresentado em um *preprint*, com base em dados limitados aos primeiros meses da pandemia, que demonstram a hesitação desses regimes em adotar rapidamente políticas restritivas como *lockdowns* ou o fechamento de atividades não essenciais, medida considerada a mais severa entre os quatro níveis de resposta governamental mapeados (Cheibub, Hong e Przeworski, 2020). Essa hesitação estaria relacionada ao respeito institucionalizado a direitos civis como liberdade de circulação, associação, culto e atividade econômica. Nesse contexto, medidas consideradas excessivamente invasivas, como a estratégia de Covid Zero adotada pela China, ainda que eficazes, dificilmente seriam aceitas pacificamente em sociedades democráticas liberais (Chak, 2023).

A comparação entre China e Coreia do Sul permite ilustrar como diferentes arranjos institucionais, autoritários e democráticos, acionam combinações distintas de capacidades estatais, como as dimensões coercitiva, informacional, de mobilização e de implementação, o que evidencia que a eficácia das políticas de resposta à pandemia depende da articulação entre

o tipo de regime político e o desenho institucional das capacidades estatais disponíveis (Mao, 2021).

No contexto chinês, a eficácia na contenção da crise sanitária decorreu da combinação entre centralização decisória, capacidade coercitiva e mobilização estatal. O país lançou mão de mecanismos formais (via aparato repressivo) e informais (pressões sociais exercidas por comunidades e unidades de trabalho), articulados por meio de um sistema hierárquico centralizado, o que possibilitou o cumprimento das diretrizes sanitárias de forma eficaz. Ainda que tenha havido atraso na circulação de informações, consequência de incentivos perversos no sistema de avaliação de desempenho das lideranças locais, o governo central reverteu tal *déficit* informacional ao perceber que a estabilidade do regime estava condicionada ao controle do surto epidêmico (Mao, 2021).

Em contraste, a Coreia do Sul mobilizou mecanismos de natureza distinta, característicos de democracias consolidadas: capacidade informacional robusta, coordenação eficiente entre níveis de governo e intensa cooperação entre Estado e sociedade civil. A resposta baseou-se na transparência, na comunicação pública ampla e na parceria com o setor privado, o que permitiu a realização em massa de testes diagnósticos, o rastreamento de contatos e a reorganização da infraestrutura de saúde. Apesar das diferenças institucionais entre os dois casos, ambos mobilizaram capacidades estatais coerentes com seus respectivos arranjos, reforçando a premissa de que a eficácia das respostas não depende apenas do regime político, mas da forma como as dimensões da capacidade estatal são acionadas diante de crises (Mao, 2021).

A China oferece um exemplo da importância das capacidades administrativas e fiscais na formulação eficaz de políticas públicas em nível provincial, especialmente na área ambiental. A disponibilidade de recursos humanos qualificados, associada a estruturas administrativas eficazes e capilares, demonstrou ser crucial para o êxito dessas políticas (Schwartz, 2003, p. 59). Essa estrutura não é recente nem típica de regimes autoritários contemporâneos: sua origem remonta ao século III a.C., quando os imperadores chineses passaram a reconhecer a importância de uma burocracia profissional administrando as agências estatais, baseada no mérito e na estabilidade institucional (Fukuyama, 2014).

Mesmo regimes autoritários com elevada capacidade coercitiva enfrentam limitações significativas para sustentar políticas emergenciais ao longo do tempo, sobretudo em razão da ausência de legitimidade democrática e da fragilidade na confiança social. Existe um trade-off central entre investimento em capacidade estatal e eficiência nas finanças públicas com relação

à democracia, onde menor contestabilidade eleitoral leva à menor provisão de bens públicos, mas maiores rendas políticas e incentivos para investimento em eficiência fiscal (Easaw e Leppälä, 2019).

Quando se consideram os efeitos diretos e indiretos da democracia, observa-se que seu impacto sobre a resposta à pandemia não é linear. Em contextos democráticos altamente responsivos, as demandas eleitorais e os custos políticos associados a medidas impopulares podem reduzir a disposição do governo de acionar plenamente os instrumentos técnicos de que dispõe. Isso pode enfraquecer o papel da capacidade estatal como variável explicativa autônoma da intensidade da formulação das políticas públicas.

Além disso, a heterogeneidade observada entre as democracias, sobretudo aquelas mais antigas e institucionalmente robustas, reforça a tese de que, em contextos democráticos, o uso da capacidade estatal depende de permissivos normativos, tradição institucional e cultura política que, muitas vezes, impõem barreiras à mobilização plena de recursos administrativos e coercitivos (Cheibub, Hong e Przeworski, 2020). Portanto, em democracias mais consolidadas, a capacidade estatal tende a operar com menor margem de autonomia técnica e maior necessidade de justificação pública e legal.

Em contextos democráticos, o uso da capacidade estatal não é apenas uma questão de recursos ou estrutura administrativa, mas depende da percepção pública de legitimidade. Por isso, quanto mais robustas forem as instituições democráticas, menos espaço há para acionar plenamente os mecanismos de coerção, controle ou intervenção intensiva, ainda que disponíveis (Cheibub, Hong e Przeworski, 2020).

A capacidade estatal, quando desacompanhada da aceitação democrática ou do consenso normativo, tem efeito limitado em regimes democráticos. Assim, quanto maior o grau de democracia, menor é a autonomia com que a capacidade estatal pode ser acionada para gerar respostas intensas e imediatas à pandemia. Adicionalmente, a efetividade da resposta estatal está condicionada não apenas à presença de capacidades burocráticas, mas à forma como estas se articulam com os mecanismos de legitimação democrática. Em regimes autoritários, a ausência de *accountability* permite o acionamento imediato e intensivo dessas capacidades. Já em democracias, a implementação de políticas públicas intensas exige coordenação intergovernmental e negociação institucional entre diferentes níveis de governo, o que pode criar constrangimentos que afetam a capacidade decisória estatal (Knutsen e Kolvani, 2022; Mao, 2021).

Em paralelo às limitações já mencionadas sobre a autonomia democrática no uso integral das capacidades administrativas e coercitivas, o regime político também pode influenciar significativamente a transparência informacional das respostas governamentais à pandemia. Em regimes autoritários, apesar da possibilidade de rápida imposição de políticas sanitárias rígidas devido à sua alta capacidade coercitiva, frequentemente se observa elevada manipulação ou subnotificação das informações oficiais relativas à mortalidade por Covid-19 (Knutsen e Kolvani, 2022).

Em contraste, nas democracias consolidadas, a existência de instituições eficazes de *accountability* horizontal e vertical, juntamente com uma imprensa livre e uma sociedade civil vigilante, limita a possibilidade de manipulação extensiva dessas informações, aumentando sua transparência e confiabilidade. Dessa maneira, é razoável supor que o efeito positivo da capacidade estatal sobre a intensidade das medidas de combate à pandemia, assim como o efeito negativo sobre a transparência informacional (subnotificação de mortes), seja condicionado pelo nível de democracia, tornando-se mais fraco justamente nos contextos democráticos mais robustos.

Ainda que estudos anteriores, como o de Knutsen e Kolvani (2022), tenham investigado a interação entre democracia e capacidade estatal na pandemia da Covid-19, concentraram-se exclusivamente na dimensão informacional, tomando como variável dependente apenas a subnotificação de mortes. Entretanto, nenhum estudo até o momento explorou simultaneamente as duas dimensões complementares das respostas governamentais, intensidade normativa das políticas adotadas (medida pelo índice OxCGRT) e transparência informacional (representada pela subnotificação de mortes), em interação explícita com o regime político e a capacidade estatal. Nesse sentido, esta tese contribui originalmente para a literatura ao considerar rigorosamente essas duas variáveis dependentes conjuntamente, ampliando significativamente o escopo analítico e metodológico em relação ao estudo prévio de Knutsen e Kolvani (2022), que não utilizou o OxCGRT como variável dependente ao investigar a moderação democrática.

A presença de instituições democráticas pode limitar a ativação imediata e intensiva das capacidades estatais, especialmente quando medidas impopulares ou coercitivas são necessárias. Em regimes mais abertos, a exigência de legitimação pública, os custos políticos da intervenção estatal e a vigilância institucional entre poderes dificultam a mobilização plena do aparato administrativo e coercitivo. Assim, propõe-se que o efeito positivo da capacidade estatal sobre a intensidade das medidas de combate à pandemia, assim como o efeito negativo sobre a opacidade dos dados governamentais divulgados, são atenuados em contextos

democráticos mais robustos, em que as restrições normativas e políticas operam como moderadoras da ação estatal.

Quadro 3 - Síntese das hipóteses e variáveis

Hipótese	Formulação	Variável Independente	Variável Dependente
H1	Quanto maior o nível democrático de um país, maior será a intensidade normativa das políticas adotadas de combate à Covid-19, e menor será a opacidade dos dados governamentais divulgados.	Nível de democracia (índice de democracia eleitoral do V-Dem)	Intensidade das medidas adotadas (OxCGRT) + Transparência governamental (subnotificação de mortes por Covid-19)
H2	Quanto maior a capacidade estatal de um país, maior será a intensidade normativa das políticas públicas adotadas, e menor será a opacidade dos dados governamentais divulgados.	Capacidade estatal (construção de índice a partir de indicadores do V-Dem)	Intensidade das medidas adotadas (OxCGRT) + Transparência governamental (subnotificação de mortes por Covid-19)
H3	O efeito positivo da capacidade estatal sobre a intensidade das medidas de combate à pandemia, assim como o efeito negativo sobre a opacidade dos dados governamentais divulgados, são atenuados em contextos democráticos mais robustos.	Termo Interativo: Regime político X Capacidade estatal	Intensidade das medias adotadas (OxCGRT) + Transparência governamental (subnotificação de mortes por Covid-19)

Fonte: Elaboração própria.

Este capítulo apresentou os fundamentos teóricos que sustentam as três hipóteses centrais desta pesquisa. Em primeiro lugar, espera-se que, quanto maior o nível democrático de um país, maior seja a intensidade normativa das políticas públicas adotadas no combate à Covid-19, e menor será a opacidade dos dados governamentais divulgados, refletindo as

vantagens institucionais das democracias em termos de transparência, accountability e adesão social às medidas emergenciais. Em segundo lugar, prevê-se que quanto maior a capacidade estatal, especialmente em suas dimensões administrativa e coercitiva, maior será também a intensidade normativa das políticas formuladas, e maior será a subnotificação das mortes associadas à pandemia. Por fim, a terceira hipótese propõe que o efeito positivo da capacidade estatal sobre a intensidade das medidas de combate à pandemia, assim como o efeito negativo sobre a subnotificação de mortes, são atenuados em contextos democráticos mais robustos, nos quais as restrições normativas e os custos políticos associados às decisões governamentais moderam a mobilização plena da capacidade estatal. No capítulo seguinte, essas hipóteses serão operacionalizadas por meio de indicadores comparáveis, permitindo testar empiricamente em que medida o regime político, a capacidade estatal e a interação entre ambos condicionaram as respostas governamentais à pandemia da Covid-19.

CAPÍTULO 2 – ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Este capítulo apresenta a estratégia empírica adotada para testar as hipóteses formuladas no capítulo anterior e descreve os procedimentos adotados para permitir a replicabilidade do trabalho (Janz, 2015; Kerlinger, 1980; King, 1995). São 2 análises empíricas distintas. A primeira conta com a intensidade das medidas adotadas como variável dependente, mensurada pelo *Oxford COVID-19 Government Response Tracker* (OxCGRT), um índice desenvolvido pela Universidade de Oxford que sintetiza o grau de rigor das medidas adotadas pelos governos. Já a segunda utiliza como variável dependente a transparência governamental, medida pela diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes por 100 mil habitantes, que busca captar a subnotificação de mortes por Covid-19.

O objetivo é verificar em que medida o regime político e as capacidades administrativa e coercitiva dos Estados explicam diferenças nas respostas governamentais à Covid-19. Ambas as análises têm caráter comparativo e recorrem a dados de 167 países entre 2020 e 2022, utilizando modelos de regressão linear com erros agrupados por país. As dimensões administrativa e coercitiva da capacidade estatal são analisadas tanto isoladamente quanto em interação explícita com o regime político, conforme delineado teoricamente nas hipóteses anteriormente formuladas.

A escolha de defasar as variáveis independentes (mensuradas entre 2013 e 2019) em relação às variáveis dependentes (2020-2022) visa uma maior robustez metodológica ao evitar potenciais problemas de endogeneidade. Essa defasagem temporal permite garantir que as características institucionais dos países, quais sejam o regime político e as capacidades administrativa e coercitiva, sejam avaliadas antes do surgimento da crise sanitária, garantindo que os resultados observados durante a pandemia não influenciem retroativamente a mensuração das variáveis explicativas.

Em outras palavras, ao empregar uma janela temporal de pelo menos sete anos entre a medição das variáveis independentes e o período analisado na pandemia, evita-se o risco de causalidade reversa ou viés de simultaneidade. Essa estratégia busca assegurar que os resultados empíricos obtidos reflitam de forma mais precisa e objetiva o impacto das instituições políticas e das capacidades estatais pré-existentes sobre a qualidade e a intensidade da resposta governamental durante a pandemia.

As seções seguintes detalham a técnica de estimação adotada, a construção das variáveis e os indicadores utilizados, conforme a lógica analítica delineada na etapa teórica.

2.1. Técnica de estimação

O uso do Modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS) com erros-padrão agrupados por país é justificado neste estudo para capturar a correlação dentro dos países que pode surgir devido a fatores não observados, como características culturais, políticas e institucionais, que afetam tanto a capacidade estatal quanto o regime político, bem como as mortes por Covid-19 ou as respostas governamentais para o combate à pandemia. Essa abordagem garante que as inferências sejam robustas, ajustando-se à heterogeneidade entre países e evitando a subestimação dos erros-padrão, o que é crucial para obter resultados estatisticamente confiáveis (Wooldridge, 2010).

Como se trata de um estudo observacional baseado em dados de corte transversal, os modelos adotados não têm como objetivo estabelecer relações causais estritas, mas sim identificar padrões de associação consistentes com a teoria. Para mitigar riscos de endogeneidade, foram adotadas defasagens temporais entre variáveis independentes e dependentes, bem como a inclusão de controles estruturais e a estimação de efeitos interativos. Reconhece-se, ainda assim, que outras estratégias, como modelos de painel, descontinuidade (regressão descontínua) ou variáveis instrumentais, poderiam ser exploradas em pesquisas futuras para refinar o grau de inferência causal.

Optou-se por não empregar modelos de painel, dado que as variáveis independentes apresentam baixa variação temporal no período analisado.

Esquematicamente, o modelo geral estimado é o seguinte:

$$\text{OxCGRT}_{it} / \text{Mortes oficiais} - \text{Excesso de Mortes (per 100k)}_{it} = \alpha + \beta_1 * \text{Democracia}_{it} + \beta_2 * \text{Adm/Coercitivait} + \beta_3 * \text{Democracia}_{it} * \text{Adm}_{it}/\text{Coercitivait} + \beta_4 * \text{Ideologia}_{it} + \beta_5 * \text{PIB}_{it} + \beta_6 * \text{População}_{it} + \beta_7 * \text{Pop65}_{it} + \gamma_i + \varepsilon$$

Onde:

OxCGRT_{it} / Mortes oficiais - Excesso de Mortes (per 100k)_{it}: na primeira análise utiliza-se o índice de respostas governamentais à Covid-19 (OxCGRT) para o país i no tempo t. Na segunda, a Diferença entre Mortes Oficiais e Excesso de Mortes a cada 100 mil habitantes para o país i no tempo t.;

α : a constante do modelo;

Democracia_{it}: nível de democracia eleitoral para o país i no tempo t;

Adm_{it}/Coercitiva_{it}: em um primeiro modelo utiliza-se a capacidade administrativa para o país i no tempo t, no segundo utiliza-se a capacidade coercitiva para o país i no tempo t;

Democracia_{it} * Adm_{it}/Coercitiva_{it}: efeito interativo entre democracia e capacidade estatal para o país i no tempo t;

Ideologia_{it}: índice de ideologia para o país i no tempo t;

PIB_{it}: PIB per capita para o país i no tempo t;

População_{it}: logaritmo natural do número de habitantes para o país i no tempo t.;

Pop65_{it}: porcentagem da população total com mais de 65 anos para o país i no tempo t.;

γ_i : Efeito fixo do país i (capturando a heterogeneidade não observada entre os países).

ε_{it} : erro-padrão agrupado por país.

2.2. Variáveis dependentes

Para investigar a intensidade das respostas governamentais à pandemia, esta tese recorre a duas variáveis dependentes que se complementam ao abordar dimensões distintas do problema. A primeira baseia-se nos índices compostos elaborados pelo *Oxford COVID-19 Government Response Tracker* (OxCGRT), como o *Stringency Index* e o *Government Response Index*, os quais sintetizam o grau e a abrangência das políticas públicas adotadas ao longo do tempo. Esses indicadores permitem comparar, de forma padronizada, o esforço governamental em termos formais.

Já a segunda variável busca captar um aspecto menos visível, mas igualmente relevante: a transparência governamental na divulgação dos dados, operacionalizada pela taxa de subnotificação de mortes por Covid-19. Para isso, calcula-se a diferença entre as mortes oficialmente reportadas e o excesso de mortalidade estimado a partir da média histórica de óbitos no período anterior à pandemia. A adoção simultânea dessas duas medidas permite analisar não apenas o que os governos fizeram, mas também o quanto da realidade epidemiológica foi de fato revelada, algo especialmente importante em contextos de baixa transparência ou controle autoritário da informação.

A distinção entre intensidade normativa das políticas públicas (OxCGRT) e transparência informacional dos resultados (diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes) é fundamental para interpretar corretamente os efeitos condicionais da capacidade estatal. Em

regimes autoritários, especialmente os com alta capacidade coercitiva, o aparato estatal pode ser mobilizado para implementar medidas rígidas de contenção, mesmo sem ampla legitimação social, resultando em altos níveis de intensidade normativa, mas nem sempre em melhor desempenho sanitário. Já nas democracias, embora a capacidade estatal enfrente maiores restrições normativas e políticas, ela tende a produzir efeitos mais significativos sobre os resultados concretos, como a redução da subnotificação, por haver transparência.

2.2.1. Oxford COVID-19 Government Response Tracker

O *Oxford Covid-19 Government Response Tracker* (OxCGRT) é uma iniciativa da Universidade de Oxford criada para registrar e analisar políticas adotadas por governos ao redor do mundo durante a pandemia da Covid-19 (Hale et al., 2021, p. 529). O projeto teve início logo após o surgimento da crise sanitária global e disponibiliza um banco de dados, cuja última atualização foi realizada no final de 2022, permitindo análises comparativas entre diferentes países ao longo da pandemia.

O banco de dados do OxCGRT documenta diversas políticas públicas implementadas no contexto da pandemia, tais como restrições sociais (fechamento de escolas e limitações à circulação), políticas econômicas (auxílios emergenciais) e medidas específicas da área de saúde (campanhas educativas e programas de vacinação). Os dados foram coletados mediante a análise sistemática de documentos oficiais e declarações públicas dos governos, e classificados segundo escalas padronizadas, que indicam tanto a intensidade quanto o alcance das ações adotadas em cada contexto nacional ou regional (Hale et al., 2021, p. 529).

A partir desses dados, o OxCGRT elaborou índices compostos como o Stringency Index (Índice de Rigor das Restrições), que mede o grau geral das restrições impostas, e o Government Response Index, que avalia o alcance das políticas adotadas. Esses índices têm sido utilizados na literatura acadêmica para avaliar tanto a adequação das estratégias governamentais quanto os impactos econômicos e sociais da pandemia (Hale et al., 2021).

O OxCGRT foi, de longe, uma das bases de dados mais usadas em pesquisas científicas durante a pandemia, principalmente entre estudiosos das políticas públicas e analistas de dados, mas não só. Por ser uma base de abrangência global, também foi utilizada por pesquisadores da área da saúde, como para estimar os efeitos do distanciamento social no nível de transmissão da doença, por exemplo (Hale et al., 2021, p. 529).

Todos os dados contidos no banco do OxCGRT foram coletados de fontes de acesso público, como informes científicos, relatórios governamentais, como os contidos nos sites do Ministério da Saúde dos países, ou pronunciamentos oficiais, para citar alguns exemplos (Mahdi et al, 2021, p. 2).

Também foram utilizadas outras bases de dados conhecidas. Para dados relativos à mobilidade foram utilizados o *Community Mobility Reports*, do Google, e o *Mobility Trends Report*, da Apple. Os dados socioeconômicos e demográficos foram retirados das bases *World Values Survey*, *European Values Study* e *The World Bank*. Todo o repositório do OxCGRT é de livre acesso e se encontra armazenado em uma conta GitHub (Mahdi et al., 2021, p. 2).

Na base são encontrados 21 indicadores, que podem ser subdivididos em:

- 1) Políticas de contenção e confinamento (*lockdowns*) (C1-C8);
- 2) Políticas econômicas (E1-E4);
- 3) Políticas do sistema de saúde (H1-H8);
- 4) Políticas de vacinação (V1-V4).

Quadro 4 – Indicadores de políticas de contenção e confinamento (*lockdowns*)

ID	Nome
C1	Fechamento das escolas
C2	Fechamento dos locais de trabalho
C3	Cancelamento de eventos públicos
C4	Restrições de reuniões
C5	Fechamento do transporte público
C6	Requisitos para ficar em casa
C7	Restrições ao deslocamento interno/doméstico
C8	Restrições para viagens internacionais

Fonte: elaboração própria a partir de Hale et al. (2021).

Quadro 5 – Indicadores de políticas econômicas

ID	Nome
E1	Apoio à renda / financeiro
E2	Alívio de dívida / contrato para as famílias
E3	Medidas fiscais
E4	Apoio internacional

Fonte: elaboração própria a partir de Hale et al. (2021).

Quadro 6 – Indicadores de políticas do sistema de saúde

ID	Nome
H1	Campanhas de informação públicas
H2	Políticas de testagem
H3	Rastreamento do contato (<i>contact tracing</i>)
H4	Investimento de emergência em cuidados de saúde
H5	Investimento em vacinas
H6	Uso de coberturas faciais
H7	Política de vacinação
H8	Proteção de idosos

Fonte: elaboração própria a partir de Hale et al. (2021).

Quadro 7 – Indicadores de políticas de vacinação

ID	Nome
V1	Priorização da vacinação
V2	Elegibilidade/ disponibilidade da vacina
V3	Apoio financeiro à vacina
V4	Requisito para a vacina

Fonte: elaboração própria a partir de Hale et al. (2021).

Com base nesses 21 indicadores, o OxCGRT construiu quatro índices sintéticos: o *Stringency Index* (SI), o *Containment and Health Index* (CHI), o *Economic Support Index* (ESI) e o *Government Response Index* (GRI). Este último é adotado como variável dependente neste estudo por ser o mais abrangente, incorporando indicadores das quatro categorias mencionadas e refletindo, de forma mais robusta, o esforço global dos governos no enfrentamento da pandemia.

O GRI sintetiza tanto a rigidez das medidas adotadas quanto sua cobertura e diversidade, proporcionando uma medida contínua comparável entre países e ao longo do tempo. A literatura destaca sua forte correlação com mudanças de comportamento da população, como aumento do distanciamento social e redução da mobilidade (Hale et al., 2021, p. 533).

Os indicadores do OxCGRT são codificados em escalas ordinais e publicados como séries temporais, permitindo análise quantitativa da evolução das políticas adotadas. A codificação detalhada dos componentes do GRI pode ser consultada no Quadro 8.

Quadro 8 – Government Response Index (variável dependente)

ID	Nome	Codificação
C1	Fechamento das escolas	<p>0 – Sem medidas</p> <p>1 – Recomendar o fechamento ou todas as escolas abertas com alterações resultando em diferenças significativas em relação às operações não Covid-19</p> <p>2 – Exigir fechamento (apenas alguns níveis ou categorias, por exemplo, apenas ensino médio ou apenas escolas públicas)</p> <p>3 – Exigir o fechamento de todos os níveis</p> <p>Em branco – Sem dados</p>
C2	Fechamento dos locais de trabalho	<p>0 – Sem medidas</p> <p>1 – Recomendar o fechamento (ou recomendar o trabalho em casa) ou todos os negócios abertos com alterações resultando em diferenças significativas em relação à operação não Covid-19</p> <p>2 – Exigir fechamento (ou trabalho em casa) para alguns setores ou categorias de trabalhadores</p> <p>3 – Exigir fechamento (ou trabalho em casa) para locais de trabalho essenciais (por exemplo, supermercados, médicos)</p> <p>Em branco – Sem dados</p>
C3	Cancelamento de eventos públicos	<p>0 – Sem medidas</p> <p>1 – Recomendação de cancelamento</p> <p>2 – Requer cancelamento</p> <p>Em branco – Sem dados</p>
C4	Restrições de reuniões	<p>0 – Sem restrições</p> <p>1 – Restrições a aglomerações muito grandes (o limite é superior a 1000 pessoas)</p> <p>2 – Restrições a ajuntamentos entre 101-1000 pessoas</p> <p>3 – Restrições a ajuntamentos entre 11-100 pessoas</p> <p>4 – Restrições a ajuntamentos de 10 pessoas ou menos</p> <p>Em branco – Sem dados</p>
C5	Fechamento do transporte público	0 – Sem medidas

		<p>1 – Recomendar o fechamento (ou reduzir significativamente o volume/rota/meio de transporte disponível)</p> <p>2 – Exigir fechamento (ou proibir a maioria dos cidadãos de usá-lo)</p> <p>Em branco – Sem dados</p>
C6	Requisitos para ficar em casa	<p>0 – Sem medidas</p> <p>1 – Recomendação de não sair de casa</p> <p>2 – Exigência de não sair de casa com exceções para exercícios diários, compras de supermercado e viagens 'essenciais'</p> <p>3 – Exigência de não sair de casa com o mínimo de exceções (por exemplo, permissão para sair uma vez por semana, ou apenas uma pessoa pode sair por vez, etc)</p> <p>Em branco – Sem dados</p>
C7	Restrições ao deslocamento interno/ doméstico	<p>0 – Sem medidas</p> <p>1 – Recomendação de não viajar entre regiões/cidades</p> <p>2 – Restrições de deslocamento interno em vigor</p> <p>Em branco – Sem dados</p>
C8	Restrições para viagens internacionais	<p>0 – Sem restrições</p> <p>1 – Triagem de chegadas</p> <p>2 – Quarentena ao chegar de algumas ou todas as regiões</p> <p>3 – Proibição de chegadas de algumas regiões</p> <p>4 – Proibição de todas as regiões ou fechamento total das fronteiras</p> <p>Em branco – Sem dados</p>
E1	Apoio à renda / financeiro	<p>0 – Sem apoio ao rendimento</p> <p>1 – O governo está substituindo menos de 50% do salário perdido (ou se for uma quantia fixa, é menos de 50% do salário médio)</p> <p>2 – O governo está substituindo 50% ou mais do salário perdido (ou se for uma quantia fixa, é maior que 50% do salário médio)</p> <p>Em branco – Sem dados</p>
E2	Alívio de dívida / contrato para as famílias	<p>0 – Sem alívio de dívida/contrato</p> <p>1 – Perdão restrito, específico para um tipo de contrato</p>

		2 – Amplo perdão de dívida/contrato
H1	Campanhas de informação públicas	0 – Nenhuma campanha de informação pública Covid-19 1 – Funcionários públicos pedindo cautela sobre a Covid-19 2 – Campanha de informação pública coordenada (por exemplo, nas mídias tradicionais e sociais) Em branco – Sem dados
H2	Políticas de testagem	0 – Nenhuma política de teste 1 – Apenas aqueles que (a) apresentam sintomas E (b) atendem a critérios específicos (por exemplo, trabalhadores-chave, internados em hospital, entraram em contato com um caso conhecido, retornaram do exterior) 2 – Testagem de qualquer pessoa que apresente sintomas de Covid-19 3 – Teste público aberto (por exemplo, teste "drive through" disponível para pessoas assintomáticas) Em branco – Sem dados
H3	Rastreamento do contato (<i>contact tracing</i>)	0 – Sem rastreamento de contato 1 – Rastreamento de contato limitado; não feito para todos os casos 2 – Rastreamento de contato abrangente; feito para todos os casos identificados
H6	Uso de coberturas faciais	0 – Nenhuma política 1 – Recomendado 2 – Necessário em alguns espaços compartilhados/públicos especificados fora de casa com outras pessoas presentes ou em algumas situações em que o distanciamento social não é possível 3 – Obrigatório em todos os espaços partilhados/públicos fora de casa com outras pessoas presentes ou em todas as situações em que o distanciamento social não seja possível 4 – Obrigatório sempre fora de casa independentemente da

		localização ou presença de outras pessoas
H7	Política de vacinação	<p>0 – Sem disponibilidade</p> <p>1 – Disponibilidade para UM dos seguintes: trabalhadores-chave/grupos clinicamente vulneráveis (não idosos)/grupos de idosos</p> <p>2 – Disponibilidade para DOIS dos seguintes: trabalhadores-chave/grupos clinicamente vulneráveis (não idosos)/grupos de idosos</p> <p>3 – Disponibilidade para TODOS os seguintes: trabalhadores-chave/grupos clinicamente vulneráveis (não idosos)/grupos de idosos</p> <p>4 – Disponibilidade para os três mais disponibilidade adicional parcial (selecionar grupos/idades amplas)</p> <p>5 – Disponibilidade universal</p>
H8	Proteção de idosos	<p>0 – Sem medidas</p> <p>1 – Medidas recomendadas de isolamento, higiene e restrição de visitas em ILPIs e/ou idosos para permanecerem em casa</p> <p>2 – Restrições estreitas de isolamento, higiene nas ILPIs, algumas limitações para visitas externas e/ou restrições para proteção de idosos no domicílio</p> <p>3 – Extensas restrições de isolamento e higiene nas ILPIs, proibição de visitas externas não essenciais e/ou obrigatoriedade de permanência de todos os idosos em casa e não sair de casa com mínimas exceções, e não receber visitas externas</p> <p>Em branco – Sem dados</p>

Fonte: elaboração própria a partir de Hale et al. (2021).

Os dados do OxCGRT são publicados como séries temporais, e a maioria dos indicadores é codificada em escalas ordinais. Essa estrutura facilita o uso estatístico padronizado e permite comparações transversais entre países com diferentes níveis de institucionalização. A codificação padronizada por intensidade e alcance das medidas adotadas assegura a construção de índices compostos com alta consistência comparativa, viabilizando o

teste empírico das hipóteses relativas ao regime político e à capacidade estatal (Hale et al., 2021, p. 529).

A escolha do GRI/OxCGRT como variável dependente principal justifica-se por sua capacidade de refletir não apenas a rigidez normativa das medidas adotadas, mas também a abrangência da resposta estatal em múltiplas dimensões das políticas públicas. Sua natureza composta permite testar, com maior precisão, os efeitos do regime político e da capacidade estatal sobre o nível de resposta governamental à crise sanitária. O GRI/OxCGRT também apresenta forte correlação com mudanças comportamentais da população, como maior permanência em casa e redução da mobilidade (Hale et al., 2021, p. 533).

2.2.2. Transparência governamental (Subnotificação de Mortes por Covid-19 = Mortes oficiais - Excesso de Mortes)

O uso da subnotificação como variável dependente permite avaliar não apenas a magnitude da mortalidade associada à pandemia, mas sobretudo a integridade estatal na produção de informações confiáveis. Esta variável foi escolhida não apenas por sua abrangência empírica, mas por capturar uma dimensão crítica da capacidade estatal em contexto de crise: a integridade informacional. A diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes revela o grau de distorção deliberada ou falha institucional nos sistemas de registro, particularmente em regimes com baixa *accountability*. Nesse sentido, a subnotificação funciona como *proxy* indireta da transparência estatal, ampliando a capacidade da tese de explorar, não só a intensidade das políticas adotadas, mas a fidelidade dos dados sobre mortalidade produzidos no contexto pandêmico.

O conceito de “excesso de mortes” tem sido amplamente aplicado na literatura sobre saúde pública (ver, por exemplo Karlinsky e Kobak, 2021, p. 1; Beaney et al., 2020, p. 330) para avaliar os efeitos da pandemia da Covid-19 nos níveis de mortalidade em diferentes países. Corresponde à diferença entre o número total de mortes observadas em um período específico e o número esperado de mortes para o mesmo período, estimado a partir das médias históricas (Mathieu et al., 2020.1).

Mathieu et al. (2020.1) propõem que o cálculo do excesso de mortes seja representado pela seguinte equação:

$$\text{Excesso de Mortes} = \text{Mortes Reportadas} - \text{Mortes Previstas}$$

Nesta tese, o excesso de mortes tem como ponto de partida a média de mortes esperada para cada dia da pandemia (entre 2020 e 2022), a partir de uma média das mortes ocorridas para o mesmo dia entre 2015 e 2019, por 100 mil habitantes. A fonte dos dados utilizados é o banco do *The Economist*, que cobre cerca de 220 países (The Economist e Solstad, 2021).

Já o indicador final mede a diferença entre as mortes oficiais por Covid-19 (Mathieu et al., 2020.2), fornecidas pela Organização Mundial da Saúde (WHO), e o excesso de mortes (ambos por 100 mil habitantes):

$$\text{Subnotificação} = \text{Mortes Oficiais} - \text{Excesso de Mortes, ambos per 100k}$$

A utilização desse indicador contribui especialmente para mitigar os problemas relacionados à transparência e à qualidade dos dados epidemiológicos divulgados por regimes autocráticos. Governos autoritários frequentemente subnotificam ou manipulam as estatísticas oficiais sobre mortalidade para moldar percepções públicas e evitar críticas internas ou internacionais (Badman et al., 2021). Portanto, a comparação direta entre as mortes oficiais e o excesso de mortalidade adotada nesta tese ajuda a reduzir os efeitos dessas distorções, oferecendo uma avaliação mais confiável do impacto real da pandemia. Ao utilizar a diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes (subnotificação), evita-se depender exclusivamente dos dados oficiais, frequentemente sujeitos a distorções intencionais em contextos autoritários, garantindo maior rigor e confiabilidade metodológica.

A adoção simultânea do OxCGRT e da subnotificação de mortes como variáveis dependentes permite explorar duas dimensões distintas, mas complementares, da resposta governamental: a intensidade da formulação formal e normativa das políticas públicas (medida pelo OxCGRT) e a transparência informacional relacionada à divulgação dos dados oficiais sobre mortalidade (avaliada pela subnotificação). Em regimes autoritários, onde a manipulação informacional tende a ser sistêmica, essa medida oferece uma janela empírica para identificar o grau de opacidade institucional que afeta diretamente a qualidade da resposta sanitária.

2.3. Variáveis independentes

Nesta tese, considera-se que três atributos institucionais fundamentais devem ser analisados para compreender a variação nas respostas estatais à pandemia de Covid-19: democracia eleitoral, capacidade administrativa e capacidade coercitiva. A primeira variável, democracia eleitoral, é operacionalizada por meio do índice do projeto Varieties of Democracy (V-Dem), cuja concepção se alinha ao modelo minimalista de Robert Dahl (1997), centrado em

eleições livres, justas, competitivas e amplamente participativas. Optou-se por esse índice em razão de sua transparência metodológica, cobertura temporal e aderência ao conceito de poliarquia, o que o torna especialmente útil para análises comparativas de larga escala.

A segunda variável, capacidade administrativa, é construída com base na técnica de Análise de Componentes Principais (PCA), a partir de quatro indicadores do V-Dem que medem, de forma integrada, o acesso igualitário a oportunidades públicas e características centrais de uma burocracia profissional e imparcial. Já capacidade coercitiva é aqui compreendida não apenas como o potencial repressivo do Estado, mas como sua habilidade de manter controle territorial de forma estável e legítima. Para captá-la, utiliza-se o indicador “Autoridade do Estado no Território”, também do V-Dem. Entende-se que a combinação dessas três variáveis permite uma análise mais completa do papel das instituições na condução de políticas públicas em cenários de crise.

2.3.1. Regime Político – Democracia Eleitoral

Nesta tese, opta-se por operacionalizar a variável independente correspondente ao regime político através do índice de Democracia Eleitoral do V-Dem. A escolha se dá pela sua capacidade de operacionalizar, de forma eficaz, o conceito minimalista de democracia de Dahl (1997), centrado na competição eleitoral, no sufrágio universal, na liberdade de expressão e nos direitos civis e políticos.

Ainda que críticas possam ser feitas, ao evitar aspectos que poderiam gerar problemas de endogeneidade, como normas culturais, desempenho governamental, qualidade deliberativa, responsividade ou igualdade socioeconômica, a operacionalização minimalista proporciona vantagens para pesquisas empíricas comparativas que envolvem um grande número de países (*cross-country large-N*). A replicabilidade das medidas é essencial para que a comunidade acadêmica possa reproduzir e escrutinar o processo de geração de dados. Analistas devem registrar e tornar públicas suas regras de codificação, processo de codificação e dados desagregados, além de estar atentos a fontes sistemáticas de erro de medição e selecionar indicadores menos propensos a viés (Munck e Verkuilen, 2002, p. 16, 18-19). Além disso, ao evitar critérios normativos mais amplos e culturalmente variáveis, permitem análises mais objetivas e comparáveis em diferentes contextos nacionais.

Em um contexto de pandemia, no qual a capacidade de restringir liberdades e implementar medidas de emergência varia significativamente entre regimes, a escolha por uma

definição minimalista de democracia permite isolar com maior precisão os efeitos do regime político sobre a resposta governamental, sem confundir democracia com qualidade de governo ou desempenho estatal.

Em comparação a índices como *Freedom House*, *Polity IV* e *Economist Intelligence Unit* (EIU), o Índice de Democracia Eleitoral do V-Dem apresenta vantagens metodológicas relevantes. A metodologia transparente do V-Dem reduz significativamente a subjetividade e a ambiguidade conceitual que frequentemente afetam outras medições. Ademais, sua ampla cobertura temporal e geográfica permite análises empíricas comparativas mais robustas e detalhadas ao longo do tempo, conferindo-lhe vantagens sobre índices como o *Polity IV* e o EIU (Boese, Edgell e Hellmeier, 2021).

Assim, o índice de Democracia Eleitoral do V-Dem foi selecionado por sua aderência a essa definição minimalista, e por sua ampla cobertura temporal e geográfica.

2.3.2. Capacidade Administrativa

A capacidade administrativa é operacionalizada por meio de um índice composto e original de capacidade administrativa, construído a partir da técnica estatística de Análise de Componentes Principais (PCA – *Principal Component Analysis*), a partir de quatro indicadores da base *Varieties of Democracy* (V-Dem). Os indicadores selecionados são:

(i) Acesso a Empregos Públicos: analisa se diferentes grupos sociais possuem igualdade de oportunidade ao buscar cargos públicos, considerando gênero, filiação política, grupo social, nível socioeconômico ou localização geográfica;

(ii) Acesso a Negócios Públicos: avalia se contratos e oportunidades comerciais com o Estado são concedidos de maneira imparcial, verificando a existência de discriminação com base em gênero, conexões políticas, grupo social, nível socioeconômico ou localização geográfica;

(iii) Administração Pública Imparcial: examina a neutralidade na prestação de serviços e execução de políticas pela administração pública, identificando se os agentes públicos tratam todos os cidadãos equitativamente;

(iv) Decisões da Administração Pública: investiga se as decisões da administração pública são transparentes, fundamentadas em critérios objetivos e possuem mecanismos eficazes para contestação e recurso pelos cidadãos.

Opta-se aqui pela técnica de PCA, dada sua capacidade de condensar múltiplas dimensões teóricas em um único componente analítico. Dois dos indicadores relacionam-se ao acesso igualitário às oportunidades públicas, enquanto os outros dois destacam características centrais da burocracia weberiana, como profissionalismo, impessoalidade e previsibilidade. O uso da PCA permite, assim, maior parcimônia estatística sem perder coerência teórica (Nascimento, 2021).

Essa abordagem amplia a literatura anterior, que frequentemente se limitava à análise isolada da imparcialidade burocrática. Por exemplo, Knutsen e Kolvani (2022) utilizam exclusivamente o indicador de administração pública imparcial, omitindo outras dimensões fundamentais, como o acesso equitativo a cargos públicos e a transparência decisória. A formulação de um índice composto, como feito nesta tese, permite captar essas múltiplas dimensões de forma integrada, o que é particularmente relevante ao analisar regimes com estruturas estatais ambivalentes, como autocracias tecnicamente eficientes, porém politicamente opacas.

2.3.3. Capacidade Coercitiva

Adota-se, nesta tese, uma concepção da capacidade coercitiva como ponto de partida para compreender tanto a preservação da ordem interna quanto os limites do exercício do poder em contextos democráticos e autoritários. De forma geral, essa dimensão diz respeito à habilidade estatal de controlar a violência, proteger fronteiras, conter ameaças externas e assegurar o cumprimento das normas jurídicas (Hanson e Sigman, 2021, p. 4). Trata-se, portanto, de uma função que, como já antecipava Hobbes (1651), justifica a própria existência do Estado. Na mesma linha, Weber (2011), ao conceituar o Estado como a entidade que detém o monopólio legítimo da força física, insere a coerção no núcleo da autoridade política. Mesmo em democracias consolidadas, onde o consenso e a institucionalidade são pressupostos básicos, o aparato coercitivo continua sendo necessário, afinal, nem todos os cidadãos obedecem voluntariamente às normas (Fukuyama, 2015, p. 13).

Considera-se aqui que a coerção estatal não é, por definição, antagônica à democracia. Em determinados contextos, ela pode inclusive proteger a ordem constitucional contra ameaças de ruptura, como golpes de Estado, grupos paramilitares ou levantes armados (Tilly, 2007; Andersen, 2017, p. 19). No entanto, esse mesmo aparato militar sob regimes autocráticos é frequentemente usado como instrumento de repressão para sufocar pressões por mudança

política e manter o controle, permitindo que ditadores consolidem sua autoridade através do medo e intimidação (Albertus e Menaldo, 2012, p. 153-154). Por isso, esta tese parte do pressuposto de que os efeitos da coerção sobre o regime político dependem diretamente das instituições que a controlam e da forma como ela é exercida.

A controvérsia também alcança o plano metodológico, especialmente no que diz respeito às estratégias adotadas para mensurar a capacidade estatal coercitiva. Muitos estudos optam por indicadores como gastos militares per capita ou o número de militares em relação à população para medir a capacidade coercitiva estatal (Albertus e Menaldo, 2012, p. 154; Fortin-Rittberger, 2014, p. 1251). Embora amplamente disponíveis, tais *proxies* capturam mais a força potencial do aparato repressivo do que a presença institucional efetiva do Estado. O exercício cotidiano da coerção, aquele que sustenta a obediência social e permite a aplicação da lei, conecta-se diretamente à capacidade de preservar fronteiras, proteger contra ameaças externas, manter a ordem interna e assegurar o cumprimento da lei (Hanson e Sigman, 2021, p. 4).

Com base nos debates acima, esta tese adota uma concepção ampliada de capacidade coercitiva, que inclui não apenas o controle da ordem, mas também seus efeitos sobre a legitimidade do regime. Regimes autoritários com alta capacidade estatal podem manipular eleições e reprimir a oposição com maior eficácia, utilizando estratégias que incluem a geração de apoio genuíno através da prestação de serviços públicos, a fabricação de apoio através da manipulação eleitoral, e a supressão da dissidência (Van Ham e Seim, 2017). Contudo, quando esses mecanismos são instrumentalizados para fins repressivos e de manipulação institucional, tal uso da coerção compromete a legitimidade democrática, fenômeno observado nos processos recentes de autocratização da Hungria e da Polônia. Viktor Orbán e Jarosław Kaczyński utilizaram estratégias similares para consolidar poder, incluindo controle da mídia e manipulação do sistema judicial, caracterizando um movimento em direção ao autoritarismo (Fernandez, 2020, p. 17-19).

Para avaliar empiricamente essa dimensão, opta-se nesta tese pelo uso do indicador “Autoridade do Estado no Território”, do projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem). Essa variável está relacionada à capacidade coercitiva estatal definida por Hanson e Sigman, que inclui o controle efetivo e estável sobre o território nacional, a preservação das fronteiras e a manutenção da ordem interna, sendo especialmente útil para detectar vazios de poder, instabilidade institucional e déficits de presença estatal (Hanson e Sigman, 2021, p. 5). Com isso, pretende-se captar não apenas a capacidade formal do aparato coercitivo, mas sua eficácia real em impor a ordem de forma estável, contínua e institucionalmente legítima.

2.4. Variáveis de controle

No esforço de compreender com mais precisão os efeitos do regime político e da capacidade estatal sobre as respostas à pandemia, também foram incluídas algumas variáveis de controle que capturam características estruturais e políticas dos países analisados. Uma delas é a ideologia política do chefe do Executivo, considerada aqui não como variável central, mas como um fator relevante que pode influenciar as decisões políticas durante crises sanitárias. A classificação ideológica foi feita com base no *DPI (Database of Political Institutions)*, e complementada por dados do V-Dem em casos sem mudança de governo.

Além disso, foram incorporados o PIB per capita, indicador amplamente utilizado para refletir o nível de desenvolvimento econômico, e o tamanho da população (em log), dado que a escala populacional impõe desafios administrativos distintos. Por fim, a variável que mede a proporção de pessoas com 65 anos ou mais permite controlar o efeito da estrutura etária sobre os desfechos da pandemia, já que se sabe que a Covid-19 tem impacto desproporcional em faixas etárias mais elevadas. Embora essas variáveis não sejam o foco da análise, sua inclusão é fundamental para reduzir vieses e aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos.

2.4.1. Ideologia do Chefe do Executivo

Ainda que não componha a base conceitual central desta tese, a orientação ideológica do chefe do Executivo pode interferir na disposição política de ativar plenamente as capacidades estatais disponíveis. Em contextos de alta polarização ou de lideranças populistas, é comum observar a minimização de riscos sanitários, o desestímulo à ação coordenada e o enfraquecimento deliberado de instituições técnicas. Por essa razão, a ideologia do Executivo é incorporada como variável de controle nos modelos empíricos, permitindo isolar seus possíveis efeitos sobre a intensidade e a transparência da resposta governamental à pandemia.

A ideologia política dos líderes desempenha um papel relevante na explicação da resposta governamental à pandemia da COVID-19. Em contextos altamente polarizados, a orientação ideológica pode influenciar tanto a percepção da gravidade da crise quanto a disposição dos governos em adotar medidas de contenção eficazes. Embora estudos anteriores sustentassem que líderes conservadores seriam mais sensíveis a ameaças externas (Van Leeuwen e Park, 2009; Matthews, Levin e Sidanius, 2009), no contexto específico da pandemia observou-se o oposto: lideranças de direita frequentemente minimizaram a gravidade do vírus,

resistiram à adoção de medidas restritivas e, em alguns casos, promoveram desinformação (Franck, 2020; Rupar, 2020).

Nos Estados Unidos, Donald Trump desestimulou o uso de máscaras e desqualificou a gravidade da doença. No Brasil, Jair Bolsonaro adotou discurso semelhante. Localidades com maior apoio a partidos de direita apresentaram menor adesão a medidas de distanciamento social e maior resistência a restrições sanitárias (Allcott et al., 2020; Havey, 2020).

Em ambos os casos, observou-se o uso estratégico da retórica ideológica para enfraquecer a autoridade técnica de especialistas em saúde pública, deslegitimar medidas sanitárias e mobilizar o eleitorado em torno de pautas anticientíficas. Esse comportamento foi reforçado por veículos de mídia alinhados ideologicamente aos governos incumbentes, como a Fox News, nos Estados Unidos (Havey, 2020), contribuindo para a erosão da confiança pública nas instituições de saúde. Esse padrão sugere que a ideologia política dos chefes de governo poderia afetar diretamente a intensidade e a coerência das políticas públicas de resposta à pandemia.

Assim, a inclusão da variável de controle "Ideologia do Chefe do Executivo" busca capturar possíveis efeitos sistemáticos da orientação política dos governantes sobre a intensidade das políticas públicas implementadas. A expectativa teórica é de que governos de esquerda, mais propensos a respeitar orientações científicas e a implementar medidas de proteção coletiva, tenham adotado respostas mais consistentes e rigorosas do que governos de direita.

A operacionalização dessa variável baseou-se no *Database of Political Institutions* (DPI) do Banco Mundial, complementado, quando necessário, por dados do projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem). A ideologia do chefe do Executivo foi classificada em três categorias: esquerda (-1), centro (0) e direita (1). Nos casos em que não houve turnover do chefe de governo entre 2020 e 2022, manteve-se a classificação anterior, de acordo com a variável de turnover do V-Dem (v2elturnhog). Quando a codificação no DPI não era conclusiva, utilizou-se a variável "Característica Ideológica" do V-Dem (v2exl_legitideolcr), atribuindo a classificação conforme o peso dado às categorias "socialista/comunista" e "conservador". Casos residuais foram codificados manualmente com base na análise do contexto político nacional.

Dessa forma, a variável "Ideologia do Chefe do Executivo" atua como controle relevante para isolar os efeitos do regime político e da capacidade estatal sobre a intensidade normativa

das políticas públicas adotadas e sobre a transparência informacional dos dados oficiais de mortalidade divulgados durante a pandemia.

2.4.2. Produto Interno Bruto per capita (e_gdppc do V-Dem)

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi incluído como variável de controle nesta pesquisa devido à sua influência multifacetada sobre a dinâmica da pandemia de Covid-19. Estudos recentes identificaram que a relação entre o nível de desenvolvimento econômico e as taxas de mortalidade associadas à pandemia é complexa e, em alguns casos, não linear. Existe uma curva em formato de U invertido, segundo a qual países de renda média apresentaram taxas de mortalidade superiores àquelas observadas tanto em países de baixa quanto de alta renda (Islam, 2024, p. 50; Rolim Filho, Tessmann e Kumagawa, 2024, p. 62).

Além disso, países mais desenvolvidos registraram um número absoluto mais elevado de mortes por Covid-19, fenômeno atribuído, entre outros fatores, à maior intensidade de fluxos internacionais de comércio e de viagens (Chodick e Weil, 2020, p. 6). Outras variáveis, como o envelhecimento populacional, a capacidade dos sistemas de saúde e o nível de democracia, também interagiram com o desenvolvimento econômico para moldar os padrões de mortalidade observados (Rolim Filho, Tessmann e Kumagawa, 2024, p. 62).

Embora os países de maior renda tenham reportado, de maneira geral, maiores números de casos e mortes por milhão de habitantes, a taxa de mortalidade por caso confirmado (*case fatality rate*) não apresentou diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes quintis de PIB per capita (Chodick e Weil, 2020, p. 5). Esses resultados sugerem que o nível de desenvolvimento econômico de um país influencia sua vulnerabilidade e sua capacidade de resposta frente a pandemias de maneira multifatorial e mediada por diversas condições estruturais (Rolim Filho, Tessmann e Kumagawa, 2024, p. 62). Contrariamente, alguns estudos encontraram que o PIB per capita não tem impacto significativo nas mortes por COVID-19 quando todos os fatores são considerados (Schuman, Quinto e Ibarra, 2023)..

A inclusão do PIB per capita como variável de controle visa, portanto, ajustar os modelos empíricos às variações de riqueza entre os países, permitindo isolar de forma mais precisa os efeitos específicos do regime político e da capacidade estatal sobre a intensidade normativa das políticas públicas implementadas e sobre a transparência informacional dos dados oficiais de mortalidade durante a pandemia da Covid-19.

2.4.3. População (e_wb_pop do V-Dem)

O tamanho populacional influencia diretamente a dinâmica de disseminação de doenças e a complexidade da resposta estatal. Características populacionais influenciam a dinâmica de disseminação do vírus e o impacto sanitário da pandemia de maneira complexa e multifacetada. Foi observada a presença de efeitos mistos associados ao tamanho populacional: enquanto cidades maiores inicialmente apresentaram vantagens no controle da disseminação, essas vantagens tendiam a desaparecer à medida que a pandemia avançava (Ribeiro et al., 2020).

Na União Europeia, observou-se uma relação não linear entre o tamanho da população e as mortes per capita, com aumento de 1% na população associado a um incremento de 0,49% nas taxas de mortalidade ajustadas pela população (Papanikos, 2020, p. 282). A configuração urbana, a facilidade de locomoção e a densidade populacional também foram identificadas como fatores correlacionados aos padrões iniciais de disseminação da Covid-19 nos Estados Unidos (Lima, Brown e Duarte, 2021, p. 2).

Adicionalmente, o impacto global da pandemia foi amplificado em termos demográficos, com a relação positiva documentada entre o número de casos confirmados e o número de fatalidades (Sansa, 2020). Embora o distanciamento social e o desenvolvimento de vacinas tenham se mostrado estratégias eficazes no controle da pandemia, a variação no tamanho populacional continua sendo uma variável estrutural fundamental para compreender as diferenças entre os países em termos de exposição ao risco e capacidade de resposta.

A inclusão do logaritmo natural da população total como variável de controle nesta pesquisa visa capturar os efeitos estruturais do tamanho populacional sobre a intensidade normativa das políticas públicas adotadas e sobre a transparência informacional dos dados oficiais de mortalidade, isolando-os dos efeitos específicos atribuíveis ao regime político e à capacidade estatal.

2.4.4. População com Idade Acima de 65 Anos: porcentagem da população total com 65 anos ou mais (dados adquiridos no banco de dados do WHO (Mathieu et al. 2020.2).

A idade da população é um dos determinantes mais relevantes para explicar as variações nas taxas de mortalidade associadas à Covid-19. Estudos indicam que a pandemia afetou desproporcionalmente os adultos mais velhos, especialmente aqueles com 65 anos de idade ou mais. Nos Estados Unidos, 81% das mortes por Covid-19 registradas em 2020 ocorreram nessa faixa etária, tornando-se a terceira principal causa de morte para esse grupo demográfico

(Tejada-Vera e Kramarow, 2022, p. 1). Um estudo ecológico conduzido em 16 países revelou que indivíduos com 65 anos ou mais apresentaram uma taxa de mortalidade 62 vezes superior à observada entre aqueles com 54 anos ou menos (Yanez et al., 2020, p. 1).

Ainda em contexto norte-americano, dados do CDC indicaram que, embora adultos com 65 anos ou mais representassem apenas 31% dos casos confirmados de infecção, eles concentraram 80% das mortes atribuídas à COVID-19, com resultados especialmente graves entre aqueles com 85 anos ou mais (CDC, 2020). Além disso, fatores como sexo biológico também influenciaram a vulnerabilidade, sendo que homens enfrentaram um risco 77% maior de morte em comparação com mulheres (Yanez et al., 2020, p. 1).

Esses resultados demonstram que a estrutura etária das populações influencia diretamente os desfechos sanitários em contextos pandêmicos. Assim, a inclusão da variável "porcentagem da população com 65 anos ou mais" como controle no modelo analítico visa ajustar para a composição etária dos países, garantindo que as análises sobre a influência do regime político e da capacidade estatal sobre as respostas à pandemia não sejam enviesadas por diferenças estruturais de idade populacional.

2.5. Problemas de endogeneidade

Em estudos observacionais comparativos, a possibilidade de endogeneidade constitui um desafio metodológico relevante. Existe o risco de que as variáveis independentes, como regime político ou capacidade estatal, sejam influenciadas, em alguma medida, pelos próprios desfechos que se pretende explicar. No contexto da pandemia da Covid-19, esse risco é intensificado por fenômenos como colapsos institucionais, alterações na governabilidade ou revisões constitucionais ocorridas em resposta à crise.

Com o objetivo de mitigar esse problema, as variáveis independentes (democracia eleitoral, capacidade administrativa e capacidade coercitiva) foram extraídas com uma defasagem temporal de sete anos em relação às variáveis dependentes, medida que visa garantir a precedência causal e reduzir o risco de simultaneidade. Essa estratégia segue diretrizes metodológicas amplamente aceitas na literatura de Ciência Política comparada (Gerring et al., 2005).

Ainda assim, duas variáveis de controle foram medidas no mesmo período da pandemia (2020–2022). Isso ocorreu por exigência substantiva. A primeira é a ideologia do chefe do Executivo, que reflete as características dos governos incumbentes no contexto específico da

crise sanitária. A segunda é a proporção da população com 65 anos ou mais, que, embora estruturalmente estável no curto prazo, é relevante apenas se mensurada no período em que a pandemia produziu efeitos concretos. A adoção dessas medidas visa aumentar a validade interna da análise, assegurando que os efeitos atribuídos a instituições políticas e capacidades estatais não estejam contaminados por causação reversa ou por variações contemporâneas nos desfechos sanitários.

A opção por adotar uma defasagem de sete anos entre as variáveis independentes (2013–2022) e as variáveis dependentes (2020–2022) visou assegurar a precedência temporal e reduzir o risco de simultaneidade reversa. Essa escolha segue recomendações metodológicas consolidadas em estudos comparativos de política institucional. No entanto, é importante reconhecer que mudanças institucionais relevantes podem ter ocorrido no intervalo, sobretudo em regimes instáveis. Este é, portanto, um trade-off metodológico consciente: evita-se capturar relações espúrias de curto prazo, ainda que se renuncie a variáveis potencialmente mais atualizadas.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a análise exploratória dos dados utilizados nos modelos empíricos, a fim de oferecer uma visão preliminar sobre a distribuição, a variabilidade e as relações entre as variáveis selecionadas. Essa etapa busca identificar padrões, correlações iniciais e casos extremos. O objetivo é compreender o comportamento dos dados antes da aplicação dos testes estatísticos formais.

Inicialmente, são descritas as etapas de construção do índice de capacidade administrativa, com base na técnica de Análise de Componentes Principais (PCA), seguida pela apresentação das estatísticas descritivas das variáveis dependentes, independentes e de controle. Em seguida, examinam-se os países que ocupam posições extremas nos principais indicadores, quais sejam: intensidade da resposta governamental, transparência governamental, regime político, capacidade administrativa e capacidade coercitiva.

Por fim, são apresentados os resultados da análise bivariada, com destaque para as correlações entre as variáveis e a visualização gráfica de dispersões. Essa abordagem permite antecipar tendências relevantes, aprofundar a intuição sobre os dados e fornecer subsídios para a interpretação dos modelos de regressão que serão discutidos nos capítulos seguintes.

3.1. Indicador de capacidade estatal

Como parte da estratégia empírica desta pesquisa, foi construído um índice composto para mensurar a capacidade administrativa dos Estados, com base em dados do projeto V-Dem. A construção do índice segue o referencial conceitual apresentado no Capítulo 1 e detalhado na Seção 3.2, com o objetivo de sintetizar múltiplos aspectos da burocracia estatal em uma única medida com maior parcimônia estatística e coerência teórica.

Foram selecionados quatro indicadores que expressam dimensões centrais da administração pública moderna: (i) acesso a empregos públicos, (ii) acesso a negócios públicos, (iii) imparcialidade da administração pública e (iv) previsibilidade das decisões administrativas. Esses indicadores foram extraídos da base do V-Dem e refletem tanto critérios de equidade no acesso ao Estado quanto características da burocracia weberiana, como impessoalidade e estabilidade decisória.

Quadro 9 – Descrição dos Indicadores de Capacidade Estatal Administrativa

Acesso a Empregos Públicos (Public Sector Employment)	Esta variável avalia até que ponto os empregos no setor público são distribuídos com base em critérios meritocráticos, e não por conexões pessoais ou filiações políticas. Ela examina se o recrutamento e a promoção dentro do serviço público ocorrem por meio de processos abertos e competitivos, garantindo igualdade de oportunidades para todos os candidatos qualificados. Quanto mais meritocrático for o sistema, maior será a pontuação nessa variável.
Acesso a Negócios Públicos (Public Sector Business)	Esta variável mede o grau de igualdade de oportunidades para que indivíduos e empresas possam participar de atividades econômicas com o governo — como concorrências públicas, contratos e concessões. Avalia se o acesso a esses negócios é regulado por procedimentos justos e transparentes ou se é dominado por favoritismo, corrupção ou vínculos políticos. Altas pontuações indicam um sistema mais equitativo e imparcial.
Administração Pública Imparcial (Rigorous and Impartial Public Administration)	Esta variável considera o grau em que os funcionários públicos cumprem a lei e a aplicam de maneira imparcial e não arbitrária. Ela reflete a existência de uma administração pública que atua segundo normas e procedimentos bem definidos, assegurando que as decisões sejam tomadas com profissionalismo e integridade, sem discriminação nem favorecimento.
Decisões da Administração Pública (Transparent Laws with Predictable Enforcement)	Esta variável avalia até que ponto as decisões administrativas do Estado são transparentes, previsíveis e fundamentadas em normas legais. Examina se existem mecanismos institucionais que permitem a revisão dessas decisões e se há salvaguardas contra ações arbitrárias por parte de funcionários públicos. Um alto nível nessa variável indica maior responsabilização e aderência ao Estado de Direito.

Fonte: Elaboração própria a partir do V-Dem Codebook v14.

Na Tabela 1, observa-se a estatística descritiva dos indicadores utilizados para produzir o indicador de capacidade administrativa:

Tabela 1 - Estatística descritiva dos indicadores de capacidade estatal incluídos no PCA

Variável	Obs	Média	Desv. Padrão	Min	Max
Acesso a Empregos Públicos	1789	0,94	1,30	-2,42	3,31
Acesso a Negócios Públicos	1789	0,84	1,32	-1,950	3,58
Adm. Pública Imparcial	1790	0,40	1,48	-3,25	4,02
Decisões Adm. Pública	1790	0,43	1,12	-2,46	3,53

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta a matriz de correlação entre os indicadores utilizados para compor o índice de capacidade administrativa. Os coeficientes elevados e positivos indicam consistência interna adequada entre os indicadores, o que justifica sua agregação por meio de técnica de redução de dimensionalidade.

Tabela 2 - Matriz de correlação entre as variáveis de capacidade estatal incluídas no PCA

	Acesso Empregos Públicos	Acesso Negócios Públicos	Adm. Pública Imparcial	Decisões Adm. Pública
Acesso a Empregos Públícos	1			
Acesso a Negócios Públícos	0,859	1		
Adm. Pública Imparcial	0,696	0,731	1	
Decisões Adm. Pública	0,653	0,700	0,773	1

Fonte: Elaboração própria.

Para avaliar a adequação da matriz de dados à aplicação da Análise de Componentes Principais (PCA), foi utilizado o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que mede a proporção da variância comum entre as variáveis. O valor geral obtido foi de 0,793, indicando um grau satisfatório de adequação da amostra à redução dimensional, conforme o critério de corte mínimo de 0,6 sugerido por Pallant (2007). Os resultados detalhados por variável encontram-se na Tabela 3.

Tabela 3 - Teste de Kaiser-Meyer-Olklin (KMO)

Variável	KMO
Acesso a Empregos Públícos	0,767
Acesso a Negócios Públícos	0,760
Adm. Pública Imparcial	0,828
Decisões Adm. Pública	0,829
Geral	0,793

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 4 sumariza os resultados do PCA. O número de componentes é igual ao número de variáveis (4). Os componentes em conjunto explicam a completa variação dos dados (100%). O Gráfico 1 ilustra a dispersão dos componentes *Scree Test*. A linha pontilhada aponta

o critério de Kaiser, ou seja, deve-se apenas extraír componentes com autovalor maior do que 1. Hair e colaboradores (2006) e Schawb (2007) propõem que a extração deve prosseguir até que o pesquisador consiga capturar, pelo menos, 60% da variabilidade (apud Figueiredo Filho e Silva Junior, 2010, p. 177). Na tabela abaixo, o primeiro componente extraído apresentou um autovalor de 3,21 e carregou 80% da variância das variáveis originais. Portanto, o componente 1 foi extraído e utilizado como o indicador de Capacidade Administrativa. A estatística descritiva do indicador resultante do PCA encontra-se na Tabela 5.

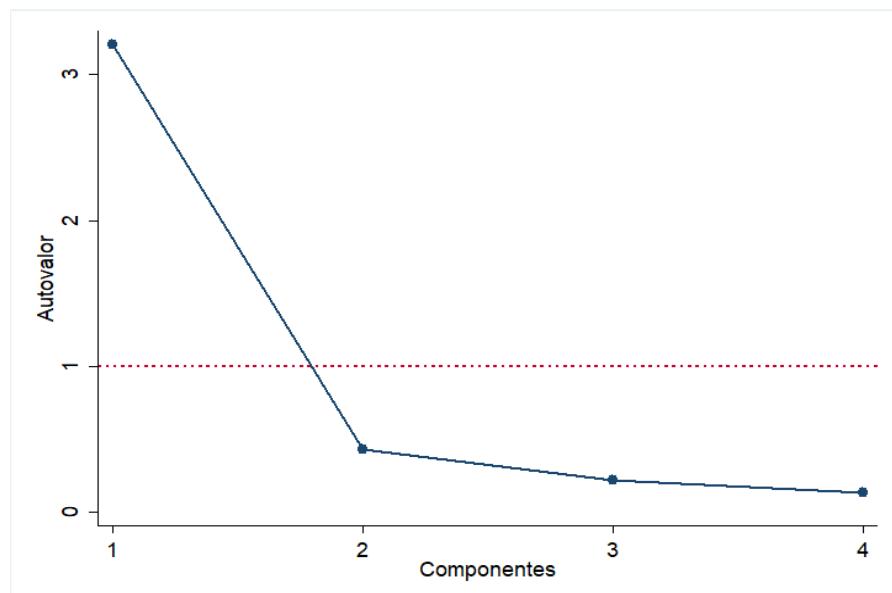
Tabela 4 - Variância total explicada das variáveis observadas

Componente	Autovalor	Diferença	% Variância	% Acumulada
1	3,21	2,78	80	80
2	0,43	0,21	11	91
3	0,22	0,09	6	97
4	0,14	.	3	100

Fonte: Elaboração própria.

O gráfico do *Scree Test* (Gráfico 1) confirma visualmente a queda abrupta no autovalor após o primeiro componente, o que reforça a decisão metodológica de retenção única.

Gráfico 1 - Dispersão dos componentes Scree Test



Fonte: Elaboração própria.

O índice construído será empregado como variável independente nos modelos de regressão apresentados nos capítulos seguintes. Sua distribuição, bem como a das demais variáveis mobilizadas na tese, será apresentada na seção seguinte, dedicada à análise estatística descritiva da amostra.

3.2. Estatística descritiva

Esta seção apresenta a análise estatística descritiva das variáveis empregadas nos modelos empíricos da pesquisa, com o objetivo de oferecer um panorama inicial sobre a distribuição, a variação e os padrões da amostra. São descritas as variáveis dependentes (intensidade da resposta governamental – OxCGRT e transparência governamental – subnotificação de mortes), as variáveis independentes (democracia eleitoral, capacidade administrativa e capacidade coercitiva) e as variáveis de controle (ideologia do chefe do Executivo, PIB per capita, população total e proporção de idosos).

A Tabela 5 oferece um panorama geral da distribuição das variáveis utilizadas na análise empírica. A média do índice OxCGRT (45,11) sugere uma resposta governamental moderada em termos globais, mas a ampla variação observada (de 11,05 a 79,89) indica disparidades significativas entre países. Essa heterogeneidade já antecipa a premissa da tese de que a intensidade da resposta à pandemia não é explicada por um único fator, como regime político ou capacidade estatal, mas por sua interação.

Tabela 5 - Estatística descritiva

Variável	Obs	Média	Desv. Padrão	Min	Max
OxCGRT	501	45,11	13,36	11,05	79,89
Mortes oficiais - Excesso de mortes (per 100k)	519	93,42	119,1	-207,4	738,2
Democracia Eleitoral	1790	0,52	0,26	0,01	0,92
Capacidade administrativa	1789	2,43	1,79	-4,12	3,98
Capacidade coercitiva	1790	0,69	0,29	0,01	0,99
Ideologia	498	0,07	0,96	-1	1
PIB per capita	696	16,67	16,99	0,7	98,92
População (log)	1729	16,13	1,67	11,41	21,07
% Pop +65	519	8,68	6,29	1,14	27,05

Fonte: Elaboração própria. Nota: População de 167 países.

A variável de subnotificação de mortes apresenta média positiva (93,42) e desvio-padrão elevado, com valores extremos indo de -207,4 a 738,2, o que revela tanto padrões de ocultamento estatístico quanto casos de possível super-registro.

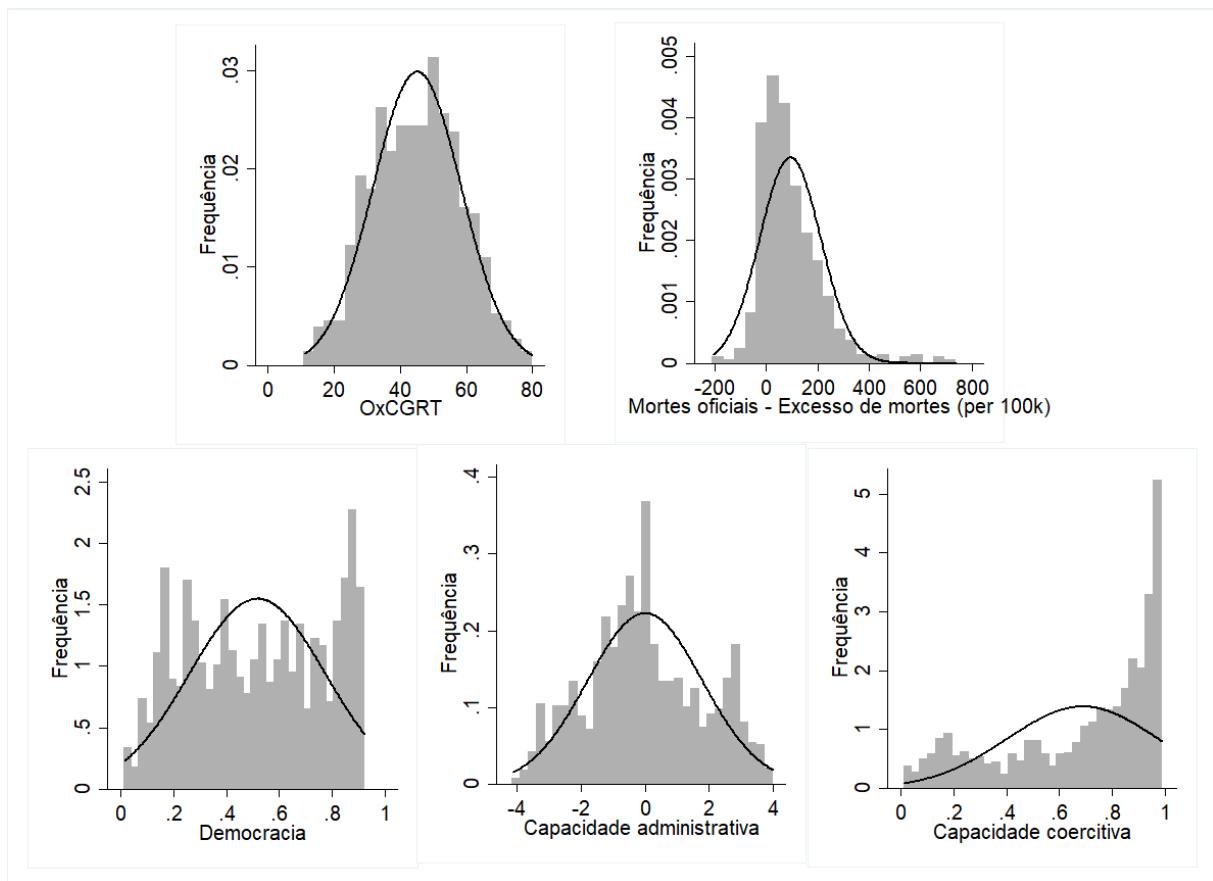
A média global de democracia eleitoral (0,52), com distribuição que vai de 0,01 a 0,92, reflete uma diversidade importante na amostra, que inclui desde regimes autoritários fechados até democracias consolidadas. Essa variabilidade é essencial para o teste da hipótese 1, segundo a qual regimes democráticos tenderiam a responder de forma mais transparente e mais intensa.

Já os índices de capacidade estatal apresentam distribuição mais assimétrica: a capacidade administrativa tem amplitude que vai de -4,12 a 3,98, com média de 2,43, enquanto a capacidade coercitiva, com distribuição mais concentrada (média 0,69, mínimo 0,01, máximo 0,99), indica que a autoridade territorial é uma dimensão mais estável da capacidade estatal. Esses padrões sugerem que a dimensão coercitiva pode ser menos sensível a variações conjunturais e mais enraizada na estrutura estatal, hipótese coerente com a literatura sobre *accountability* horizontal e as fragilidades institucionais em novas poliarquias (O'Donnell, 1998).

As variáveis de controle apresentam variação suficiente para justificar sua inclusão. Em especial, a proporção de idosos (média 8,68%) e o PIB per capita (média 16,67 mil dólares) permitem testar a robustez dos efeitos institucionais frente a fatores demográficos e econômicos amplamente reconhecidos na literatura de políticas públicas em saúde.

O Gráfico 2 apresenta os histogramas das principais variáveis do modelo e confirma visualmente a assimetria já indicada pela estatística descritiva. As variáveis “capacidade administrativa” e “subnotificação” apresentam distribuições com caudas longas e presença de *outliers*, o que revela uma desigualdade profunda entre os países no que se refere à organização burocrática e à transparência informacional. A concentração de valores baixos na distribuição da democracia, especialmente entre 0 e 0,4, mostra que a maioria dos países da amostra opera abaixo do ideal democrático, o que reforça a pertinência do teste da hipótese 3: a de que a capacidade estatal, mesmo quando presente, tem efeitos distintos conforme o nível de democracia.

Gráfico 2 - Histogramas das variáveis principais



Fonte: Elaboração própria.

A distribuição do índice OxCGRT é relativamente simétrica, indicando, em média, uma tendência a medidas de intensidade moderada. No entanto, a variância observada revela que muitos países optaram por posturas extremas tanto de omissão, quanto de rigidez normativa. Tais padrões são visíveis na performance de casos como Argentina (alta rigidez) e Nicarágua (quase nenhuma resposta), antecipando as análises de regressão e os estudos de casos destoantes discutidos nos capítulos seguintes.

A Tabela 6 apresenta a distribuição da variável "Ideologia do Chefe do Executivo", com ligeira predominância de governos de direita (50%) em relação aos de esquerda (43%), e menor presença de governos de centro (7%). Essa variável é relevante para controlar os efeitos de orientação política no comportamento governamental durante a pandemia, uma vez que líderes conservadores frequentemente minimizaram a gravidade da pandemia e demonstraram maior resistência às medidas restritivas, influenciando diretamente o comportamento social frente à pandemia (Franck, 2020; Allcott et al., 2020). A distribuição ideológica da amostra, portanto,

permite isolar estatisticamente os efeitos do regime e da capacidade estatal das possíveis inclinações ideológicas associadas à negação, à desmobilização e à manipulação informacional.

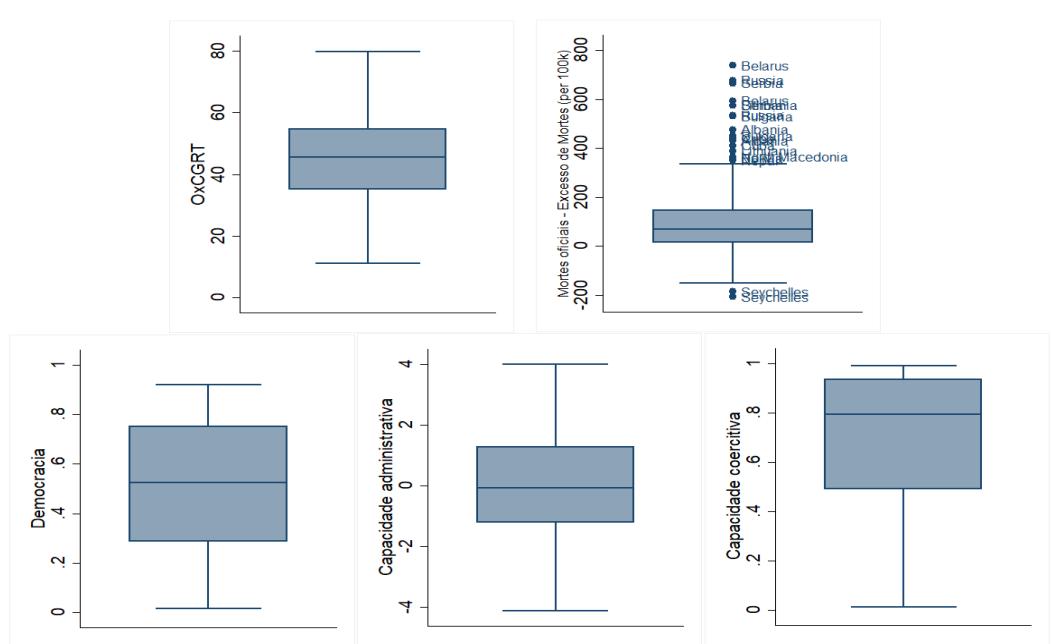
Tabela 6 - Frequência da variável "ideologia do chefe do Executivo"

Ideologia	Frequência	%
Esquerda (-1)	215	43
Centro (0)	37	7
Direita (1)	249	50
Total	501	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Database of Political Institutions* – DPI (2020), do Banco Mundial e V-Dem (2024).

O Gráfico 3 apresenta os *boxplots* das cinco variáveis centrais da pesquisa, evidenciando a presença de casos extremos relevantes para a compreensão da variação institucional entre os países. A amplitude na variável de subnotificação chama atenção, com valores que superam 700 mortes em excesso, por 100 mil habitantes, não reportadas oficialmente. Casos como Bielorrússia e Rússia já se destacam aqui como possíveis outliers. Por outro lado, Seychelles aparece com valores negativos, sugerindo padrões de notificação mais rigorosos ou distorções estatísticas decorrentes da redução de outras causas de morte durante o período pandêmico.

Gráfico 3 - Boxplots das variáveis principais

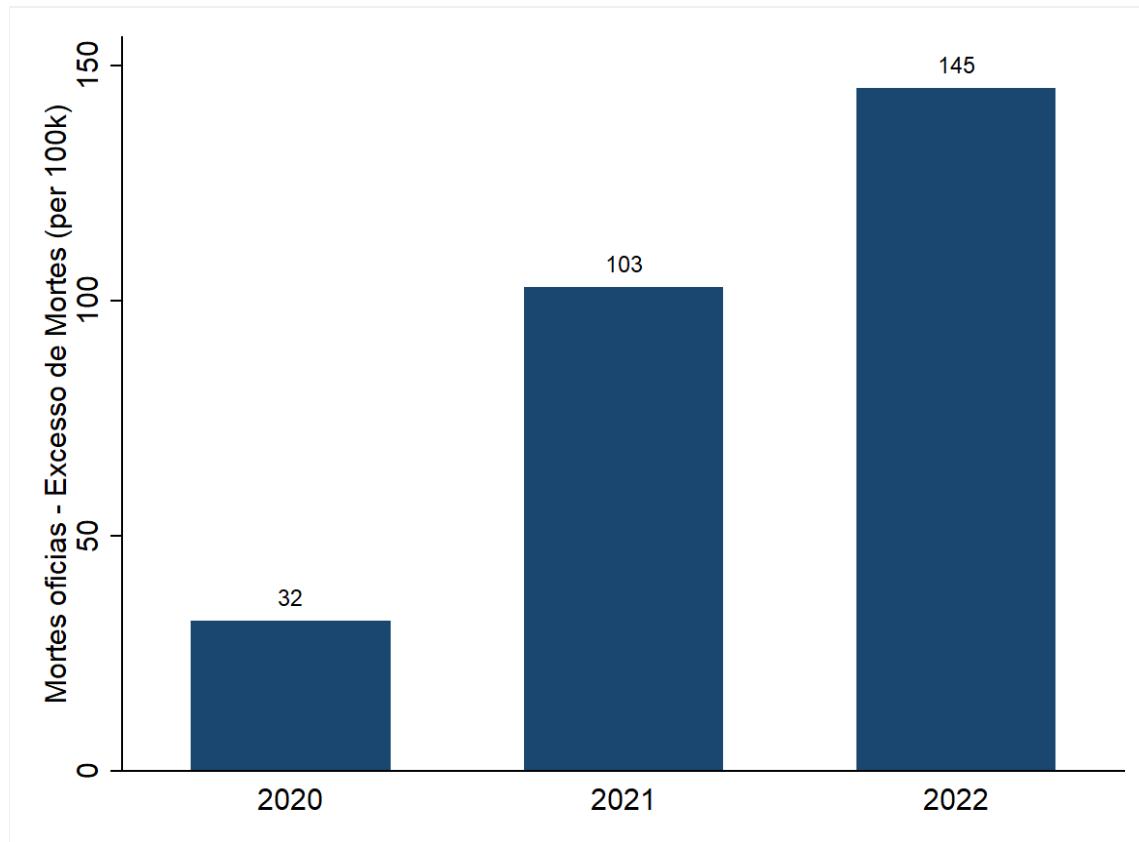


Fonte: Elaboração própria.

Esses desvios vão além de uma mera anomalia estatística. Eles antecipam o argumento de que: a capacidade estatal, quando combinada a configurações institucionais específicas, sejam democráticas ou autoritárias, molda simultaneamente a intensidade da resposta e a integridade das informações produzidas pelo Estado. A presença de democracias consolidadas entre os *outliers* negativos (como Seychelles) e autocracias entre os extremos positivos (como a Bielorrússia) antecipa a hipótese 3, que será formalmente testada nos capítulos seguintes.

O Gráfico 4 mostra a evolução do excesso médio de mortes por 100 mil habitantes ao longo dos três anos de pandemia. O aumento significativo observado ao longo do período confirma que, embora a Covid-19 tenha se iniciado em 2020, o impacto mais devastador ocorreu progressivamente nos anos seguintes, culminando em 2022, quando novas variantes se disseminaram e a capacidade de resposta dos países foi realmente testada. Os países com piores desempenhos identificados anteriormente nos *boxplots*, como Bielorrússia, Sérvia e Rússia, coincidem com os casos de maior opacidade informacional, o que reforça a hipótese de que a ocultação de dados não foi estática, mas sim reativa à intensificação da crise.

Gráfico 4 - Média de excesso de mortes (por 100 mil hab.) por ano



Fonte: Elaboração própria.

Esses padrões são coerentes com a literatura sobre fragilidades da *accountability* horizontal em novas poliarquias (O'Donnell, 1998) e estratégias de manipulação ou contenção estatística adotadas por regimes autoritários. Ao contrário, países que melhoraram seus registros ao longo do tempo, como Cuba e China, podem ter feito isso por pressão internacional, aprendizado institucional ou aperfeiçoamento de seus sistemas epidemiológicos. Esses achados dão suporte preliminar à ideia de que a transparência não é apenas uma função da democracia, mas também da capacidade de aprender e adaptar-se ao longo do tempo.

3.2.1. Opacidade informacional elevada: Bielorrússia e Rússia

Dois países apresentam valores extremamente elevados na variável "diff100k", que mede a diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes por 100 mil habitantes: Belarus (431,16) e Rússia (352,50). Esse padrão indica forte opacidade informacional, sugerindo subregistro sistemático, manipulação de dados ou falhas na transparência estatal. Essa hipótese é reforçada por:

- Baixos índices de democracia eleitoral e poliarquia. Bielorrússia (Ele_D = 0,25; poliarquia = 0,25) e Rússia (Ele_D = 0,26; poliarquia = 0,27), caracterizando regimes autoritários ou híbridos, onde a *accountability* horizontal é limitada e a transparência institucional é fraca;
- Níveis intermediários de capacidade administrativa e coercitiva, que indicam que o Estado possui certo grau de organização e autoridade territorial, o suficiente para implementar políticas públicas e, potencialmente, para controlar a informação pública e suprimir dados epidemiológicos.

3.2.2. Valor negativo na subnotificação: Seychelles

O caso de Seychelles é o mais extremo no outro extremo da distribuição, com valor negativo de *diff100k* (-184,73). O número oficial de mortes foi superior ao número estimado de mortes em excesso, um resultado relativamente raro e digno de atenção. A interpretação desse dado pode estar associada a três fatores principais:

- Alta capacidade administrativa e coercitiva, que refletem forte presença estatal e uma burocracia funcional e imparcial, capaz de manter registros rigorosos e confiáveis.

- Nível moderado de democracia eleitoral ($\text{Ele_D} = 0,58$), compatível com um ambiente institucional que favorece transparência, auditoria e responsabilização.
- Possíveis efeitos contextuais, como a adoção de protocolos de notificação amplos, atribuição de mortes ao vírus com base em critérios mais inclusivos, ou a redução de outras causas de morte (como acidentes e homicídios), que podem ter levado à subestimação da mortalidade esperada, produzindo o valor negativo observado.

Esses dados sugerem que o desempenho institucional de Seychelles, diferentemente de outros casos, pode estar associado a um padrão de super-registro, compatível com capacidade estatal elevada e um sistema de saúde transparente. Adicionalmente, o valor negativo observado pode refletir um conjunto de fatores contextuais, como a adoção de protocolos amplos de notificação, a atribuição direta de mortes ao vírus com critérios mais inclusivos e a redução de outras causas de mortalidade (como acidentes e homicídios) durante o período pandêmico. Essa combinação pode ter levado à subestimação da mortalidade esperada, produzindo um padrão estatístico de super-registro.

A análise dos valores extremos nas principais variáveis permitiu identificar padrões institucionais relevantes, que antecipam tendências observadas na análise estatística formal. Países com baixa transparência institucional e frágil *accountability*, como a Bielorrússia e a Rússia, apresentaram elevados níveis de opacidade informacional, enquanto casos como Seychelles ilustram cenários de alta capacidade estatal associada a registros epidemiológicos mais amplos e rigorosos.

Essas observações reforçam a hipótese de que variáveis institucionais, como regime político e capacidade administrativa, influenciam diretamente a forma como os governos medem e comunicam os efeitos da pandemia. Ao mesmo tempo, os casos analisados demonstram que esses efeitos não são homogêneos: capacidades técnicas similares podem gerar desfechos distintos dependendo do contexto institucional e normativo em que são mobilizadas.

Países com alta capacidade estatal, mas sem boas práticas democráticas, podem produzir dados manipuláveis conforme seus incentivos estratégicos. Já em democracias com capacidade intermediária, a exposição pública e a vigilância institucional tendem a induzir maior acurácia, ainda que com limitações operacionais. Assim, a análise de casos extremos complementa os testes estatísticos ao mostrar como a interação entre democracia e capacidade estatal se manifesta, evidenciando os mecanismos de modulação previstos na hipótese 3.

A próxima seção aprofunda essa investigação por meio da análise bivariada, examinando as correlações entre as variáveis centrais da pesquisa. Essa etapa busca identificar padrões de associação linear e apoiar a formulação de expectativas empíricas mais precisas para os modelos multivariados subsequentes.

3.3. Correlações

A fim de identificar padrões preliminares de associação entre as variáveis centrais da pesquisa, esta subseção apresenta uma análise bivariada com base em correlações de Pearson. O objetivo é examinar o grau e o sentido das relações lineares entre as variáveis dependentes (intensidade e transparéncia), as variáveis institucionais (democracia, capacidades administrativa e coercitiva) e os controles estruturais (ideologia, PIB per capita, população e proporção de idosos).

A Tabela 7 apresenta a matriz de correlação entre as variáveis incluídas no modelo. A correlação mais forte é entre capacidade coercitiva e democracia, medindo 0,796 (p-valor <0,001). Seguido da correlação entre as 2 dimensões de capacidade estatal, medindo 0,775 (p-valor <0,001), e da correlação entre capacidade administrativa e democracia, medindo 0,702 (p-valor <0,001).

Tabela 7 - Matriz de correlação

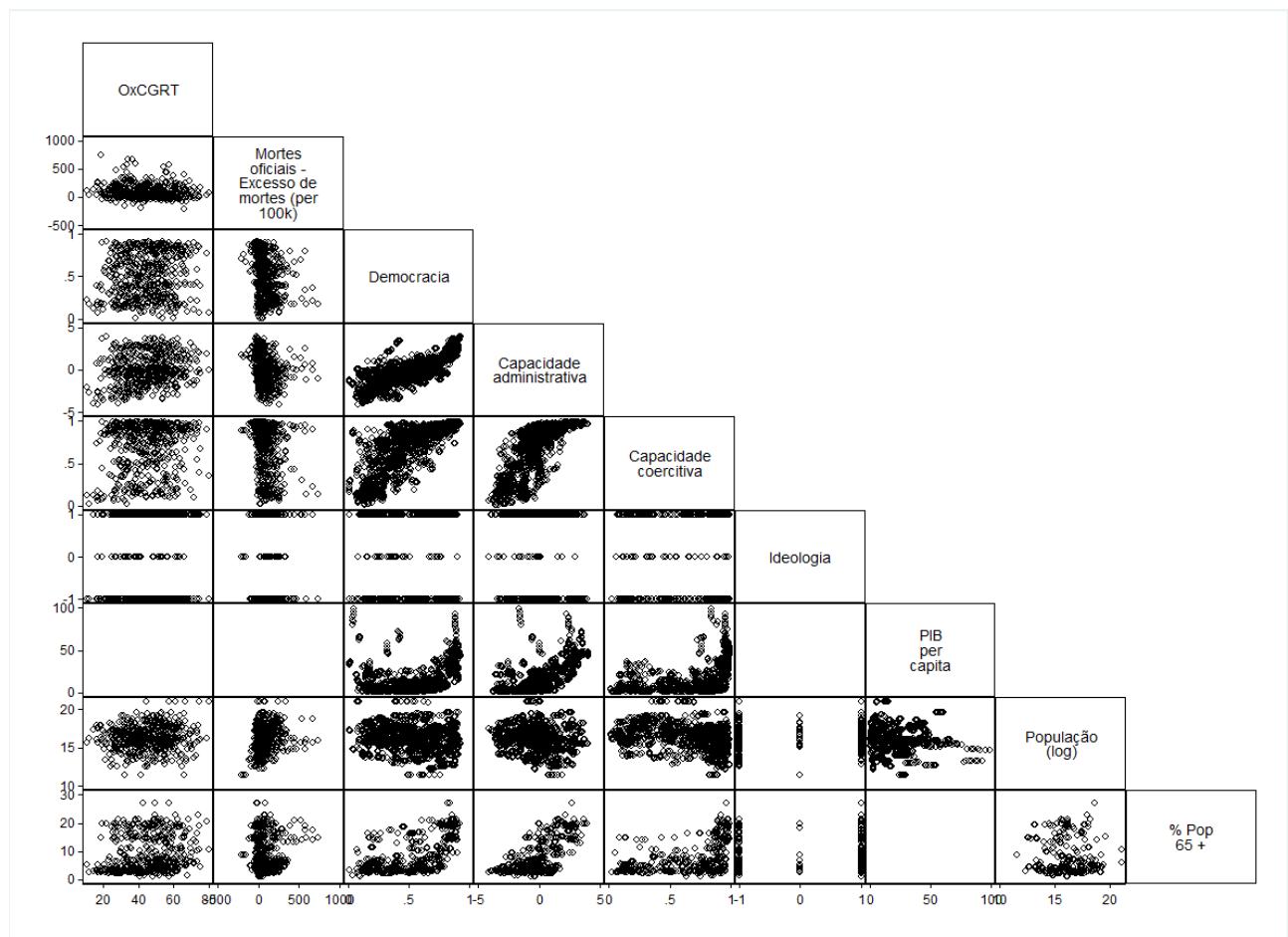
	OxCGRT	Mortes oficiais - Excesso de Mortes (per 100k)	Democracia	Capacidade Administrativa	Capacidade Coercitiva	Ideologia	PIB capita	per	População (log)	% População 65+
OxCGRT	1									
Mortes oficiais - Excesso de Mortes (per 100k)		-0,151***	1							
Democracia Eleitoral		0,122**	0,094*	1						
Capacidade administrativa		0,205***	0,075+	0,702***	1					
Capacidade coercitiva		0,161***	-0,267***	0,796***	0,775***	1				
Ideologia		0,095*	0,024	0,062	0,069	0,092*	1			
PIB per capita		0,206***	-0,250***	0,380***	0,564***	0,400***	0,065	1		
População (log)		0,086+	0,223***	-0,175***	-0,094***	-0,309***	0,034	-0,104**	1	
% População 65+		0,196***	0,025	0,628***	0,726***	0,518***	0,104**	0,562***	-0,028	1

Fonte: Elaboração própria. Nota: + $p < 0.10$, * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.00$

A ideologia apresenta uma fraca correlação positiva com o OxCGRT, demonstrando uma leve associação entre governos de direita e medidas mais intensas de combate à pandemia. Uma possível explicação para esta discrepância pode residir no período analisado (2020-2022) e na inclusão de países africanos e árabes, possivelmente menos afetados pela crise sanitária. Além do mais, tamanho populacional teve efeito positivo, provavelmente pela maior facilidade de disseminação do vírus onde há mais pessoas.

O Gráfico 5 mostra a matriz de dispersão das mesmas variáveis, onde é possível visualizar as associações mais fortes.

Gráfico 5 - Matriz de dispersão



Nota: resultados correspondem à matriz de correlação da Tabela 7.

A dispersão entre capacidade administrativa e o OxCGRT revela uma inclinação positiva, com maior concentração de países com alta capacidade estatal e medidas intensas na

Europa e na Ásia Oriental. Já a relação entre democracia e a intensidade das medidas mostra maior variabilidade, com democracias tanto entre os países com medidas muito intensas (por exemplo, Argentina e Dinamarca), quanto entre os países com medidas menos intensas (como a Suécia), antecipando a complexidade da hipótese 1 e sugerindo que a democracia isoladamente não garante uma ação intensa, o que reforça a relevância da interação proposta na hipótese 3. Esses exemplos específicos emergiram diretamente da análise exploratória da base de dados utilizada, já que uma visualização adequada dos nomes dos países, no gráfico 5, pode estar prejudicada.

Na relação entre democracia e transparência, embora a dispersão seja menos clara, países como Bielorrússia, Rússia e Nicarágua destacam-se como casos extremos, exibindo alta transparência associada a baixos níveis de democracia. Por outro lado, países como Uruguai e Chile, com altos níveis de democracia e transparência moderada, sugerem que a interação entre regime e capacidade estatal é essencial para compreender os padrões de integridade informacional, aspecto que será testado formalmente nos capítulos seguintes.

A presença de países democráticos com respostas menos intensas do que esperado (como Suécia) e regimes autoritários com respostas altamente intensas (como China, especialmente no curto prazo) evidencia a necessidade de um modelo analítico que transcenda a dicotomia democracia vs. Autocracia (Cheibub, Hong e Przeworski, 2020).

As fortes correlações observadas entre capacidades administrativa e coercitiva ($r > 0,75$), bem como entre capacidade estatal e democracia, indicam que tais dimensões frequentemente se reforçam mutuamente, mas não necessariamente convergem linearmente em seus efeitos sobre a ação estatal. Essa ambivalência é central na hipótese 3, que propõe que o efeito positivo da capacidade estatal sobre a intensidade das medidas de combate à pandemia, assim como o efeito negativo sobre a opacidade dos dados governamentais divulgados, são reduzidos à medida que aumentam os níveis de democracia.

O caso específico da Bielorrússia, com alta opacidade informacional e baixa capacidade estatal formal, é exemplo do uso político do silêncio estatístico em regimes autoritários. Por outro lado, o desempenho das Seychelles, com valores negativos de subnotificação e alta capacidade administrativa, ilustra preliminarmente a hipótese de que burocracias funcionais podem garantir maior rigor informacional mesmo em contextos institucionais ambíguos.

Esses padrões bivariados oferecem suporte preliminar às hipóteses formuladas no Capítulo 1, destacando a importância das interações condicionais e antecipando a complexidade

das relações entre regime político, capacidade estatal e desempenho em crises sanitárias, que serão exploradas de forma detalhada nos modelos estatísticos subsequentes.

CAPÍTULO 4 – REGIME POLÍTICO, CAPACIDADE ESTATAL E A INTENSIDADE DAS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS À PANDEMIA (OXCGRT)

Este capítulo apresenta os resultados dos modelos de regressão linear que têm como variável dependente o índice de resposta governamental à pandemia da COVID-19, construído pelo projeto *Oxford COVID-19 Government Response Tracker* (OxCGRT). O objetivo é testar as hipóteses formuladas no Capítulo 1, com base na suposição de que variáveis institucionais, como o regime democrático e as capacidades estatais, influenciam a intensidade das medidas adotadas pelos governos nacionais no enfrentamento da crise sanitária.

A estimação dos modelos é realizada por meio da técnica de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), com erros-padrão agrupados por país, conforme delineado no Capítulo 2. Inicialmente, são apresentados os resultados dos modelos com efeitos diretos das variáveis independentes: democracia, capacidade administrativa e capacidade coercitiva. Em seguida, analisam-se os modelos com efeitos interativos, que avaliam se o impacto da capacidade estatal sobre a resposta governamental varia conforme o regime político.

As seções seguintes expõem os resultados com base nas variáveis de controle previamente especificadas, acompanhadas da interpretação substantiva dos coeficientes estimados, gráficos de efeitos marginais e análise de casos residuais relevantes.

4.1. Resultados

A Tabela 8 apresenta os resultados dos primeiros modelos de regressão linear estimados com o índice de resposta governamental (OxCGRT) como variável dependente. Os Modelos 1 e 2 avaliam separadamente o efeito direto das duas dimensões de capacidade estatal (administrativa e coercitiva) em combinação com a variável democracia eleitoral. Já os Modelos 3 e 4 incorporam, respectivamente, a capacidade administrativa e a capacidade coercitiva, juntamente com a democracia e as variáveis de controle.

Esses modelos empíricos permitem reforçar a distinção analítica segundo a qual a capacidade administrativa pode ser entendida como a capacidade da burocracia de construir e implementar políticas, enquanto o monopólio da violência refere-se à capacidade de impor ordem pública em todo o território (Andersen, Møller e Skaaning, 2014, p. 1207-1208).

Tabela 8 - Efeitos da democracia e das capacidades administrativa e coercitiva do Estado na intensidade das medidas de combate à Covid-19 (OxCGRT)

	(1)	(2)	(3)	(4)
Democracia	-6,072 (5,020)	-1,181 (4,573)	-1,138 (4,836)	-3,072 (4,472)
Capacidade Administrativa	2,216** (0,737)		0,992 (0,913)	
Capacidade Coercitiva		8,129 ⁺ (4,640)		6,814 (4,891)
Ideologia			0,804 (0,680)	0,714 (0,685)
PIB per capita			0,102* (0,039)	0,111*** (0,031)
População (log)			1,016* (0,431)	1,228* (0,490)
% Pop 65+			0,068 (0,152)	0,149 (0,132)
Constante	48,20*** (2,787)	40,16*** (2,217)	26,67*** (7,167)	18,73* (8,991)
N	500	501	483	484
r ²	0,047	0,026	0,073	0,075

Fonte: Elaboração própria. Erros-padrão agrupados por país em parênteses, ⁺ $p < 0,10$, * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

A Tabela 8 apresenta os resultados dos modelos com efeitos diretos da democracia eleitoral e das duas dimensões da capacidade estatal sobre a intensidade das políticas públicas adotadas durante a pandemia, medida pelo índice do *Oxford COVID-19 Government Response Tracker* (OxCGRT). Os Modelos 1 e 2 não incluem variáveis de controle, enquanto os Modelos

3 e 4 introduzem os controles estruturais definidos no Capítulo 2.

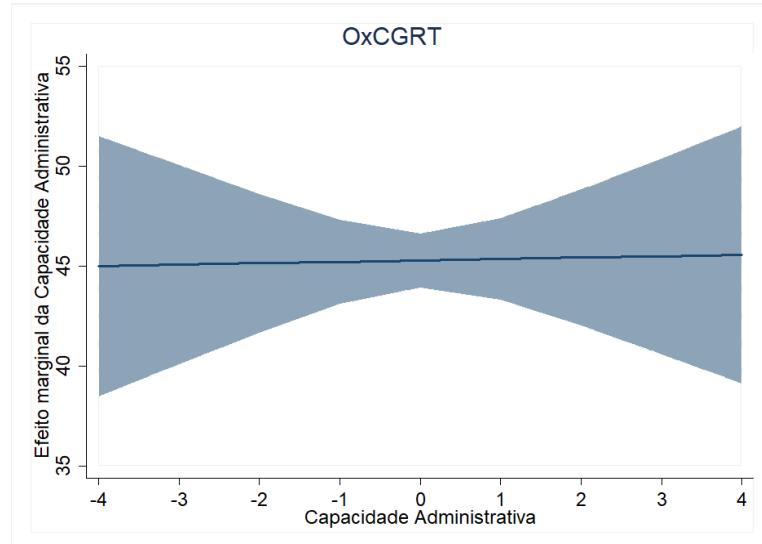
No Modelo 1, o r^2 sugere que 5% da variação na variável dependente pode ser explicada apenas pela capacidade administrativa e pela democracia, entretanto apenas a capacidade administrativa obteve resultado positivo e estatisticamente significativo ($p < 0,01$), indicando que Estados com burocracias mais eficazes e previsíveis tenderam a implementar medidas mais intensas de combate à pandemia da Covid-19. Em outras palavras, a profissionalização administrativa, caracterizada por recrutamento meritocrático e carreiras estruturadas, contribui para melhor desempenho organizacional na provisão de bens coletivos (Evans e Rauch, 1999, p. 752).

No Modelo 2, que testa a interação entre democracia e capacidade coercitiva sem variáveis de controle, o r^2 sugere que 3% da variação na variável dependente pode ser explicada apenas pela capacidade coercitiva e pela democracia, entretanto apenas a capacidade coercitiva obteve resultado positivo e significativo, ainda que ao nível de 10%. Ou seja, revela coeficientes principais positivos, porém sem significância estatística inicialmente, sugerindo que, sem controles estruturais, a relação entre capacidade coercitiva, democracia e intensidade das respostas governamentais não é claramente distinguível. Esse efeito torna-se significativo apenas com a introdução das variáveis de controle no Modelo 4.

A variável democracia é introduzida nos Modelos 3 e 4, mas em ambos os casos apresentam coeficientes não significativos, sugerindo que o regime político, isoladamente, não explica variações na intensidade das medidas adotadas.

No Modelo 3, com a capacidade administrativa, a democracia e as variáveis de controle, o r^2 sugere que 7% da variação da variável dependente pode ser explicada pelas variáveis do modelo. Entretanto, a capacidade administrativa perdeu sua significância após a inclusão dos controles. Este resultado pode ser melhor visualizado no Gráfico 6.

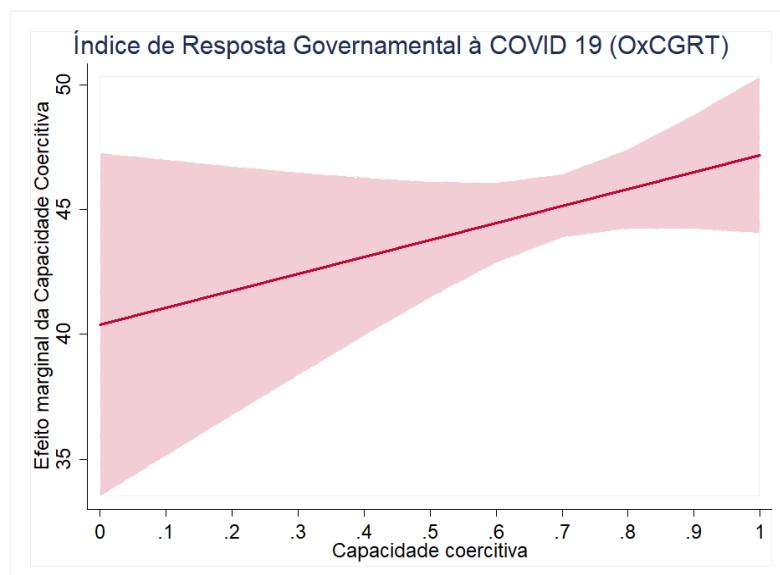
Gráfico 6 - Efeito marginal da capacidade administrativa



Fonte: Elaboração própria. Nota: Todas as variáveis de controle são incluídas e mantidas em suas médias. Predições ajustadas com intervalos de confiança de 95%. Resultados correspondem ao Modelos 3, da Tabela 8.

No Modelo 4, com a capacidade coercitiva, democracia e variáveis de controle, a capacidade coercitiva perdeu sua significância após os controles. O r^2 nesse modelo sugere que 7,5% da variação da variável dependente pode ser explicada pelo modelo. Esse resultado pode ser mais bem visualizado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Efeito marginal da capacidade coercitiva



Fonte: Elaboração própria. Nota: Todas as variáveis de controle são incluídas e mantidas em suas médias. Predições ajustadas com intervalos de confiança de 95%. Resultados correspondem ao Modelos 4, da Tabela 8.

Assim, sem levar em consideração os efeitos interativos, nem a democracia, as duas dimensões de capacidade estatal não explicam a intensidade das medidas adotadas.

A ideologia não obteve resultado significativo em nenhum dos modelos em que está incluída. Como esperado, o PIB per capita obteve resultado positivo e significativo. O logaritmo do tamanho da população obteve resultado positivo e significativo, sugerindo que países mais populosos, justamente por terem mais chance de contaminação, desenvolveram mais políticas para contornar o problema. Já a porcentagem da população com mais de 65 anos não obteve resultados significativos.

Os resultados sugerem que regimes autoritários com alta capacidade coercitiva, como a China, obtiveram vantagem ao implementar rapidamente políticas mais intensas. Além do mais, possuir uma burocracia administrativa eficaz não garantiu por si só a formulação de medidas mais intensas. Foi o caso das democracias que optaram por abordagens mais voluntárias e menos coercitivas (exemplo da Suécia, que apesar da elevada capacidade coercitiva, optou por não a ação plenamente devido a restrições normativas e culturais),

Confirma-se o conceito de efeitos institucionais ambivalentes, segundo o qual regimes autoritários tendem a apresentar alta capacidade de implementação formal rápida de políticas, porém frequentemente enfrentam déficits de transparência informacional e menor eficácia substantiva, como demonstrado pela elevada subnotificação de mortes em contextos autoritários de alta capacidade coercitiva (Knutsen e Kolvani, 2022).

Esses achados reforçam, portanto, o argumento de que a capacidade coercitiva do Estado, particularmente em regimes autoritários, desempenha papel relevante nas respostas imediatas a crises sanitárias, sobretudo quando é necessário impor medidas intensas com rapidez. Contudo, a ampla dispersão e a significância moderada desses efeitos também alertam que esse padrão não é universal e que é essencial considerar a interação entre regime político e capacidade estatal ao interpretar o desempenho dos países durante a pandemia, algo já antecipado pela hipótese de interação apresentada anteriormente.

A hipótese 2 foi confirmada parcialmente, validando a expectativa de que a capacidade estatal, especialmente em sua dimensão coercitiva, está positivamente associada à intensidade da resposta governamental, embora com significância moderada. O efeito positivo inicial observado para a capacidade administrativa mostrou-se sensível à inclusão de controles, PIB per capita e tamanho populacional, perdendo significância nos modelos mais robustos. Já a hipótese 1, que postula um efeito direto positivo da democracia eleitoral sobre a intensidade das

políticas públicas de combate à Covid-19, não encontra respaldo empírico nesta etapa da análise.

Há coerência com a ideia de que democracias enfrentam obstáculos institucionais e custos políticos mais elevados para adotar rapidamente medidas impopulares ou restritivas/intensas, mesmo quando possuem legitimidade formal (Cheibub, Hong e Przeworski, 2020). A legitimidade democrática tem mais a ver com responsabilização e transparência do que com capacidade decisória emergencial. A ausência de efeito significativo da democracia indica que, ao contrário do que argumenta parte da literatura normativa, a existência de eleições competitivas e liberdades civis não garante, por si só, respostas mais intensas, sobretudo quando descoladas de uma estrutura estatal funcional.

4.1.1. Efeitos interativos sobre a intensidade das medidas adotadas (OxCGRT)

Dando continuidade à estratégia analítica, a próxima etapa testa a hipótese de que os efeitos da capacidade estatal variam conforme o regime político dos países analisados.

A Tabela 9 apresenta os resultados dos modelos de regressão com efeitos interativos entre democracia e capacidade estatal, estimados com a intensidade das medidas adotadas (OxCGRT) como variável dependente. Esses modelos têm como objetivo testar a hipótese 3. A hipótese sustenta que o efeito positivo da capacidade estatal sobre a intensidade da resposta à pandemia tende a ser atenuado em contextos democráticos, devido a restrições normativas, custos políticos e mecanismos de *accountability*.

Tabela 9 - Efeitos interativos da democracia e das capacidades administrativa e coercitiva do Estado na intensidade das medidas adotadas (OxCGRT)

	(1)	(2)	(3)	(4)
Democracia	-5,651 (4,729)	7,872 (13,469)	-0,607 (4,577)	21,44 (16,235)
Capacidade Administrativa	4,868*** (1,272)		4,689*** (1,187)	
Democracia * Capacidade Administrativa	-4,955**		-8,614***	

	(1,616)	(1,608)		
Capacidade Coercitiva	10,81 (6,553)	13,88* (6,487)		
Democracia * Capacidade Coercitiva	-10,39 (14,451)	-30,30+ (17,845)		
Ideologia	0,690 (0,643)	0,668 (0,682)		
PIB per capita	0,194*** (0,041)	0,135*** (0,035)		
População (log)	1,047* (0,404)	0,965+ (0,555)		
% Pop 65+	0,271 (0,170)	0,255+ (0,142)		
Constante	49,85*** (2,822)	37,97*** (4,426)	25,77*** (6,805)	16,76+ (9,144)
N	500	501	483	484
r ²	0,072	0,028	0,128	0,084

Fonte: Elaboração própria. Erros-padrão agrupados por país entre parênteses. + $p < 0,10$, * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

Os resultados da Tabela 9 confirmam a hipótese 3 da pesquisa, segundo a qual o impacto da capacidade estatal sobre a intensidade da resposta governamental à pandemia depende do nível de democracia. A direção negativa dos termos de interação indica que, à medida que o nível de democracia aumenta, o efeito positivo da capacidade estatal sobre a intensidade das medidas adotadas diminui.

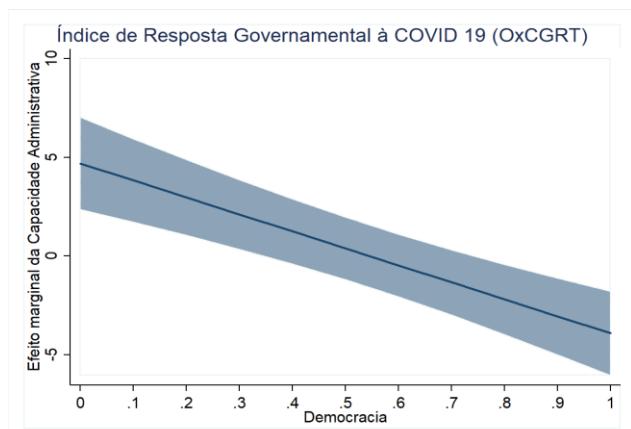
O Modelo 1 apresenta apenas o efeito interativo entre as variáveis independentes (capacidade administrativa e democracia). Neste modelo, o r² mede aproximadamente 0,07. A capacidade administrativa aparece com um coeficiente positivo e significativo, como esperado. A democracia, por sua vez, continua sem significância estatística, assim como ocorreu no

modelo similar sem as interações (Modelo 1, Tabela 8). Entretanto, o sinal da interação foi negativo, indicando que o efeito positivo da capacidade administrativa sobre a intensidade das medidas de enfrentamento à Covid-19 é maior em ditaduras. Ou seja, Estados com alta burocracia tendem a respostas mais intensas em contextos autoritários.

O Modelo 2 apresenta apenas o efeito interativo entre as variáveis independentes (capacidade coercitiva e democracia). Neste modelo, o r^2 mede aproximadamente 0,03. A capacidade coercitiva aparece com um coeficiente positivo e significativo, como esperado. A democracia, por sua vez, continua sem significância estatística, assim como ocorreu no modelo similar sem as interações (Modelo 2, Tabela 8). Entretanto, o sinal da interação foi negativo, indicando que o efeito positivo da capacidade coercitiva na intensidade das medidas de enfrentamento à Covid-19 é maior em ditaduras. Esses modelos iniciais oferecem, portanto, uma primeira confirmação empírica da hipótese 3.

No Modelo 3, com o efeito interativo entre capacidade administrativa e democracia mais os controles, o r^2 sugere que 13% da variável dependente pode ser explicada pelo modelo proposto. Os resultados da interação do Modelo 1 se mantêm, indicando que, controlando pelas demais variáveis, o efeito positivo da capacidade administrativa na intensidade das medidas de enfrentamento à Covid-19 é maior em ditaduras. Em outras palavras, o coeficiente principal da capacidade administrativa é positivo, confirmado que Estados com burocracias mais eficazes tendem a adotar respostas mais intensas. No entanto, o efeito marginal da capacidade diminui conforme o regime se torna mais democrático. O Gráfico 8 ilustra esse resultado: quanto maior a democracia, mais a capacidade administrativa contribui para um efeito negativo na resposta governamental à pandemia.

Gráfico 8 - Efeito interativo da capacidade administrativa e da democracia na intensidade das medidas adotadas (OxCGRT)



Fonte: Elaboração própria. Nota: Todas as variáveis de controle são incluídas e mantidas em suas médias. Predições ajustadas com intervalos de confiança de 95%. Resultados correspondem ao Modelos 3, da Tabela 9.

Corrobora-se a ideia da importância da capacidade administrativa estatal para a formulação e implementação eficaz de políticas públicas, particularmente quando sustentada por burocracias profissionalizadas e institucionalizadas (Fukuyama, 2013). Em contextos democráticos, a capacidade administrativa não apenas permite a formulação formal das medidas, mas garante maior eficácia substantiva e transparência informacional.

Esse achado também sugere que a eficácia governamental está fortemente associada à redução das taxas de mortalidade, mas países “não livres” /autocracias, ao manterem controle centralizado e menores níveis de transparência, podem reportar menos mortes do que democracias, mesmo sob níveis similares de eficácia estatal e políticas adotadas. A combinação entre capacidade administrativa robusta e estruturas não democráticas pode produzir efeitos institucionais ambivalentes: por um lado, maior eficácia na formulação de medidas de contenção; por outro, opacidade na comunicação de dados e possíveis abusos na condução de políticas públicas.

Esses resultados estão em linha com o arcabouço teórico desenvolvido no Capítulo 1. As democracias enfrentam restrições estruturais para adotar rapidamente medidas de contenção intensiva, sobretudo pela necessidade de proteger direitos civis fundamentais (Cheibub, Hong e Przeworski, 2020). Embora essas limitações existam, regimes democráticos têm vantagens institucionais na produção de legitimidade social e na responsividade pública, elementos que influenciam a adesão às políticas e a confiança nas instituições.

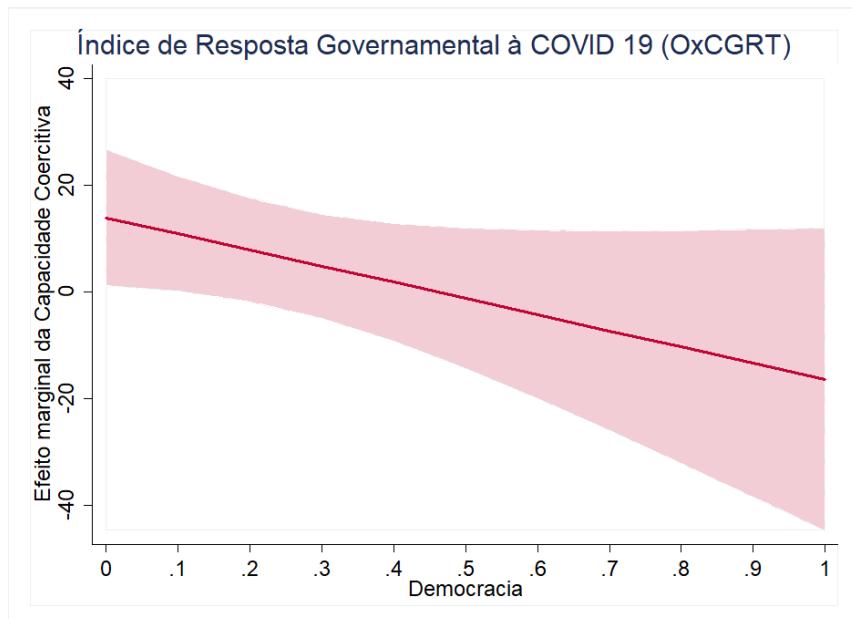
Há também coerência com o postulado de que, em poliarquias, os componentes liberais e republicanos impõem limites ao exercício arbitrário do poder estatal, sendo a *accountability* horizontal um mecanismo crucial para prevenir usurpações e garantir que as autoridades se sujeitem à lei (O'Donnell, 1998). O resultado empírico indica que a capacidade não se traduz automaticamente em ação, mas depende do arranjo institucional em que está inserida. A burocracia, mesmo quando profissionalizada, opera sob maiores restrições legais, transparência pública e controle político. Assim, quanto mais democrático for o regime, mais forte será a moderação institucional sobre a aplicação intensiva das capacidades coercitivas, o que explica os resultados observados nos modelos interativos apresentados.

No Modelo 4, com o efeito interativo entre capacidade coercitiva e democracia mais os controles, o r^2 sugere que 8% da variável dependente pode ser explicada pelo modelo proposto.

Os resultados da interação do Modelo 2 se mantêm, indicando que, controlando pelas demais variáveis, o efeito positivo da capacidade coercitiva na intensidade das medidas de enfrentamento à Covid-19 é maior em ditaduras. "Ou seja, nos regimes autoritários, a forte capacidade coercitiva permite ao governo implementar medidas mandatórias e garantir compliance através de organizações coercitivas, o que é coerente com a literatura que associa regimes autocráticos a decisões centralizadas e capacidade de mobilização estatal-dirigida (Hanson e Sigman, 2021; Mao, 2021).

Já nas democracias esse efeito se dissipia, uma vez que a legitimidade democrática impõe barreiras normativas ao uso intensivo de instrumentos coercitivos, mesmo diante de uma emergência sanitária. Em outras palavras, os resultados sugerem que, em regimes democráticos, o uso da coerção estatal enfrenta maiores restrições normativas e institucionais, limitando seu impacto direto e imediato na gestão de crises sanitárias. O Gráfico 9 vislumbra esse resultado: quanto maior a democracia, mais a capacidade coercitiva contribui para um efeito negativo na intensidade das medidas de enfrentamento à Covid-19.

Gráfico 9 - Efeito interativo da capacidade coercitiva e da democracia na intensidade das medidas adotadas (OxCGRT)



Fonte: Elaboração própria. Nota: Todas as variáveis de controle são incluídas e mantidas em suas médias. Predições ajustadas com intervalos de confiança de 95%. Resultados correspondem ao Modelos 4, da Tabela 9.

Em relação às variáveis de controle, as significâncias e os sinais dos coeficientes mantiveram-se os mesmos da Tabela 8.

Esses achados estão em consonância com o argumento de que, embora as autocracias frequentemente reportem menos mortes oficiais, isso se deve em grande parte à opacidade informacional, e não a melhores resultados objetivos. Em contrapartida, democracias com alta capacidade estatal tendem a apresentar não apenas dados mais confiáveis, mas também taxas reais de mortalidade mais baixas, uma vantagem que se revela mais claramente quando se observa a atuação de instituições coercitivas com responsabilidade pública e limites normativos claros (Knutsen e Kolvani, 2022).

Reafirma-se a ideia de que a pandemia da Covid-19 não apenas desafiou a noção de que democracias estão automaticamente mais bem preparadas para lidar com emergências de saúde pública, mas também forçou uma reavaliação do papel das medidas coercitivas, como *lockdowns* e restrições de mobilidade, em contextos democráticos (Kavanagh e Singh, 2020). A eficácia dessas medidas parece estar menos associada à presença isolada da capacidade coercitiva e mais à forma como ela é mobilizada politicamente, com base em legitimidade, confiança e coordenação interinstitucional.

Os resultados empíricos dão suporte à hipótese 3, indicando que o impacto da capacidade estatal sobre a intensidade das políticas públicas é condicionado pelas características do regime político. Regimes democráticos impõem restrições institucionais e custos normativos que limitam o acionamento imediato e intensivo das capacidades estatais disponíveis. Esses achados confirmam a expectativa teórica delineada no Capítulo 1, segundo a qual poliarquias operam com mecanismos de *accountability* horizontal e vertical, em que eleições, liberdades de opinião e associação, e uma mídia razoavelmente livre permitem articular reivindicações e denúncias de atos ilícitos de autoridades públicas (O'Donnell, 1998). Em regimes autoritários, por outro lado, estados com maior capacidade podem fornecer níveis mais elevados de serviços públicos independentemente dos incentivos democráticos, uma vez que a capacidade estatal reduz os custos relativos de medidas de construção de lealdade em comparação com a coerção pura (Hanson, 2015).

O desempenho relativamente inferior das democracias de baixa capacidade coercitiva sugere que a ausência de estruturas robustas para implementar medidas impopulares em contextos de crise pode comprometer a intensidade da resposta governamental, mesmo quando há transparência e responsabilidade institucional. Porém, mesmo em contextos democráticos com alta capacidade estatal, ela não opera com plena autonomia técnica.

A ativação da capacidade estatal refere-se ao desafio de como as habilidades e os recursos do Estado são mobilizados e colocados em ação, em vez de serem vistos apenas como um estoque ou uma dotação de recursos. É uma condição necessária, mas não suficiente para que o Estado cumpra suas funções (Gomide e Pires, 2024). O êxito da ação governamental depende da política, que interfere ao acionar burocracias, mobilizar forças sociais de apoio e enfrentar a oposição e o conflito (Pires e Gomide, 2024).

O processo de ativação da capacidade estatal ocorre por meio dos arranjos de implementação de políticas públicas, que são o espaço onde as capacidades são colocadas em prática. Esses arranjos são configurações relacionais que envolvem múltiplos atores (governamentais, sociais, políticos e econômicos) e os instrumentos que organizam a forma de coordenação da política. É por meio dessa configuração que os recursos e competências são transformados em ações na implementação de políticas públicas (Gomide e Pires, 2024).

Para que a ativação seja efetiva, especialmente em regimes democráticos, as capacidades do Estado devem ser analisadas em duas dimensões que o arranjo deve acionar:

1. Capacidade Técnico-Administrativa: Relaciona-se à eficiência e envolve burocracias com recursos organizacionais, financeiros e tecnológicos. Arranjos que ativam essa dimensão estão associados a níveis mais altos de entrega de produtos (outputs) (Gomide e Pires, 2024; Pires e Gomide, 2016, 2024).
2. Capacidade Político-Relacional: Refere-se às habilidades da burocracia para ampliar espaços de interlocução, negociar e formar coalizões de apoio, incluindo diferentes atores. Arranjos que ativam essas capacidades tendem a gerar maior inovação e adaptação (Gomide e Pires, 2024; Pires e Gomide, 2016, 2024).

A ativação da capacidade é condicionada pelo ambiente político-institucional. Em contextos democráticos, a inclusão de atores, o diálogo entre Estado e sociedade e a criação de consensos são elementos centrais. Sem respaldo político e legitimidade, o uso das capacidades pode ser limitado ou comprometido (Pires e Gomide, 2024).

A autonomia burocrática, um atributo ligado à capacidade administrativa, mostrou ter impacto relevante sobre objetivos de desenvolvimento, como a redução da mortalidade infantil e da prevalência de tuberculose, mais do que outras medidas de capacidade estatal, como a receita tributária (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013, p. 1-3). No entanto, a efetividade dessa autonomia depende do contexto político. Em democracias consolidadas, a relação entre autonomia burocrática e capacidade estatal é positiva. Já nas autocracias, essa relação é menos

nítida ou até negativa, sugerindo que, nesses regimes, a capacidade se ativa por fontes distintas da autonomia burocrática (Cingolani, Thomsson e Crombrugge, 2013, p. 13-14).

Assim, os achados sugerem que as capacidades administrativas e coercitivas são particularmente eficazes em regimes autoritários, que frequentemente implementam respostas eficientes do ponto de vista formal, embora menos transparentes e mais sujeitas à manipulação informacional. As democracias, devido à sua natureza pluralista, tendem a ter processos políticos mais lentos e enfrentam restrições institucionais que podem causar inconvenientes na resposta rápida a desastres, embora isso não deva ser usado como desculpa para ação lenta (Alon, Farrell e Li, 2020, p. 153-154, 157).

Os modelos testados aqui corroboram empiricamente essa complexidade institucional: a capacidade estatal, isoladamente, não garante a intensidade das políticas públicas implementadas. Sua ativação efetiva é condicionada pelo regime político, pela legitimidade percebida das decisões e pelos limites normativos que definem o uso aceitável e legítimo do poder em contextos emergenciais.

4.1.2. Casos destoantes

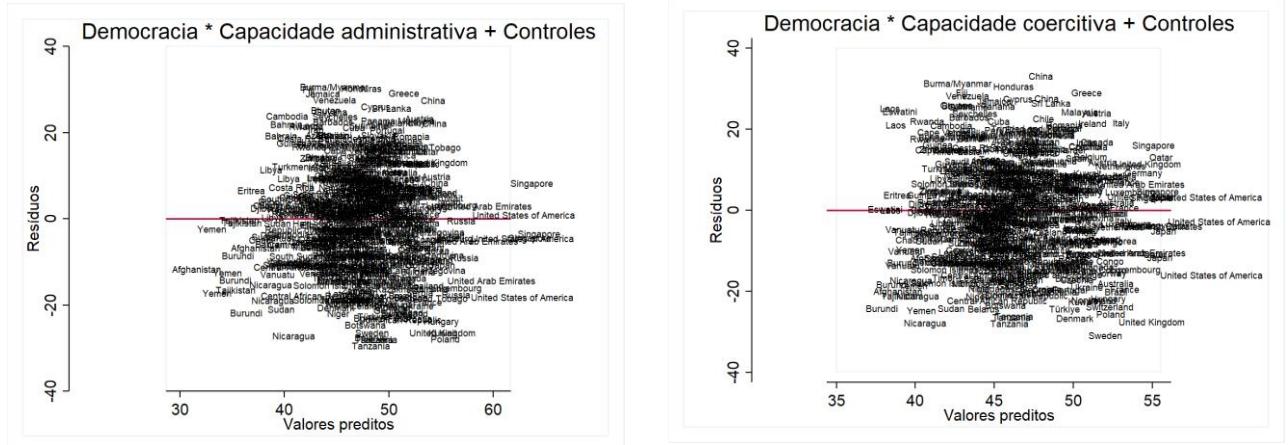
Embora os modelos estatísticos revelem padrões gerais, parte significativa da variação entre os países só pode ser compreendida pela análise de casos que se desviam das previsões. A investigação de resíduos extremos permite observar como variáveis não modeladas, como a cultura política, o estilo de liderança ou a capacidade subnacional, interagem com os fatores institucionais centrais analisados. Esta seção aprofunda esse exame empírico, destacando países cuja resposta à pandemia foi significativamente superior ou inferior ao esperado, dado seu regime e sua capacidade estatal.

Após a estimação dos modelos com efeitos interativos, esta seção examina os resíduos dos Modelos 3 e 4 da Tabela 9, com o objetivo de identificar casos destoantes, ou seja, países cuja resposta à pandemia se desviou significativamente do valor previsto com base nas variáveis institucionais incluídas nos modelos. A análise desses casos revela situações excepcionais. Nelas, outros fatores, não capturados pelas variáveis explicativas, podem ter influenciado a intensidade da resposta governamental.

O Gráfico 10 apresenta os resíduos padronizados dos Modelos 3 e 4. Os países que se situam nos extremos superiores ou inferiores são considerados casos atípicos positivos

(respostas mais intensas do que o previsto) ou negativos (respostas menos intensas do que o previsto), respectivamente:

Gráfico 10 - Casos destoantes dos modelos com efeitos interativos



Fonte: Elaboração própria. Nota: Gráficos correspondem aos resultados dos Modelos 3 e 4, da Tabela 9.

Os resíduos dos Modelos 3 e 4 revelam um conjunto de países cujas respostas governamentais à pandemia foram significativamente mais intensas ou menos intensas do que o previsto com base nas variáveis institucionais do modelo. A seguir, são analisados os principais casos que se destacaram positivamente e negativamente em relação às estimativas ajustadas.

4.1.2.1. Casos com resposta acima do previsto: Grécia, China e Myanmar

Os casos da Grécia, China e Myanmar ilustram que desempenhos acima do previsto podem resultar de configurações institucionais distintas e até contrastantes. Em comum, está a ativação coordenada, ainda que por caminhos variados, de alguma forma de capacidade estatal funcional: seja por capacidade administrativa consolidada, como no caso grego; por centralização autoritária e integração tecnológica, como na China; ou por mobilização local e apoio internacional compensando fragilidades institucionais, como em Myanmar. Esses três exemplos sugerem que o desempenho estatal não depende exclusivamente do tipo de regime político ou da intensidade formal das políticas públicas, mas da articulação efetiva entre capacidades institucionais, liderança política e condições sociais e territoriais específicas.

4.1.2.2. Grécia

A resposta da Grécia à primeira onda da pandemia de Covid-19, em 2020, destacou-se pela rapidez na ação governamental e pela elevada adesão da população às medidas sanitárias. O governo adotou um conjunto de intervenções preventivas com o objetivo de conter a propagação do vírus e preservar a funcionalidade do sistema de saúde, estratégia que resultou em taxas relativamente baixas de mortalidade no período inicial (Kousi, Mitsi e Simos, 2021, p. 1). Um dos fatores que contribuiu para esse desempenho foi a abordagem comunicacional adotada pelas autoridades, que enfatizou valores familiares e evitou a polarização em torno de clivagens socioeconômicas, favorecendo a construção de consensos amplos (Zestanakis, 2023, p. 71). A mídia, nesse contexto, exerceu um papel central na modelagem das percepções públicas, funcionando como mediadora entre o governo e a sociedade e amplificando a influência de líderes de opinião (Chatzopoulou e Exadaktylos, 2021, p. 186).

4.1.2.3. China

A resposta da China à pandemia da Covid-19 superou as expectativas tradicionais associadas a regimes autoritários, ao combinar centralização decisória com inovação local e coordenação interinstitucional. O governo chinês adotou medidas rápidas e amplamente coordenadas, articulando detecção precoce, isolamento, gerenciamento e tratamento por meio de mecanismos de governança multinível (Gao e Zhang, 2022). Embora o regime político chinês fosse, a priori, considerado menos transparente e responsável, a resposta inicial revelou uma capacidade de mobilização institucional incomum, apoiada por forte controle estatal e integração tecnológica (Zanin et al., 2020, p. 4434). A imposição de lockdowns rigorosos e restrições à mobilidade, como a redução da migração interprovincial, foi decisiva para conter a disseminação do vírus (Li et al., 2020, p. 19; Xu et al., 2020).

Simultaneamente, os governos locais desempenharam papel central na adaptação e implementação das medidas, com variações de desempenho associadas ao uso de mídia social e aos níveis de gasto em segurança pública (Li et al., 2020). O uso intensivo de tecnologias digitais, como aplicativos móveis e plataformas de rastreamento, conferiu agilidade aos esforços de contenção, viabilizando intervenções direcionadas em tempo real (Zanin et al., 2020). Apesar dos desafios relacionados ao equilíbrio entre contenção sanitária e retomada econômica, os resultados iniciais indicam que a combinação entre coerção institucional,

capacidade administrativa e vigilância digital conferiu à China uma resposta mais eficaz do que aquela comumente atribuída a regimes autoritários (Xu et al., 2020).

4.1.2.4. Burma/Myanmar

Apesar de enfrentar severas limitações institucionais e desafios estruturais, a resposta de Mianmar à pandemia da Covid-19 obteve resultados relativamente melhores do que o esperado, considerando-se seu contexto político e socioeconômico. O país atravessava um processo contínuo de transição política, com fragilidades estatais agravadas por conflitos armados internos e desigualdades étnicas persistentes (Ostwald e Myint, 2021). Tais condições, em tese, comprometem a capacidade governamental de coordenar políticas públicas eficazes em situações emergenciais. De fato, o governo birmanês enfrentou obstáculos significativos na implementação de contramedidas robustas, como o controle de mobilidade e a testagem em larga escala, o que resultou em uma resposta territorialmente desigual (Ostwald e Myint, 2021).

A situação foi particularmente crítica entre populações vulneráveis, como a minoria rohingya, que já vivia sob condições humanitárias precárias e teve seu acesso à saúde ainda mais restringido durante a pandemia (Putri, Siregar e Avivi, 2020, p. 84, 91). Mesmo assim, os indicadores de resposta e mortalidade situaram-se acima das projeções esperadas para contextos marcados por fragilidade institucional, exclusão étnica e baixa capacidade coercitiva formal. Isso sugere que, em certas circunstâncias, mecanismos alternativos de mobilização social, engajamento comunitário e até práticas informais de governança local podem mitigar, parcialmente, as lacunas deixadas pelo Estado central, sobretudo quando há apoio internacional e fluxos emergenciais de recursos humanitários. Assim, o caso de Mianmar evidencia que os resultados empíricos nem sempre seguem rigidamente as previsões derivadas de modelos de capacidade estatal e autoritarismo, indicando a necessidade de abordagens mais nuancadas para a análise de respostas governamentais em contextos híbridos ou de transição.

4.1.2.5. Casos com resposta abaixo do previsto: Nicarágua, Tanzânia e Suécia

Os casos de Nicarágua, Tanzânia e Suécia ilustram que desempenhos abaixo do previsto podem decorrer de diferentes mecanismos institucionais e escolhas políticas. Em comum, está a desconexão entre os recursos estatais disponíveis, sejam eles administrativos, coercitivos ou normativos; e sua efetiva mobilização durante a pandemia. Enquanto a Nicarágua se caracteriza por uma inação deliberada sob um regime autoritário, a Tanzânia evidencia como a ausência de

liderança técnica e o negacionismo podem comprometer respostas mesmo em contextos com algum grau de capacidade estatal. Já a Suécia representa um paradoxo: elevada capacidade coercitiva, mas ação limitado por normas legais e cultura política baseada na voluntariedade. Esses três casos demonstram que a existência formal de capacidade estatal não é suficiente: seu uso depende da articulação entre liderança política, orientação normativa e coerência entre instituições e sociedade.

4.1.2.6. Nicarágua

A resposta da Nicarágua à pandemia da Covid-19 tem sido caracterizada por uma abordagem desdenhosa e negligente, contradizendo as recomendações globais de saúde (Pearson, Prado e Colburn, 2020, p. 1; Mather et al., 2020). O governo, liderado pelo presidente Daniel Ortega e pela vice-presidente Rosario Murillo, recusou-se a implementar medidas de distanciamento físico e até promoveu reuniões em massa (Thaler, 2021; Mather et al., 2020). Essa resposta é atribuída à natureza autoritária do regime, que prioriza o poder e a riqueza em detrimento da saúde pública (Thaler, 2021). As ações do governo foram descritas como um caso extremo de negação da doença, explicado pela polarização política, considerações econômicas e discurso místico (Buben e Kouba, 2020, p. 103). Apesar da inação oficial, a sociedade civil independente da Nicarágua tem trabalhado para responder à crise (Thaler, 2021). A abordagem do governo levantou preocupações sobre violações dos direitos humanos e a possibilidade de perda significativa de vidas em um país com recursos de saúde limitados (Mather et al., 2020).

4.1.2.7. Tanzânia

O caso da Tanzânia ilustra como fatores políticos e escolhas de liderança podem comprometer a efetividade da resposta governamental a crises sanitárias, mesmo em contextos com potencial institucional moderado. O desempenho abaixo do esperado do país frente à pandemia da Covid-19 pode ser diretamente associado à disjunção entre capacidade formal e decisões políticas concretas, especialmente durante a gestão do Presidente John Magufuli. A administração do Presidente Magufuli promoveu formas 'afrocêntricas' de conhecimento médico, iniciativas endógenas e práticas espirituais, enquanto desenfatizava medidas biomédicas e de saúde pública 'ocidentais' para prevenir a propagação da Covid-19, incluindo a promoção de ervas medicinais orgânicas, *kupiga nyungu* (terapia a vapor) e orações nacionais

(Mutebi, 2023). Essa orientação inicial contribuiu para uma resposta fragmentada e pouco coordenada, em que a ausência de dados confiáveis e a suspensão da testagem dificultaram diagnósticos adequados sobre a real extensão da pandemia no país.

Após assumir o poder, a administração da Presidente Hassan gradualmente começou a se afastar da posição de seu predecessor sobre a Covid-19, colocando muita ênfase na implementação de medidas de saúde pública e sociais para prevenir a Covid-19, incluindo o uso de máscaras, higienização das mãos e distanciamento social, além de autorizar o uso de vacinas COVID-19 e embarcar em uma campanha de vacinação em toda a Tanzânia (Mutebi, 2023). Ainda assim, o atraso na adoção dessas estratégias comprometeu o tempo de resposta e a capacidade de contenção da pandemia, o que ajuda a explicar por que a Tanzânia apresentou um desempenho inferior ao esperado, especialmente em comparação a países com estrutura institucional e perfil epidemiológico semelhantes.

Mesmo os esforços locais, como os conduzidos pelos *Health Facility Governing Committees* (HFGCs), que atuaram na mobilização de recursos e na articulação de intervenções comunitárias, foram limitados pela falta de diretrizes claras e pela dependência de decisões centralizadas (Kesale et al., 2022, p. 12-13). Em suma, o caso tanzaniano evidencia que a capacidade institucional deve ser acompanhada de vontade política, orientação técnica e liderança coerente para que se traduzam em políticas públicas efetivas. A Tanzânia, ao postergar medidas essenciais e minar a credibilidade das instituições de saúde, demonstrou como lideranças politicamente mal orientadas podem anular o potencial institucional disponível, resultando em uma resposta estatal aquém das expectativas e das necessidades impostas pela pandemia.

4.1.2.8. Suécia

O caso da Suécia, embora frequentemente citado como um experimento institucional singular na gestão da pandemia da Covid-19, revela uma tensão estrutural entre a elevada capacidade coercitiva do Estado e a escolha deliberada por uma abordagem baseada na voluntariedade e descentralização, o que ajuda a explicar seu desempenho abaixo do esperado no modelo com capacidade coercitiva. Embora o país possua um dos níveis mais altos de autoridade estatal efetiva sobre o território, conforme evidenciado pelos indicadores de capacidade coercitiva, esse recurso institucional foi politicamente subutilizado durante a fase inicial da pandemia.

A estratégia adotada pelo governo sueco, baseada em recomendações não obrigatórias, confiança pública e responsabilidade individual, refletia tanto a estrutura constitucional do país, que limita a concentração de poderes executivos, quanto a forte autonomia das agências técnicas e dos governos locais (Jonung, 2020; Petridou, 2020). Essa arquitetura institucional, combinada com altos níveis de confiança na autoridade pública, favoreceu uma resposta de baixo para cima (Petridou, 2020; Winblad et al., 2021), mas limitou a ativação plena da coerção estatal, mesmo em momentos críticos de crescimento exponencial dos casos.

Embora o governo nacional tenha assumido um papel mais ativo nas fases subsequentes, com a promulgação de medidas vinculantes, o tempo de reação e a hesitação inicial em impor restrições mais firmes comprometeram a eficácia global da resposta (Winblad et al., 2021). Nesse sentido, o desempenho sueco no modelo com capacidade coercitiva ficou aquém do esperado porque, apesar de dispor institucionalmente de altos níveis de autoridade estatal, a coerção foi politicamente inibida em nome da tradição legal e cultural de autonomia e liberdade individual.

Esse paradoxo de alta capacidade coercitiva formal, mas baixo uso efetivo em momentos críticos evidencia que a presença de recursos institucionais não se traduz automaticamente em seu acionamento. O caso sueco ilustra, portanto, como a eficácia da capacidade coercitiva depende não apenas de sua disponibilidade estrutural, mas também de decisões políticas, normas constitucionais e valores sociais predominantes, que modulam seu uso em contextos emergenciais.

4.1.3. Ideologia e acionamento seletivo da capacidade estatal

A ideologia do chefe do Executivo desempenhou papel não negligenciável na configuração das respostas à pandemia. Embora a ideologia do Executivo não tenha apresentado efeito estatisticamente significativo geral, qualitativamente ela desempenhou papel relevante em casos específicos. Em governos de direita com orientação negacionista explícita (Nicarágua e Tanzânia, por exemplo), a ideologia foi crucial para reduzir a intensidade das respostas. Já em outros contextos, governos de direita não negacionistas adotaram respostas relativamente intensas. Esse resultado indica que o efeito ideológico não é universal, mas condicionado por elementos contextuais e escolhas políticas concretas.

Desse modo, embora no agregado a ideologia de direita esteja relacionada a respostas mais rigorosas, sua influência pode variar substancialmente conforme o contexto político-

institucional, revelando-se um vetor explicativo relevante para o acionamento ou bloqueio da capacidade estatal.

4.1.4. Efeitos institucionais na intensidade da resposta

Os resultados apresentados neste capítulo indicam que a capacidade estatal, em suas dimensões administrativa e coercitiva, tende a se associar positivamente à intensidade das respostas governamentais à pandemia, ainda que esses efeitos sejam reduzidos após controlar por variáveis estruturais, como desenvolvimento econômico e tamanho populacional. Por outro lado, a democracia eleitoral, considerada isoladamente, não apresentou associação estatisticamente significativa com a intensidade das medidas adotadas (OxCGR), limitando o suporte empírico à hipótese 1. No entanto, os efeitos interativos confirmaram a hipótese 3, mostrando que a democracia atua como moderadora, e não como determinante direto, da eficácia da capacidade estatal.

A ausência de efeito direto significativo da democracia sobre a intensidade das políticas públicas não enfraquece o argumento normativo democrático, mas o desloca. O desempenho democrático, nesse contexto, não se traduz necessariamente em respostas mais rígidas ou imediatas, mas em processos decisórios institucionalmente mediados, sujeitos a normas rigorosas de transparência, *accountability* e controle legal. Isso implica que a virtude democrática reside menos na intensidade imediata da ação estatal e mais na legitimidade e sustentabilidade das decisões. Democracias operam sob arranjos institucionais que impõem custos normativos ao uso intensivo de instrumentos coercitivos ou excepcionais, modulando a velocidade e abrangência das políticas sem, contudo, comprometer sua eficácia substantiva a médio e longo prazo. Portanto, o argumento democrático não é refutado, mas qualificado: sua contribuição fundamental não está na força imediata da resposta, mas na capacidade de implementá-la com legitimidade institucional e sustentá-la com estabilidade e responsabilidade pública.

4.1.5. Regime político como mediador da capacidade estatal

Já os modelos com efeitos interativos confirmam a hipótese 3, demonstrando que o impacto da capacidade estatal sobre a resposta governamental é condicionado pelo regime político. Em contextos autoritários, os efeitos positivos da capacidade administrativa e coercitiva sobre a intensidade das políticas públicas são mais pronunciados, enquanto em

democracias consolidadas esses efeitos são atenuados por custos normativos, institucionais e políticos adicionais ao uso intensivo do aparato estatal. Esse achado empírico ressalta que a democracia não atua apenas como limitadora da ação imediata, mas também como moderadora, potencialmente promovendo maior sustentabilidade e legitimidade da resposta ao longo do tempo.

A presença desses efeitos condicionais revela que o exercício do poder estatal em contextos de crise não depende apenas da disponibilidade de recursos institucionais, mas também da moldura normativa e política que define quando, como e com que legitimidade tais recursos podem ser mobilizados (Pires e Gomide, 2024). O achado empírico sugere que a relação entre a capacidade estatal e a autonomia burocrática é não homogênea e dependente do contexto político, o que corrobora a distinção dos modos de ação estatal. Em regimes autoritários, o aparato estatal tende a operar com maior autonomia decisória, convertendo capacidade administrativa e coercitiva diretamente em ação intensiva, com a capacidade proveniente de fontes distintas da autonomia burocrática (Cingolani, Thomsson e Crombrugghe, 2013, p. 21). Já nas democracias, o poder é constrangido por arranjos institucionais que impõem *accountability*, transparência e controle recíproco, redefinindo os canais pelos quais a capacidade estatal se expressa (Gomide e Pires, 2014; Pires e Gomide, 2014, 2024).

O achado empírico de que a capacidade estatal é ativada de forma diferenciada conforme o regime político indica que a crise, longe de suspender a política, a torna ainda mais relevante. Nesses contextos, a capacidade disponível, que se constitui em um estoque de recursos e competências, precisa ser ativada ou desativada por meio de arranjos de implementação. Em contextos democráticos, o poder estatal é filtrado por mediações institucionais que exigem a mobilização não apenas da capacidade técnico-administrativa (ligada à eficiência e à burocracia profissional), mas também da capacidade político-relacional (Pires e Gomide, 2016; Gomide, 2014; Gomide e Pires, 2014). Esta última dimensão está associada às habilidades e aos procedimentos para a inclusão de múltiplos atores (sociais, econômicos e políticos) e à construção de consensos mínimos (Gomide e Pereira, 2018; Pires e Gomide, 2024).

Tais fatores, embora tornem a resposta dependente de legitimação pública, negociação política e consentimento social, podem sustentar a eficácia e a estabilidade das políticas implementadas no médio e longo prazo. No entanto, é importante notar que a inclusão de múltiplos atores e o escrutínio dos controles em um regime democrático podem, em contrapartida, criar obstáculos institucionais e gerar a percepção de que as capacidades de

realização de objetivos ocorrem em um ritmo menos acelerado (Gomide e Pires, 2014). O êxito da ação estatal em ambientes complexos dependerá, portanto, da capacidade de acionar e combinar eficientemente as capacidades técnico-administrativas e político-relacionais por meio dos arranjos institucionalizados (Gomide e Pires, 2024; Pires e Gomide, 2016, 2024).

CAPÍTULO 5 – REGIME POLÍTICO, CAPACIDADE ESTATAL E TRANSPARÊNCIA/ OPACIDADE GOVERNAMENTAL (SUBNOTIFICAÇÃO DE MORTES POR COVID-19)

Este capítulo apresenta os resultados dos modelos de regressão linear que têm como variável dependente a transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados, operacionalizada como subnotificação de mortes por Covid-19, medida como a diferença entre o número oficial de mortes e o excesso de mortes estimado por 100 mil habitantes.

A escolha dessa variável responde a uma lacuna identificada na literatura sobre respostas governamentais à Covid-19, que frequentemente negligencia os vieses informacionais associados a contextos autoritários, sistemas de saúde frágeis ou estratégias deliberadas de manipulação de dados (Badman et al., 2021; Wigley, 2023; Knutsen e Kolvani, 2022). Ao comparar a diferença entre os registros oficiais e o excesso de mortalidade estimado com base na média histórica, torna-se possível capturar práticas de ocultação de dados ou superestimação que distorcem o diagnóstico público da crise.

As hipóteses testadas neste capítulo são as mesmas formuladas no Capítulo 1: (H1) que países mais democráticos apresentam uma menor opacidade dos dados governamentais divulgados durante a pandemia do Covid-19; (H2) que países com maior capacidade estatal estão associados a uma menor opacidade dos dados governamentais divulgados durante a pandemia do Covid-19; e (H3) que o efeito negativo da capacidade estatal sobre a opacidade dos dados governamentais divulgados se reduz em contextos mais democráticos.

A estrutura de apresentação segue a mesma lógica adotada no Capítulo 4: primeiro são estimados os modelos com efeitos diretos, seguidos pelos modelos com interações entre democracia e capacidades estatais. Os resultados são acompanhados por gráficos de efeitos marginais e discussão de casos destoantes.

5.1. Resultados

A Tabela 10 apresenta os modelos com efeitos diretos da democracia e das duas dimensões da capacidade estatal sobre a transparência governamental, medida pela diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes por 100 mil habitantes (*diff100k*). Os modelos 1 e 2 testam os efeitos das variáveis principais sem controle, já os modelos 3 e 4 incorporam os controles estruturais.

Tabela 10 - Efeitos da democracia e das capacidades administrativa e coercitiva do Estado na transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes por Covid-19)

	(1)	(2)	(3)	(4)
Democracia	-120,7*	-79,95	-186,5**	-220,3***
	(55,330)	(51,426)	(58,886)	(64,284)
Capacidade Administrativa	-1,241		-9,823	
	(6,938)		(6,164)	
Capacidade Coercitiva		-50,72		-5,358
		(48,744)		(46,962)
Ideologia			2,140	2,548
			(6,507)	(6,511)
PIB per capita			-2,213***	-2,430***
			(0,464)	(0,468)
População (log)			8,257 ⁺	7,850
			(4,719)	(5,019)
% Pop 65+			10,59***	9,929***
			(2,309)	(2,386)
Constante	155,2***	168,9***	0,351	37,27
	(32,383)	(19,237)	(84,267)	(88,582)
<i>N</i>	518	519	483	484
<i>r</i> ²	0,076	0,081	0,268	0,263

Fonte: Elaboração própria. Erros-padrão agrupados por país em parênteses. ⁺ $p < 0,10$, * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$.

No Modelo 1, o *r*² sugere que 8% da variação na variável dependente pode ser explicada apenas pela capacidade administrativa e a democracia, entretanto apenas a democracia obteve

resultado negativo e significativo. Esse resultado indica que países mais democráticos apresentaram menor discrepância entre as mortes oficiais reportadas e o excesso estimado de mortalidade, sugerindo maior transparência informacional frente à pandemia. Em contraste, a capacidade administrativa não apresenta efeito estatisticamente significativo nesse modelo, o que limita o suporte direto à hipótese 2.

O resultado obtido para a democracia está em linha com a ideia de que as democracias tendem a reportar dados mais confiáveis sobre mortalidade em crises sanitárias (Knutsen e Kolvani, 2022), ou de que os regimes democráticos favorecem a transparência e a prestação de contas na divulgação de informações públicas, enquanto autocracias possuem incentivos para manipular ou ocultar informações sensíveis.

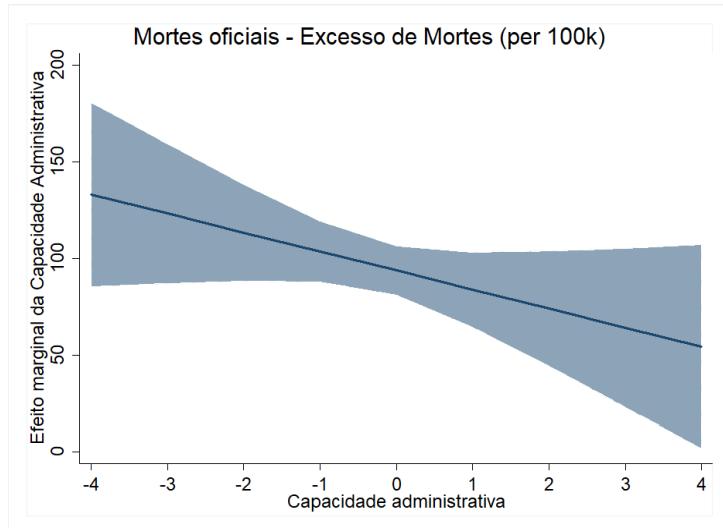
No Modelo 2, o r^2 sugere também que 8% da variação na variável dependente pode ser explicada apenas pela capacidade coercitiva e a democracia, entretanto nenhuma variável obteve significância estatística. Isso sugere que a presença territorial efetiva do Estado não é suficiente, isoladamente, para garantir melhor qualidade informacional na divulgação dos dados epidemiológicos, ao contrário do esperado a partir da literatura que associa a coerção estatal à capacidade de monitoramento e controle (Hanson e Sigman, 2021).

O fato de as capacidades administrativa e coercitiva não terem mostrado efeitos significativos sobre a redução da opacidade informacional confirma o conceito de ambivalência institucional, segundo o qual, mesmo regimes autoritários dotados de capacidade coercitiva ou administrativa robusta podem apresentar sérias limitações quanto à transparência informacional, pois frequentemente têm incentivos políticos para manipular ou omitir dados sensíveis para preservar a legitimidade do regime (Knutsen e Kolvani, 2022).

Nos Modelos 3 e 4, que introduzem controles estruturais (PIB per capita, população e percentual de idosos), os efeitos negativos e significativos da democracia eleitoral são reforçados, enquanto a capacidade administrativa e a capacidade coercitiva seguem sem significância estatística.

No Modelo 3, com a capacidade administrativa, a democracia e as variáveis de controle, o r^2 sugere que 27% da variação da variável dependente pode ser explicada pelas variáveis do modelo. Neste modelo, a democracia e a capacidade administrativa aparecem com sinal negativo e significativo, como esperado. Este resultado pode ser mais bem visualizado no Gráfico 11.

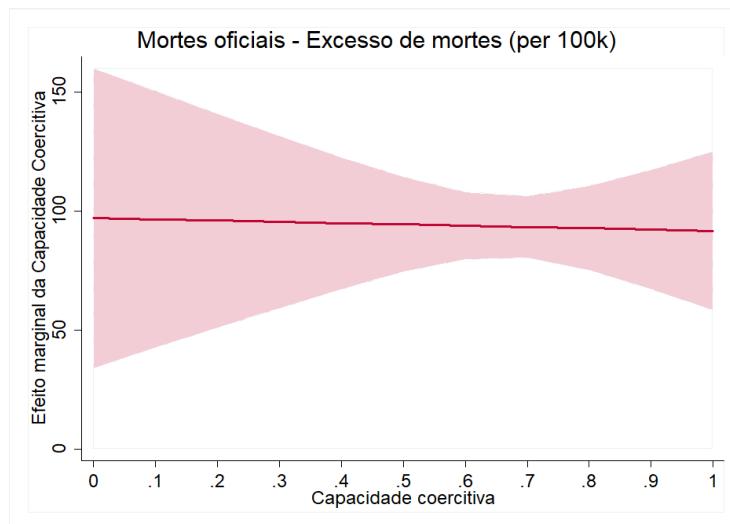
Gráfico 11 - Efeito marginal da capacidade administrativa



Fonte: Elaboração própria. Nota: Todas as variáveis de controle são incluídas e mantidas em suas médias. Predições ajustadas com intervalos de confiança de 95%. Resultados correspondem ao Modelos 3, da Tabela 10.

No Modelo 4, com a capacidade coercitiva, democracia e variáveis de controle, a democracia apareceu com um coeficiente negativo e significativo, enquanto a capacidade coercitiva manteve sua insignificância. Este resultado pode ser mais bem visualizado no Gráfico 12. O r^2 nesse modelo sugere que 26% da variação da variável dependente pode ser explicada pelo modelo.

Gráfico 12 - Efeito marginal da capacidade coercitiva



Fonte: Elaboração própria. Nota: Todas as variáveis de controle são incluídas e mantidas em suas médias. Predições ajustadas com intervalos de confiança de 95%. Resultados correspondem ao Modelos 4, da Tabela 10.

A ideologia não obteve resultado significativo em nenhum dos modelos em que está incluída. As variáveis populacionais apresentaram resultado positivo e significativo, como esperado, com exceção do logaritmo do tamanho da população que perdeu sua significância no modelo com a capacidade coercitiva. Também a favor das expectativas, o PIB per capita obteve resultado negativo e significativo.

Assim, a leitura que se pode fazer é que, ainda que o Estado possua capacidade administrativa ou coercitiva elevada, isso não se traduz automaticamente em registros epidemiológicos mais precisos. O contexto democrático parece ser uma pré-condição institucional mais importante do que a mera capacidade técnica ou coercitiva para garantir a qualidade dos dados informacionais em crises sanitárias. Portanto, sem levar em consideração possíveis efeitos interativos, apenas a democracia possui um efeito negativo significativo na diminuição das mortes por Covid-19.

Em democracias mais antigas e consolidadas, o acúmulo histórico de práticas institucionais relacionadas à transparência e à prestação de contas poder gerar uma cultura administrativa e política que torna menos provável a manipulação intencional ou sistemática de informações sensíveis, como as epidemiológicas.

Esses resultados oferecem suporte empírico à hipótese 1, ao confirmar o papel central da democracia na obtenção de melhores resultados em relação à transparência e precisão informacional sobre a mortalidade por Covid-19. Por outro lado, a hipótese 2, que isola a capacidade estatal, não foi completamente corroborado, indicando que uma melhor qualidade informacional não depende unicamente das capacidades administrativas ou coercitivas do Estado, mas principalmente do contexto institucional democrático. Uma maior transparência e confiabilidade dos dados epidemiológicos são, portanto, determinados predominantemente pelos atributos democráticos que ultrapassam a conjuntura imediata da crise sanitária.

5.1.1. Efeitos interativos sobre a opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes)

A Tabela 11 apresenta os modelos de regressão com efeitos interativos entre democracia e as duas dimensões da capacidade estatal, tendo como variável dependente a transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados, operacionalizada pela subnotificação de mortes por Covid-19 (*diff100k*). O objetivo desses modelos é testar a hipótese 3, segundo a qual o efeito negativo da capacidade estatal na opacidade informacional seria

atenuado em contextos democráticos. A hipótese parte da premissa de que regimes autoritários, por exercerem maior controle sobre a informação pública, podem açãoar sua capacidade administrativa ou coercitiva para fins de manipulação ou ocultação de dados, enquanto em democracias, o uso de tais capacidades é limitado por regras institucionais de transparência, *accountability* e controle público (Knutsen e Kolvani, 2022).

Tabela 11 - Efeitos interativos da democracia e das capacidades administrativa e coercitiva do estado na transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes por Covid-19)

	(1)	(2)	(3)	(4)
Democracia	-121,5 [*] (56,166)	115,9 (113,560)	-183,7 ^{**} (57,219)	24,00 (134,096)
Capacidade Administrativa	18,16 (12,019)		9,751 (10,415)	
Democracia * Capacidade Administrativa	-35,72 [*] (13,862)		-45,61 ^{**} (17,051)	
Capacidade Coercitiva		7,202 (61,207)		65,04 (54,825)
Democracia * Capacidade Coercitiva		-225,1 ⁺ (118,836)		-302,0 [*] (148,755)
Ideologia			1,535 (6,360)	2,092 (6,343)
PIB per capita			-1,723 ^{***} (0,413)	-2,187 ^{***} (0,435)
População (log)			8,419 ⁺ (4,672)	5,228 (5,392)
% Pop 65+			11,66 ^{***} (2,447)	10,98 ^{***} (2,430)

Constante	168,8*** (35,055)	121,7*** (34,262)	-4,437 (81,943)	17,64 (85,523)
<i>N</i>	518	519	483	484
<i>r</i> ²	0,092	0,090	0,287	0,273

Fonte: Elaboração própria. Erros-padrão agrupados por país entre parênteses. ⁺ $p < 0,10$, ^{*} $p < 0,05$, ^{**} $p < 0,01$, ^{***} $p < 0,001$.

O Modelo 1 apresenta apenas o efeito interativo entre as variáveis independentes (capacidade administrativa e democracia). Neste modelo o *r*² mede aproximadamente 0,09. A capacidade administrativa continua sem significância estatística, assim como ocorreu no modelo similar sem as interações (Modelo 1, Tabela 10).

Embora o efeito principal da capacidade administrativa isoladamente não seja significativo, o termo de interação com a democracia é negativo e significativo (-35,72; $p < 0,05$). Isso indica que, conforme o nível democrático aumenta, a capacidade administrativa passa a ter um efeito progressivamente mais forte e significativo na redução da opacidade informacional.

Em regimes autoritários ou híbridos, mesmo burocracias relativamente profissionalizadas enfrentam limitações institucionais que reduzem seu impacto positivo sobre a transparência. Em contraste, regimes democráticos potencializam a eficácia administrativa por meio de *accountability*, transparência e controle institucional. Democracias com capacidade institucional robusta apresentam registros epidemiológicos mais transparentes e confiáveis, devido à presença constante de mecanismos institucionais de prestação de contas e pressão social por transparência (Knutsen e Kolvani, 2022).

O Modelo 2 apresenta apenas o efeito interativo entre as variáveis independentes (capacidade coercitiva e democracia). Neste modelo, o *r*² também mede aproximadamente 0,09. A democracia e a capacidade coercitiva continuam sem significância estatística, assim como ocorreu no modelo similar sem as interações (Modelo 2, Tabela 10). Entretanto, o sinal da interação foi negativo e significativo ao nível de 10%, indicando que quanto maior a democracia, mais a capacidade coercitiva contribui para diminuir a opacidade informacional.

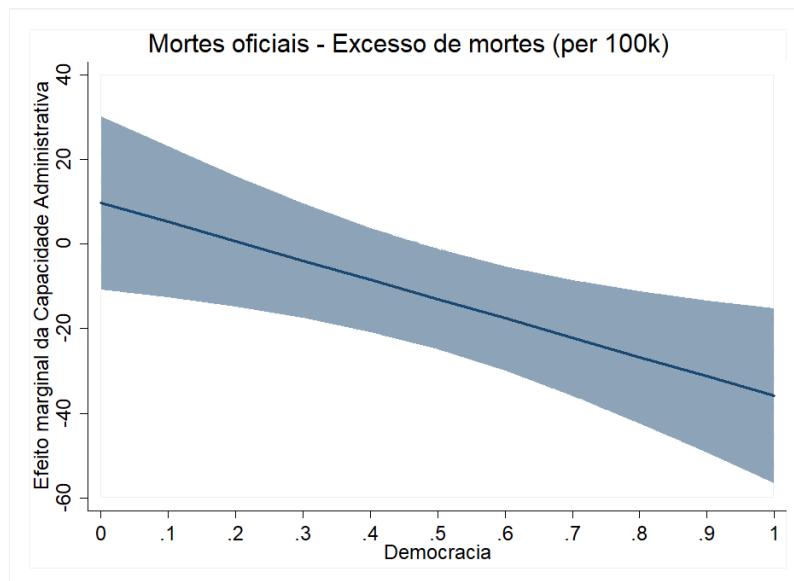
Esses resultados sugerem que a eficácia da coerção estatal depende substancialmente da legitimidade institucional conferida pelo regime político, especialmente em contextos

democráticos, onde a coerção é utilizada em conformidade com normas jurídicas e sob controle público constante (Hanson e Sigman, 2021). A incorporação de variáveis de controle nos Modelos 3 e 4 reforça a robustez das interações.

No Modelo 3, com o efeito interativo entre capacidade administrativa e democracia mais os controles, houve um considerável incremento no r^2 , sugerindo que 29% da variável dependente pode ser explicada pelo modelo proposto. Os resultados da interação do Modelo 1 se mantêm, indicando que, controlando pelas demais variáveis, o efeito negativo da capacidade administrativa na opacidade informacional é maior em democracias. Isso fortalece a interpretação de que a capacidade administrativa exerce impacto mais benéfico sobre a opacidade informacional em contextos democráticos, onde mecanismos institucionais favorecem a transparência e a responsabilização.

O Gráfico 13 ilustra esse resultado: quanto maior a democracia, mais a capacidade administrativa contribui para diminuir a opacidade dos dados governamentais divulgados.

Gráfico 13 - Efeito interativo da capacidade administrativa e da democracia na transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes por Covid-19)



Fonte: Elaboração própria. Nota: Todas as variáveis de controle são incluídas e mantidas em suas médias. Predições ajustadas com intervalos de confiança de 95%. Resultados correspondem ao Modelos 3, da Tabela 11.

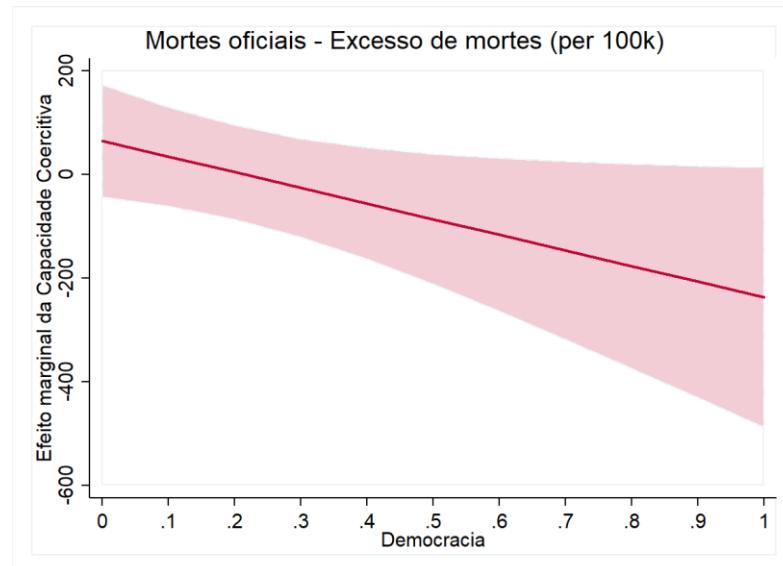
A leitura que se faz é de que as democracias têm vantagem institucional na produção e divulgação de informações públicas, especialmente em contextos críticos, devido à vigilância

institucional e pública mais intensa (Diamond, 2020). Regimes democráticos convertem capacidade administrativa em maior transparência de dados devido às pressões institucionais e sociais para a divulgação de dados reais (Knutsen e Kolvani, 2022).

No Modelo 4, com o efeito interativo entre capacidade coercitiva e democracia mais os controles, houve um considerável incremento no r^2 , sugerindo que 27% da variável dependente pode ser explicada pelo modelo proposto. Os resultados da interação do Modelo 2 se mantêm, indicando que, controlando pelas demais variáveis, o efeito negativo da capacidade coercitiva na opacidade informacional é maior em democracias. Confirma-se que a capacidade coercitiva do Estado produz impactos positivos substanciais sobre a qualidade dos registros epidemiológicos, somente quando integrada em contextos democráticos robustos.

O Gráfico 14 vislumbra esse resultado: quanto maior a democracia, mais a capacidade coercitiva contribui para diminuir a opacidade informacional.

Gráfico 14 - Efeito interativo da capacidade coercitiva da democracia na transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes por Covid-19)



Fonte: Elaboração própria. Nota: Todas as variáveis de controle são incluídas e mantidas em suas médias. Predições ajustadas com intervalos de confiança de 95%. Resultados correspondem ao Modelos 4, da Tabela 11.

Esses achados indicam que, em democracias onde a coerção estatal é limitada por normas institucionais e sociais, sua aplicação é altamente eficaz na promoção da transparência dos dados e registros públicos. A interação ressalta que a capacidade coercitiva do Estado pode

resultar em melhores resultados institucionais e informacionais quando utilizada sob padrões normativos estritos e controle institucional transparente, condições geralmente encontradas em democracias consolidadas (Tilly, 2007).

Esses resultados oferecem suporte empírico à hipótese 3, destacando que o regime político não apenas afeta diretamente a qualidade dos dados epidemiológicos, mas modera significativamente os efeitos das capacidades institucionais. Tanto a capacidade administrativa, quanto a coercitiva, têm sua eficácia informacional condicionada por características democráticas, especialmente *accountability*, transparência e legitimação pública das ações estatais.

Em síntese, os modelos interativos da Tabela 11 fornecem sólido suporte empírico à hipótese 3, indicando que a capacidade administrativa e coercitiva do Estado somente se traduz em melhores registros epidemiológicos mais precisos quando articulada com instituições democráticas robustas.

5.1.2. Resultados dos efeitos interativos sobre a transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados (subnotificação de mortes)

O uso das capacidades estatais para fins de transparência e não de manipulação depende essencialmente de contextos institucionais que restrinjam o Executivo, assegurem *accountability* pública e exijam responsabilidade técnica. Em democracias dotadas de alta capacidade institucional, essas condições se complementam e se potencializam mutuamente. Em autocracias, frequentemente se neutralizam.

Assim, a produção de informações confiáveis durante crises sanitárias mostra-se como um produto institucional complexo, e não apenas reflexo de recursos técnicos ou normas isoladas. Em particular, a presença de mecanismos de *accountability* horizontal (O'Donnell, 1998) emerge como um fator institucional crítico, pois assegura vigilância e fiscalização interna constantes sobre os dados públicos, dificultando sua manipulação ou ocultação deliberada em democracias.

Os achados da Tabela 11 apontam as limitações das autocracias, mesmo aquelas com aparente eficácia logística, em produzir informações epidemiológicas fidedignas. Em termos de integridade informacional e redução efetiva da opacidade informacional, democracias com alta

capacidade institucional apresentam melhores resultados substantivos, não apenas por implementarem medidas mais intensas, mas por registrarem seus efeitos com maior precisão e responsabilidade.

Esses resultados ajudam a esclarecer uma controvérsia central na literatura sobre democracia e gestão de crises: a suposta superioridade automática dos regimes autocráticos em emergências sanitárias. Embora democracias frequentemente enfrentem entraves iniciais relacionados à fragmentação decisória e exigências de legitimação pública, os dados indicam que, ao longo do tempo, democracias com alta capacidade estatal conseguiram não apenas implementar políticas mais intensas, mas também produzir e divulgar informações epidemiológicas mais precisas. Em contrapartida, regimes autoritários, embora rápidos na formulação das medidas, demonstraram maior opacidade informacional e menor responsabilização pública, fragilizando a confiança em seus resultados oficiais.

Em síntese, os resultados desses modelos demonstram que a qualidade dos dados epidemiológicos, mensurada pela diferença entre mortes oficiais e excesso de mortes, é mais bem explicada pela interação entre capacidade estatal e democracia. O uso isolado da capacidade estatal não assegura transparência: regimes autoritários com alta capacidade tendem à manipulação ou omissão de informações, enquanto democracias com baixa capacidade enfrentam limitações técnicas substanciais. O efeito negativo emerge apenas quando há sinergia entre aparato técnico e mecanismos democráticos de pressão e controle.

A opacidade informacional, portanto, não é apenas um problema técnico ou logístico, mas essencialmente uma expressão institucional. Ela diminui significativamente quando há coerência entre aparato técnico, normas democráticas de transparência e mecanismos de *accountability*. Democracias com alta capacidade estatal não apenas executam melhor suas políticas, mas elas também registram seus resultados de maneira mais confiável, consistente com a expectativa normativa destacada por Norris (2012) e pela literatura contemporânea sobre governança democrática e crises sanitárias.

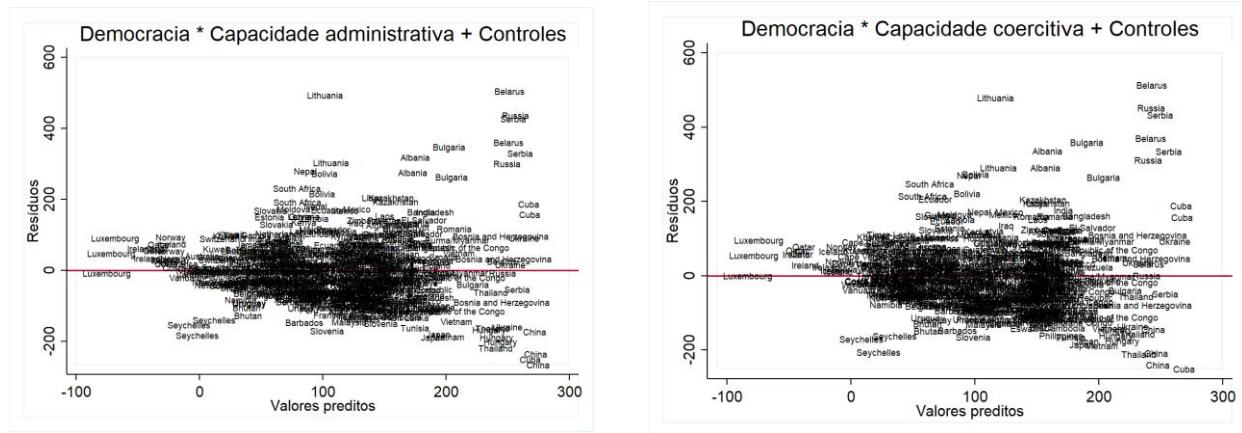
5.2. Casos destoantes

Embora os modelos estatísticos indiquem que a opacidade informacional é explicada, em parte, pelas características institucionais dos regimes e pela capacidade estatal, os resíduos estimados revelam que há países cujo desempenho se desvia substancialmente do padrão

previsto. A análise de tais casos excepcionais permite explorar fatores que não foram incluídos nos modelos, como práticas administrativas específicas, estruturas subnacionais, dinâmica de confiança pública ou estratégias informais de monitoramento e resposta. Esta seção examina justamente esses desvios extremos, positivos e negativos, com o intuito de qualificar empiricamente a interpretação dos achados e testar os limites explicativos das variáveis institucionais mobilizadas na tese.

Após a estimação dos modelos interativos com variáveis de controle, esta seção examina os resíduos padronizados dos Modelos 3 e 4 da Tabela 11, com o objetivo de identificar países cuja opacidade informacional se distanciou significativamente do valor previsto pelo modelo. A análise de casos extremos, com maior ou menor opacidade do que a estimada, contribui para qualificar a interpretação dos achados empíricos, revelando situações em que variáveis institucionais não capturam completamente os determinantes do desempenho informacional.

Gráfico 15 - Casos destoantes dos modelos com efeitos interativos



Fonte: Elaboração propria. Nota: Gráficos correspondem aos resultados dos Modelos 3 e 4, da Tabela 11.

5.2.1. Casos com opacidade informacional acima do previsto: Bielorrússia e Lituânia

Os casos da Bielorrússia e da Lituânia, embora distintos em regime político, ilustram caminhos diferentes para o mesmo resultado: uma opacidade informacional superior ao previsto, segundo os modelos apresentados. Em comum, ambos os países evidenciam que a presença formal de capacidade estatal, seja coercitiva, seja administrativa, não garante, por si só, a acurácia dos dados ou a eficácia da resposta. A Bielorrússia, regime autoritário com

capacidade moderada, optou por não acionar seus instrumentos estatais disponíveis, priorizando o negacionismo político. Já a Lituânia, uma democracia institucionalmente sólida, enfrentou limitações decorrentes da fragmentação entre níveis de governo e da adesão social heterogênea. Esses dois exemplos reforçam o argumento de que a qualidade da resposta informacional depende menos da rigidez das normas formais e mais da articulação efetiva entre instituições, liderança política e coesão social.

5.2.1.1. Bielorrússia

O desempenho da Bielorrússia, ao registrar um número de mortes por Covid-19 superior ao esperado, pode ser diretamente relacionado à sua estratégia negacionista e à recusa sistemática em adotar medidas preventivas, mesmo diante de capacidade estatal mínima para coordenar respostas em larga escala. A postura do governo, liderado por Alexander Lukashenko, foi marcada pela minimização pública da crise sanitária, classificada como uma 'psicose', e por recomendações de remédios não científicos como vodca, saunas e trabalho no campo, em flagrante oposição às evidências médicas disponíveis (Dryndova, 2020, p. 2).

A manutenção de fronteiras abertas, a continuidade de eventos esportivos e a ausência de restrições de mobilidade contrastam fortemente com a prática adotada por países vizinhos e contribuíram para a exposição populacional prolongada ao contágio comunitário, elevando a letalidade da pandemia (Pentegova, 2021). Além disso, a crítica aberta às medidas de contenção adotadas por outras nações, como a Rússia, e a ausência de uma estratégia nacional abrangente de testagem e isolamento refletem uma decisão política deliberada, condicionada por restrições financeiras e pela intenção de usar a pandemia em benefício político-propagandístico (Suzdaltsev, 2022, p. 296).

Esse comportamento governamental não apenas agravou os desfechos sanitários como também gerou impactos políticos significativos, ampliando o potencial de protestos que culminaram na crise pós-eleitoral de 2020 (Suzdaltsev, 2022, p. 298). A falta de transparência nos dados, associada à subnotificação sistemática, dificulta uma avaliação precisa do impacto da pandemia no país; ainda assim, análises comparativas com Rússia e Ucrânia apontam que tanto a Bielorrússia quanto a Rússia parecem ter tido um desempenho pior em termos de saúde do que a Ucrânia (Åslund, 2020, p. 2).

Dessa forma, o número de mortes acima do esperado pode ser compreendido como o resultado direto da recusa em implementar medidas de contenção, da inação institucional

deliberada e da instrumentalização política da crise sanitária. O caso bielorrusso reforça a ideia de que, mesmo em regimes autoritários, a eficácia na resposta à pandemia depende da ativação coordenada da capacidade estatal, e não apenas de sua existência formal. Quando o aparato estatal é neutralizado por decisões políticas negacionistas, os custos sociais e sanitários se elevam substancialmente, como evidenciado neste caso.

5.2.1.2. Lituânia

O caso da Lituânia representa um exemplo emblemático de desalinhamento entre resposta institucional precoce e os desfechos sanitários efetivamente observados, uma vez que, apesar da adoção de medidas rápidas e restritivas, o país registrou um número de mortes por Covid-19 superior ao esperado. Essa discrepância entre esforço governamental e resultado sugere que fatores como adesão social heterogênea, fadiga pandêmica e desigualdades na capacidade de formulação local podem ter atenuado a efetividade das medidas.

A resposta inicial do governo lituano foi marcada pela centralização e rapidez decisória, com a decretação do estado de emergência ainda nos estágios iniciais da pandemia (Webb et al., 2021). Simultaneamente, os municípios desempenharam papel ativo ao implementar políticas de apoio econômico e soluções criativas, como as adaptações urbanas em Vilnius (Dvorak, 2021). No entanto, as atitudes sociais diante das medidas restritivas mostraram-se diversas, com parte da população, especialmente os grupos mais autoconfiantes, resistindo às regulações mais abrangentes (Genys e Krikštolaitis, 2021). Esse comportamento pode ter enfraquecido a coesão necessária para garantir o cumprimento uniforme das recomendações sanitárias.

Ainda que uma parcela significativa da população tenha adotado comportamentos responsáveis (Genys e Krikštolaitis, 2022), os efeitos de informação assimétrica, confiança seletiva nas autoridades e polarização de atitudes parecem ter limitado o impacto das políticas públicas. A literatura aponta que a confiança nas instituições e a legitimidade das ações governamentais são elementos críticos para a eficácia das respostas não coercitivas, especialmente em contextos democráticos (Genys e Krikštolaitis, 2021).

O número de mortes acima do previsto, portanto, não deve ser atribuído unicamente à ausência de medidas, mas sim a um conjunto de fatores que incluem descompasso entre decisões centrais e realidades locais, resistência social parcial e limitações estruturais na capacidade de rastreamento e atendimento hospitalar. O caso lituano evidencia que respostas

rápidas não garantem automaticamente melhores desfechos, se não forem acompanhadas de coesão social, capacidade técnica e confiança pública sustentada. Em síntese, o desempenho abaixo do esperado da Lituânia ilustra os limites de uma abordagem tecnicamente correta, mas politicamente e socialmente vulnerável à fragmentação.

5.2.2. Casos com opacidade informacional abaixo do previsto: Cuba e China

Os casos da China e de Cuba ilustram contextos institucionais distintos em que a opacidade informacional ficou abaixo do esperado, revelando dinâmicas complexas entre regime político, capacidade estatal e eficácia sanitária. Embora ambos os países sejam caracterizados por regimes autoritários e alto grau de centralização decisória, eles diferem substancialmente na forma como mobilizaram suas capacidades administrativas e coercitivas frente à pandemia. Assim, a análise comparativa desses dois casos permite aprofundar a compreensão sobre como regimes autoritários podem alcançar resultados substantivos distintos, dependendo da interação entre capacidade estatal, estratégias de resposta e níveis variáveis de transparência e *accountability*.

5.2.2.1. China

O desempenho da China, registrando menos mortes por Covid-19 do que o esperado nos dados oficiais, deve ser analisado à luz da combinação entre fortes medidas estatais de contenção e graves problemas de opacidade informacional. Embora a resposta inicial tenha sido caracterizada por ações rápidas, centralizadas e de grande escala, com medidas como *lockdowns* rigorosos, rastreamento de contatos e vigilância tecnológica (Gao e Zhang, 2021; Zanin et al., 2020, p. 2; Li et al., 2020, p. 3; Xu et al., 2020), as discrepâncias nos números reportados indicam que o sucesso aparente na contenção do vírus foi parcialmente construído sobre uma base estatística opaca.

As intervenções coordenadas entre órgãos governamentais e governos locais, associadas ao uso intensivo de tecnologias digitais, de fato contribuíram para reduzir a mobilidade interprovincial e frear a transmissão comunitária no curto prazo. No entanto, pesquisas independentes mostram que a magnitude do surto em cidades como Wuhan foi substancialmente subestimada nos relatórios oficiais. Estimativas baseadas em dados de crematórios sugerem que as mortes em Wuhan podem ter chegado a cerca de 36.000, muito acima das 2.169 mortes oficialmente declaradas até 29 de fevereiro de 2020 (He et al., 2020, p.

3). Outros estudos indicam que até 92,9% dos casos podem não ter sido notificados na China antes do fechamento inicial de Wuhan (Maugeri et al., 2020, p. 1).

Essas evidências apontam que, embora as medidas de contenção chinesas tenham sido efetivas no controle do surto local após a adoção de lockdowns, o número real de infecções e mortes foi significativamente maior do que os registros oficiais sugerem. Portanto, o fato de a China ter apresentado menos mortes por Covid-19 do que o esperado nos dados disponíveis não pode ser interpretado exclusivamente como um reflexo da eficácia de sua resposta, mas também como resultado de opacidade informacional substancial e limitações estruturais de transparência no regime autoritário.

Em suma, a experiência chinesa demonstra que altos níveis de capacidade coercitiva e administrativa podem produzir resultados de contenção rápidos, mas, sem mecanismos de transparência e *accountability*, os indicadores públicos de desempenho sanitário tornam-se altamente questionáveis. Isso evidencia a importância de considerar, nas análises comparativas, não apenas a eficácia formal das políticas de contenção, mas também a confiabilidade dos dados reportados pelos governos.

5.2.2.2. Cuba

O desempenho de Cuba durante a pandemia da Covid-19, registrando menos mortes do que o esperado, deve ser analisado em um contexto em que as capacidades preventivas do sistema de saúde, o planejamento estatal centralizado e a atenção primária comunitária desempenharam papéis decisivos, mesmo diante de limitações estruturais e econômicas severas.

Desde antes da detecção do primeiro caso, o governo cubano implementou um plano nacional abrangente e intersetorial de contenção, mobilizando múltiplas agências estatais e instituições de pesquisa (González et al., 2022). A infraestrutura de saúde universal e gratuita, com forte rede de atenção primária, permitiu uma resposta efetiva e organizada à pandemia (Galván-García e Mas-Bermejo, 2020). Medidas como centros de isolamento comunitário, rastreamento de contatos e vigilância pós-recuperação ampliaram a capacidade de resposta e reduziram o tempo entre a identificação e o isolamento dos casos (Mas-Bermejo et al., 2021).

Além disso, a instalação de laboratórios de diagnóstico molecular em todas as províncias e o desenvolvimento de vacinas nacionais refletiram uma estratégia de autossuficiência científica (González et al., 2022) em um contexto de embargo econômico e crise financeira,

fatores que historicamente restringem o acesso cubano a insumos médicos internacionais (Howard, 2022, p. e4).

No entanto, estudos posteriores identificaram fragilidades sistêmicas que se tornaram mais evidentes durante a disseminação da variante delta em 2021, como a sobrecarga do sistema de saúde e problemas de subnotificação de casos e mortes (Howard, 2022, p. e4). Estimativas sugerem que cerca de 60% das infecções não foram documentadas, e que o pico epidêmico ocorreu dez dias antes do reportado oficialmente (Gil e Lage-Castellanos, 2020, p. 1). Apesar disso, modelos matemáticos de previsão mostraram relativa precisão na antecipação dos picos de casos e mortes (Medina-Mendieta, Cortés-Cortés e Cortés-Iglesias, 2020).

Portanto, o fato de Cuba ter registrado menos mortes por Covid-19 do que o esperado reflete uma combinação de fatores estruturais positivos, como a eficácia da atenção primária, a resposta estatal coordenada e o comportamento comunitário, com limitações reconhecidas, como a opacidade informacional e o impacto de restrições externas. O caso cubano evidencia que um aparato estatal centralizado, articulado a redes comunitárias de saúde, pode compensar parcialmente fragilidades econômicas e institucionais, resultando em melhor desempenho sanitário do que aquele previsto apenas por variáveis tradicionais de desenvolvimento econômico ou liberdade política.

CONCLUSÕES

A resposta governamental à pandemia da Covid-19 não pode ser compreendida de forma satisfatória com base em variáveis isoladas, como apenas o regime político ou só a capacidade estatal. Esta tese demonstrou que é na interação entre esses dois elementos que reside a chave para explicar tanto a intensidade das políticas de contenção adotadas, quanto a transparência e a confiabilidade dos dados epidemiológicos divulgados pelos governos. Com base nessa premissa, a pesquisa partiu da seguinte pergunta: em que medida o regime político e a capacidade estatal explicam a variação encontrada entre países na intensidade das políticas governamentais contra a Covid-19 e na transparência governamental/ opacidade dos dados governamentais divulgados?

A análise desenvolvida ao longo da tese evidenciou que regime político e capacidade estatal não são variáveis autônomas e lineares na explicação do desempenho governamental, mas elementos interdependentes. Seus efeitos se manifestam, sobretudo, na forma como interagem em diferentes contextos institucionais. A democracia oferece mecanismos de *accountability*, transparência e controle normativo que moldam os limites da ação estatal, enquanto as capacidades administrativa e coercitiva determinam a viabilidade das decisões políticas. A intensidade das respostas à pandemia e a transparência e a confiabilidade dos dados divulgados sobre a mortalidade por Covid-19, portanto, não dependem apenas da presença de instituições democráticas ou de um aparato estatal robusto, mas da maneira como essas dimensões se articulam e se legitimam mutuamente em momentos de crise.

Com base em dados de 167 países entre 2020 e 2022, os modelos empíricos testaram três hipóteses centrais. A primeira, de que democracias tendem a adotar respostas mais intensas e transparentes, recebeu apoio parcial. A democracia não apresentou efeitos significativos sobre a intensidade das políticas públicas (medido pelo OxCGR), mas esteve associada a menor opacidade na divulgação de dados, sugerindo maior integridade informacional devido à presença de mecanismos institucionais de *accountability* horizontal e maior pressão social por transparência pública.

A segunda hipótese, referente ao papel da capacidade estatal, foi confirmada. Tanto a capacidade administrativa, quanto a coercitiva, mostraram associação positiva com a intensidade das respostas, e negativa com a opacidade dos dados governamentais divulgados, especialmente em contextos com menor nível democrático. A terceira hipótese, que propõe um efeito interativo entre democracia e capacidade estatal, também foi corroborada. Os modelos com termos de interação demonstraram que, à medida que o nível democrático aumenta, o efeito

positivo capacidade estatal sobre a intensidade das medidas de combate à pandemia, assim como o efeito negativo sobre a opacidade dos dados governamentais divulgados, são atenuados.

Esse achados produzem implicações relevantes para três frentes da literatura em Ciência Política: os estudos sobre regimes políticos e democracia, o campo da capacidade estatal e das políticas públicas em contextos emergenciais. Em primeiro lugar, relativiza-se a expectativa segundo a qual democracias, por definição, ofereceriam melhores respostas em situações de crise. A pesquisa mostra que o desempenho de regimes democráticos é condicionado por estruturas institucionais que, embora promovam legitimidade e transparência, impõem limites à ação executiva intensa. Em segundo lugar, os resultados ressaltam a importância de distinguir entre capacidade estatal latente e ação. Ter recursos administrativos e coercitivos não implica, automaticamente, em sua mobilização efetiva. A decisão de ativar tais capacidades é moldada por incentivos políticos e normas institucionais, assim como pela opinião e percepções públicas. Por fim, no campo das políticas públicas, destaca-se que o desempenho governamental não deve ser avaliado apenas pela rigidez/intensidade das ações. É preciso considerar também a transparência e a confiabilidade dos dados públicos.

A transparência/ opacidade informacional, operacionalizada aqui como a taxa de subnotificação de mortes, revelou-se uma variável substantiva para aferir a integridade estatal em regimes com diferentes níveis de *accountability*. Sua inclusão como desfecho empírico ampliou o alcance analítico do trabalho. Demonstrou, ainda, que a manipulação informacional não é apenas um artefato de regimes autoritários, mas uma variável dependente explicável por interações institucionais.

Como toda investigação empírica, esta pesquisa apresenta limitações que devem ser reconhecidas, não como fragilidades, mas como marcos delimitadores do escopo analítico. O desenho quantitativo e comparativo adotado, com ênfase em modelos de regressão linear aplicados a uma amostra de mais de 160 países, permitiu identificar padrões gerais e testar hipóteses com validade externa elevada. No entanto, esse mesmo desenho impôs restrições quanto à capacidade de captar processos causais mais finos, históricos ou institucionalmente específicos.

Uma limitação importante deste estudo é a utilização de dados agregados por país, o que impossibilita capturar variações subnacionais relevantes, especialmente em Estados federativos ou descentralizados. Essa opção metodológica foi orientada pelo objetivo de realizar uma comparação institucional em larga escala, com foco na relação entre regime

político/democracia, capacidade estatal e as variáveis dependentes. No entanto, reconhece-se que análises futuras poderiam aprofundar essa abordagem utilizando dados subnacionais, como as versões estaduais do OxCGRT, registros nacionais de mortalidade ou estudos de caso comparativos; para explorar como capacidades estatais são mobilizadas de maneira diferenciada dentro de um mesmo país.

A principal originalidade metodológica desta tese reside no uso de dois desfechos empíricos complementares, quais sejam a intensidade formal das medidas adotadas (OxCGRT) e a transparência e confiabilidade dos dados (subnotificação de mortes), além da desagregação conceitual e empírica da capacidade estatal em dimensões administrativa e coercitiva. Essa dupla estratégia permite distinguir com mais precisão os mecanismos que operam em regimes autoritários e democráticos, e supera limitações presentes em estudos anteriores, como os que utilizam apenas um indicador de burocracia imparcial como *proxy* de capacidade estatal.

Ao desenvolver esse modelo em língua portuguesa, com base empírica ampla e comparada, a pesquisa contribui diretamente para o fortalecimento da produção em Ciência Política no Brasil. A combinação entre o *Oxford Covid-19 Government Response Index* (OxCGRT) e a subnotificação de mortes permitiu analisar, de forma complementar, tanto a intensidade formal das medidas, quanto a qualidade da informação epidemiológica divulgada.

Além disso, a utilização da subnotificação como variável dependente, em vez do excesso de mortes absoluto, ofereceu uma medida mais precisa da integridade estatal, ao isolar o componente de manipulação ou falha informacional contido nos dados oficiais, especialmente relevante em regimes autoritários. Essa decisão metodológica permitiu avaliar, de forma mais robusta, os efeitos institucionais sobre a confiabilidade dos dados públicos, contribuindo para ampliar o debate sobre transparência, qualidade da informação e *accountability* em políticas de saúde pública.

Como agenda futura para estudos sobre crises, esta tese sugere quatro caminhos. Primeiro, é importante aprofundar as análises subnacionais em países federativos ou descentralizados. Investigar diferenças regionais e locais permitirá uma compreensão mais detalhada e precisa sobre como instituições locais afetam as respostas às crises, especialmente considerando a variação na capacidade estatal e na *accountability* entre regiões e municípios de um mesmo país.

Em segundo lugar, futuros estudos poderiam explorar o papel das percepções públicas e da confiança nas instituições sobre a adesão a medidas emergenciais. Para isso, seria

interessante integrar métodos quantitativos, como *surveys* de opinião pública, com métodos qualitativos, como entrevistas aprofundadas e grupos focais, permitindo captar aspectos subjetivos e comportamentais das respostas às crises.

Outra via promissora seria comparar diferentes tipos de crises, como econômicas, ambientais e políticas, utilizando a estrutura analítica proposta nesta tese: interação entre regime político e capacidade estatal. Essa comparação permitiria verificar se os padrões encontrados durante a pandemia de Covid-19 se repetem em contextos emergenciais distintos ou se diferentes crises exigem configurações institucionais específicas.

Finalmente, é recomendável investir em abordagens metodológicas que permitam examinar processos causais mais detalhados. Estudos longitudinais ou qualitativos comparados poderiam ajudar a entender melhor os mecanismos específicos pelos quais a interação entre regime político e capacidade estatal influencia as respostas governamentais às crises, complementando as conclusões mais gerais obtidas pelas análises quantitativas aqui realizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Political Origins of Dictatorship and Democracy*. Manuscript, Massachusetts Institute of Technology, 2023.

ACHIM, Monica Violeta; VĂIDEAN, Viorela Ligia; BORLEA, Sorin Nicolae; FLORESCU, Decebal Remus; MUNTEAN, Neli. Democracy and the Covid-19 Pandemic: A Cross-Country Perspective within Cultural Context. *International Journal of Business and Society*, v. 22, n. 2, p. 546-573, 2021. Disponível em: <https://publisher.unimas.my/ojs/index.php/IJBS/article/view/3734>. Acesso em: 1 jul. 2024.

AFSAHI, Afsoun. et al. Democracy in a global emergency: five lessons from the covid-19 pandemic. *Democratic Theory*, Berghahn Journals, v. 7, n. 2, p. v–xix, 2020. Disponível em: [Democracy in a Global Emergency in: Democratic Theory Volume 7 Issue 2 \(2020\)](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

ALBERTUS, Michael; MENALDO, Victor. Coercive Capacity and the Prospects for Democratization. *Comparative Politics*, v. 44, n. 2, p. 151–169, jan. 2012. Disponível em: [Coercive Capacity and the Prospects for Democratization by Michael Albertus, Victor A. Menaldo :: SSRN](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

ALLCOTT, Hunt; BOXEL, Levi; CONWAY, Jacob; GENTZKOW, Matthew; THALER, Michael; YANG, David. Polarization and Public Health: Partisan Differences in Social Distancing during COVID-19. 2020. Disponível em: [Polarization and public health: Partisan differences in social distancing during the coronavirus pandemic - ScienceDirect](#). Acesso em: 01 set. 2023.

ALON, Ilan; FARRELL, Matthew; LI, Shaomin. Regime Type and COVID-19 Response. *FIIB Business Review*, v. 9, n. 3, p. 152-160, 2020. Disponível em: [Regime Type and COVID-19 Response - Ilan Alon, Matthew Farrell, Shaomin Li, 2020](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

ANDERSEN, David Delfs Erbo. *Stateness and Democratic Stability*. [S.l.]: [s.n.], 2017. Disponível em: [politica.dk/fileadmin/politica/Dokumenter/Afhandlinger/david_andersen.pdf](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

ANDERSEN, David; MØLLER, Jørgen; SKAANING, Svend-Erik. The state-democracy nexus: conceptual distinctions, theoretical perspectives, and comparative approaches. *Democratization*, v. 21, n. 7, p. 1203-1220, 2014. Disponível em: [The state-](#)

[democracy nexus: conceptual distinctions, theoretical perspectives, and comparative approach](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

ANNAKA, Susumu. Political regime, data transparency, and COVID-19 death cases. *SSM – Population Health*, v. 15, p. 1-7, 2021. Disponível em: [Political regime, data transparency, and COVID-19 death cases - ScienceDirect](#). Acesso em: 11 mai. 2025.

ARBEL, Yifat; KERNER, Amichai; KERNER, Myriam. Can the Regime Type (Democracy versus Autocracy) Explain the COVID-19 Recovery Rates? *Chinese Political Science Review*, v. 9, p. 110-128, 2022. Disponível em: [Can the Regime Type \(Democracy versus Autocracy\) Explain the COVID-19 Recovery Rates? | Chinese Political Science Review](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

ASLUND, Anders. Responses to the COVID-19 crisis in Russia, Ukraine, and Belarus. *Eurasian Geography and Economics*, v. 61, n. 4-5, p. 532-545, 2020. Disponível em: [Responses to the COVID-19 crisis in Russia, Ukraine, and Belarus: Eurasian Geography and Economics: Vol 61 , No 4-5 - Get Access](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

BADMAN, Richard P. et al. Blessing or Curse of Democracy? Current Evidence from the Covid-19 Pandemic. 2021. Disponível em: [2105.10865](#). Acesso em: 01 jul. 2024.

BAPORIKAR, Neeta. *Handbook of Research on Sustaining SMEs and Entrepreneurial Innovation in the Post-Covid-19 Era*. Hershey, PA: IGI Global, 2021.

BARRETT, Patrick; POOT, Jacques. Islands, remoteness and effective policy making: Aotearoa New Zealand during the COVID-19 Pandemic. *Policy Design and Practice*, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: [https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1757780223002305](#). Acesso em: 1 jul. 2024.

BATLEY, Richard; MCCOURT, Willy; MCLOUGHLIN, Claire. The Politics and Governance of Public Services in Developing Countries. Author accepted manuscript Washington-DC: World Bank. 2012. Disponível em: [http://documents.worldbank.org/curated/en/693321468163465370](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

BEANEY, Thomas et al. Excess mortality: the gold standard in measuring the impact of COVID-19 worldwide? *Journal of the Royal Society of Medicine*, v. 113, n. 9, p. 329-334, 2020. Disponível em: [Excess mortality: the gold standard in measuring the impact of COVID-19 worldwide? - PubMed](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

BESLEY, Timothy; BURGESS, Robin. The Political Economy of Government Responsiveness: Theory and Evidence from India. *Quarterly Journal of Economics*, v. 117, n. 4, p. 1415-1451, 2002. Disponível em: [Political Economy of Government Responsiveness: Theory and Evidence from India* | The Quarterly Journal of Economics | Oxford Academic](https://doi.org/10.1086/34541281). Acesso em: 03 mai. 2025.

BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. *Pillars of prosperity: the political economics of development clusters*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

BOESE, Vanessa A.; EDGELL, Amanda B.; HELLMEIER, Sebastian. How democracies prevail: democratic resilience as a two-stage process. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 885-907, 2021. Disponível em: [Full article: How democracies prevail: democratic resilience as a two-stage process](https://doi.org/10.1086/34541281). Acesso em: 03 mai. 2025.

BOIX, Carles. *Democracy and Redistribution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BORGE, Lars-Erik; FALCH, Torberg; TOVMO, Per. Public sector efficiency: the roles of political and budgetary institutions, fiscal capacity, and democratic participation. *Public Choice*, v. 136, p. 475–495, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11127-008-9309-7>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BUBEN, Radek; KOUBA, Karel. The Causes of Disease Impact Denialism in Nicaragua's Response to COVID-19. *Bulletin of Latin American Research*, v. 39, n. S1, p. 103-107, 2020. Disponível em: [The Causes of Disease Impact Denialism in Nicaragua's Response to COVID-19 - Buben - 2020 - Bulletin of Latin American Research - Wiley Online Library](https://doi.org/10.1080/14494035.2020.1787628). Acesso em: 03 mai. 2025.

CAPANO, Giliberto et al. Mobilizing Policy (In)Capacity to Fight COVID-19: Understanding Variations in State Responses. *Policy and Society*, v. 39, n. 3, p. 285–308, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14494035.2020.1787628>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CASSAN, Guilhem; VAN STEENVOORT, Milan. Political regime and COVID-19 death rate: Efficient, biasing or simply different autocracies? An econometric analysis. *SSM - Population Health*, v. 16, 100912, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34541281/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CAVALCANTE, Pedro; PEREIRA, Ana Karine. Do State capacity dimensions differently affect policy areas' performance? An analysis of bureaucrats' perspective.

Administração Pública e Gestão Social, v. 14, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351570330007>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CDC – Centers for Disease Control and Prevention. Severe Outcomes Among Patients with Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) – United States, February 12–March 16, 2020. 2020. Disponível em: [Severe Outcomes Among Patients with Coronavirus Disease 2019 \(COVID-19\) — United States, February 12–March 16, 2020 | MMWR](https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/69/rr/rr042020a.htm). Acesso em: 28 abr. 2025.

CENTENO, Miguel A.; KOHLI, Atul; YASHAR, Deborah J. (Eds.). *States in the Developing World*. Princeton: Princeton University Press, 2017.

CEPALUNI, Gabriel; DORSCH, Michael T.; BRANYICZKI, Réka. Political Regimes and Deaths in the Early Stages of the COVID-19 Pandemic. *Central European University, Working Paper*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3586767>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CHAK, Tings. Um olhar retrospectivo sobre três anos de luta anti-covid-19 da China. Brasil de Fato. 2023. Disponível em: [Um olhar retrospectivo sobre três anos de luta anti-covid-19 da China – Brasil de Fato](https://brasildefato.com.br/um-olhar-retrospectivo-sobre-tres-anos-de-luta-anti-covid-19-da-china/). Acesso em: 10 out. 2023.

CHARRON, Nicholas; LAPUENTE, Victor; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés. Uncooperative society, uncooperative politics or both? Trust, polarization, populism and COVID-19 deaths across European regions. *European Journal of Political Research*, v. 62, n. 3, p. 781-805, 2023. Disponível em: [Uncooperative society, uncooperative politics or both? Trust, polarization, populism and COVID-19 deaths across European regions - CHARRON - 2023 - European Journal of Political Research - Wiley Online Library](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ejpr.12700). Acesso em: 12 mai. 2025.

CHATZOPOULOU, Sevasti; EXADAKTYLOS, Theofanis. Whose Opinion Is It? Public Debates and Repertoires of Action in Greece During the First Covid-19 Lockdown Period. *Javnost – The Public*, v. 28, n. 2, p. 185-201, 2021. Disponível em: [Whose Opinion Is It? Public Debates and Repertoires of Action in Greece During the First Covid-19 Lockdown Period: Javnost - The Public: Vol 28 , No 2 - Get Access](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/javn.12345). Acesso em: 14 mai. 2025.

CHEIBUB, José Antonio; HONG, Ji Yeon Jean; PRZEWORSKI, Adam. Rights and Deaths: Government Reactions to the Pandemic. 2020. Trabalho apresentado em *SSRN*, 7 de julho de 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3645410>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CHEN, Chinchih; FREY, Carl Benedikt; PRESIDENTE, Giorgio. Disease and democracy: Political regimes and countries responsiveness to COVID-19. *Journal of Economic Behavior and Organization*, v. 212, p. 290-299, 2023. Disponível em: [Disease and democracy: Political regimes and countries responsiveness to COVID-19 - ScienceDirect](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

CHISADZA, Carolyn; CLANCE, Matthew; GUPTA, Rangan. Government Effectiveness and the COVID-19 Pandemic. *Sustainability*, v. 13, n. 3042, 2021. Disponível em: [\(PDF\) Government Effectiveness and the COVID-19 Pandemic](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

CHODICK, Gabriel; WEIL, Clara. COVID-19 DEATH TOLL: The Role of the Nation's Economic Development. 2020. Disponível em: [54027828](#). Acesso em: 14 mai. 2025.

CHUAIRE, María Franco; SCARTASCHINI, Carlos; TOMMASI, Mariano. State capacity and the quality of policies. Revisiting the relationship between openness and government size. *Economics & Politics*, v. 29, n. 2, p. 133-156, 2017.

CINGOLANI, Luciana; THOMSSON, Kaj; CROMBRUGGHE, Denis de. Minding Weber More Than Ever? The Impacts of State Capacity and Bureaucratic Autonomy on Development Goals. *MERIT Working Papers*, n. 52, p. 1-37, 2013. Disponível em: [Minding Weber More than Ever? The Impacts of State Capacity and Bureaucratic Autonomy on Development Goals by Luciana Cingolani, Kaj Thomsson, Denis de Crombrugghe :: SSRN](#). Acesso em: 04 nov. 2025.

COLE, Wade M. Poor and powerless: Economic and political inequality in cross-national perspective, 1981-2011. *International Sociology*, v. 0, n. 0, p. 1-29, 2018. Disponível em: [Poor and powerless: Economic and political inequality in cross-national perspective, 1981–2011](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DEACON, Robert T. Public Good Provision Under Dictatorship and Democracy. *Public Choice*, v. 139, p. 241-262, 2009. Disponível em: [Public good provision under dictatorship and democracy | Public Choice](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

DEMPERE, Juan. A recipe to control the first wave of COVID-19: more or less democracy? *Transforming Government: People, Process and Policy*, v. 15, n. 4, p. 597-611, 2021. Disponível em: [A recipe to control the first wave of COVID-19: more or less democracy? | Emerald Insight](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

DIAMOND, Larry. America's covid-19 disaster is a setback for democracy. *The Atlantic*, v. 16, 2020. Disponível em: [America's COVID-19 Disaster Is a Setback for Democracy - The Atlantic](https://www.theatlantic.com/international/article/590737/americas-covid-19-disaster-is-a-setback-for-democracy/). Acesso em: 12 mai. 2025.

DRYNOVA, Olga. Covid-19 in Belarus: Reaktionen, die alle überraschen. 2020. Disponível em: [Covid-19 in Belarus: Reaktionen, die alle überraschen | Länder-Analysen](https://www.laender-analysen.de/2020/03/covid-19-in-belarus-reaktionen-die-alle-ueberraschen/). Acesso em: 14 mai. 2025.

DVORAK, J. Response of the Lithuanian municipalities to the First Wave of COVID-19. *Social Development in the Baltic Sea Region*, v. 13, n. 1, p. 70-88, 2021. Disponível em: [PDF Response of the Lithuanian municipalities to the First Wave of COVID-19](https://www.researchgate.net/publication/354770030/Response_of_the_Lithuanian_municipalities_to_the_First_Wave_of_COVID-19). Acesso em: 14 mai. 2025.

EASAW, Joshy Z.; LEPPALA, Samuli. Democracy, state capacity and public finance. *Working Paper*. 2019. Disponível em: [Democracy, state capacity and public finance](https://www.researchgate.net/publication/333377000/Democracy_state_capacity_and_public_finance). Acesso em: 12 mai. 2025.

EVANS, Peter; RAUCH, James E. Bureaucracy and growth: A cross-national analysis of the effects of "Weberian" state structures on economic growth. *American Sociological Review*, v. 64, n. 5, p. 748–765, 1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2657374>. Acesso em: 01 jul. 2024.

FERNANDEZ, Maria. The Fragility of Democracy: The Rise of Authoritarianism in Hungary and Poland. *Political Science & International Studies / Senior Theses*, 1 maio. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33015/dominican.edu/2020.POL.ST.02>. Acesso em: 5 out. 2020.

FERNANDEZ, Michelle; MAIA, Bárbara; DUARTE, Ana Tereza. A ciência política e a pandemia da COVID-19: um balanço bibliográfico da produção no Brasil. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 1, n. 98, p. 1–34, 2022. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/581>. Acesso em: 01 jul. 2024.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, v. 16, n. 1, p. 160-185, 2010. Disponível em: [SciELO Brasil - Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial](https://doi.org/10.1590/0104-172X.2010.016.01.003). Acesso em: 15 mai. 2025.

FORTIN-RITTGERBER, Jessica. Exploring the relationship between infrastructural and coercive state capacity. *Democratization*, v. 21, n. 7, p. 1244-1264, 2014. Disponível em: [Exploring the relationship between infrastructural and coercive state capacity: Democratization: Vol 21 , No 7 - Get Access](https://doi.org/10.1080/09535541.2014.895700). Acesso em: 03 mai. 2025.

FRANCK, Thomas. *Trump says coronavirus is the Democrats' "new hoax"*. 2020. Disponível em: [Trump says the coronavirus is Democrats' new 'hoax'](https://doi.org/10.1080/09535541.2020.1718700). Acesso em: 01 set. 2023.

FREIBURGHAUS, Rahel; VATTER, Adrian. Kinder, gentler – and crisis-proof? Consensus democracy, inclusive institutions and COVID-19 pandemic performance. *West European Politics*, v. 46, n. 6, p. 1106-1132, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402382.2022.2156164>. Acesso em: 1 jul. 2024.

FUKUYAMA, Francis. *Political order and political decay: from the industrial revolution to the globalization of democracy*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2014.

FUKUYAMA, Francis. What is governance? *Governance*, v. 26, n. 3, p. 347–368, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gove.12035>. Acesso em: 01 jul. 2024.

FUKUYAMA, Francis. Why is democracy performing so poorly? *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, p. 11–20, 2015. Disponível em: [Why Is Democracy Performing So Poorly? | Journal of Democracy](https://doi.org/10.1215/10675597-26-1-007). Acesso em: 03 mai. 2025.

GALVÁN-GARCÍA, Enrique; MAS-BERMEJO, Pedro. COVID-19 in Cuba: Assessing the National Response. *Medic Review*, v. 22, n. 4, p. 29-34, 2020. Disponível em: [COVID-19 in Cuba: Assessing the National Response - PubMed](https://doi.org/10.1177/0898260319890202). Acesso em: 03 mai. 2025.

GAO, Jinghua; ZHANG, Pengfei. Mechanisms of the Chinese Government's Efforts to Fight COVID-19: Integration of Top-Down Interventions and Local Governance. *Health Security*, v. 20, n. 4, 2022. Disponível em: [Mechanisms of the Chinese Government's Efforts to Fight COVID-19: Integration of Top-Down Interventions and Local Governance - PubMed](https://doi.org/10.1208/hs.2022.122020). Acesso em: 03 mai. 2025.

GASKELL, Jennifer; STOKER, Gerry. Centralized or decentralized: Which governance systems are having a "good" pandemic? *Democratic Theory, Berghahn Journals*, v. 7, n. 2, p. 33–40, 2020. Disponível em: [Centralized or Decentralized in: Democratic Theory Volume 7 Issue 2 \(2020\)](https://doi.org/10.1177/1469238019890202). Acesso em: 03 mai. 2025.

GEDDES, Barbara. *Politician's dilemma: building state capacity in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1994.

GENYS, D.; KRIKSTOLAITIS, R. Interrelation Among COVID-19 Situation, Evaluation of Government Actions and Subjective Well-being in Lithuania. Disponível em: [Interrelation Among COVID-19 Situ... preview & related info | Mendeley](#). Acesso em: 14 mai. 2025.

GERRING, John et al. Democracy and economic growth: a historical perspective. *World Politics*, v. 57, n. 3, p. 323–364, 2005. Disponível em: [Democracy and Economic Growth: A Historical Perspective | World Politics | Cambridge Core](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

GIL, Gabriel; LAGE-CASTELLANOS, A. Estimating undocumented Covid-19 infections in Cuba by means of a hybrid mechanistic statistical approach. 2020. Disponível em: [2008.03332](#). Acesso em: 28 abr. 2025.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (Des)vantagens comparativas do Brasil. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Org.) *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília, IPEA, 2014. Disponível em: [capacidades estatais e democracia web.pdf](#). Acesso em: 04 de nov. 2025.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: A abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília, IPEA, 2014. Disponível em: [capacidades estatais e democracia web.pdf](#). Acesso em: 04 de nov. 2025.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PEREIRA, Ana Karine. Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 5, p. 935-955, 2018. Disponível em: [scielo.br/j/rap/a/GkZQC4fxKjfnJbWpxpXnvKS/?format=pdf&lang=pt](#). Acesso em: 04 de nov. 2025.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PEREIRA, Ana Karine; MACHADO, Raphael. Apresentação: O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. *Sociedade e Cultura*, v. 20, n. 1, p. 3-12, 2017. Disponível em: [Vista do Apresentação - O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica](#). Acesso em: 04 de nov. 2025.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais em ação: A abordagem dos arranjos de implementação de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre; MARENCO, André. (Org.). *Capacidades estatais: avanços e tendências*. Brasília: ENAP, 2024. Disponível em: [caderno_enap_capacidades_estatais_6.pdf](https://www.enap.gov.br/cadernos/caderno_enap_capacidades_estatais_6.pdf). Disponível em: 04 nov. 2025.

GONZÁLEZ, C. Aleida González et al. Government strategies in confronting COVID-19 in the republic of Cuba. *Work*, v. 73, n. 1, p. 95-108, 2022. Disponível em: [Government strategies in confronting COVID-19 in the republic of Cuba - PubMed](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9780722/). Acesso em: 03 mai. 2025.

GOYAL, Nihat; HOWLETT, Michael. “Measuring the Mix” of Policy Responses to COVID-19: Comparative Policy Analysis Using Topic Modelling. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, v. 23, n. 2, p. 250-261, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13876988.2021.1880872>. Acesso em: 01 jul. 2024.

GREER, Scott L.; KING, Elizabeth J.; DA FONSECA, Elize Massard; PERALTA-SANTOS, Andre. The comparative politics of COVID-19: The need to understand government responses. *Global Public Health*, 2020. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/the_comparative_politics_of_covid_19_the_need_to_understand_government_responses.pdf. Acesso em: 1 jul. 2024.

HALE, Thomas et al. A global panel database of pandemic policies (Oxford COVID-19 Government Response Tracker). *Nature Human Behaviour*, v. 5, n. 4, p. 529-538, 2021. Disponível em: [A global panel database of pandemic policies \(Oxford COVID-19 Government Response Tracker\) | Nature Human Behaviour](https://www.nature.com/nature-human-behaviour/abs/10.1038/s41562-021-01230-0). Acesso em: 03 mai. 2025.

HALE, Thomas et al. Pandemic governance requires understanding socioeconomic variation in government and citizen responses to COVID-19. *SSRN Working Paper*, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3641927>. Acesso em: 01 jul. 2024.

HALE, Thomas et al. Variation in government responses to COVID-19. *BSG Working Paper Series*, University of Oxford, 2020. Disponível em: [Variation in government responses to COVID-19 | Blavatnik School of Government](https://www.blavatnik.ox.ac.uk/research/variation_in_government_responses_to_COVID-19). Acesso em: 03 mai. 2025.

HANSON, Jonathan K. State capacity and the resilience of electoral authoritarianism: Conceptualizing and measuring the institutional underpinnings of autocratic power.

International Political Science Review, v. 0, n. 0, p. 1-16, 2017. Disponível em: [State capacity and the resilience of electoral authoritarianism: Conceptualizing and measuring the institutional underpinnings of autocratic power - Jonathan K Hanson, 2018](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

HANSON, Jonathan K; SIGMAN, Rachel. Leviathan's Latent Dimensions: Measuring State Capacity for Comparative Political Research. *The Journal of Politics*, v. 83, n. 4, 2021. Disponível em: [Leviathan's Latent Dimensions: Measuring State Capacity for Comparative Political Research | The Journal of Politics: Vol 83, No 4](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

HOWARD, David H. Inaccurate Comparison of the COVID-19 Response in the United States and Cuba. *American Journal of Public Health*, v. 112, n. 5, p. e4, 2022. Disponível em: [Inaccurate Comparison of the COVID-19 Response in the United States and Cuba - PubMed](#). Acesso em: 14 mai. 2025.

HUSSEIN, Muhammad R. et al. The Relationship Between Democracy embracement and COVID-19 reported casualties worldwide. 2021. Disponível em: [The Relationship between Democracy embracement and COVID-19 reported casualties worldwide | medRxiv](#). Acesso em: 11 mai. 2025.

IACUS, Stefano Maria. Compliance with restrictive measures during the COVID-19 pandemic in Europe: Does political partisanship influence behavioral responses? 2022. Disponível em: [2203.05288](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

ISLAM, Sadequl. Per Capita GDP and Covid-19-Related Deaths: A Cross-Sectional Study. *South Asian Research Journal of Business and Management*, v. 6, n. 3, p. 48-50, 2024.

JAIN, Vageesh; CLARKE, Jonathan; BEANEY, Thomas. Association between democratic governance and excess mortality during the COVID-19 pandemic: an observational study. *J Epidemiol Community Health*. 2022. Disponível em: [Association between democratic governance and excess mortality during the COVID-19 pandemic: an observational study - PubMed](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

JANZ, Nicole. Bringing the Gold Standard into the Classroom: Replication in University Teaching. *International Studies Perspectives*, v. 17, n. 4, p. 1-16, 2015. Disponível em: [Bringing the Gold Standard into the Classroom: Replication in University Teaching | International Studies Perspectives | Oxford Academic](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

JONUNG, Lars. Sweden's Constitution Decides Its COVID-19 Exceptionalism. Working Paper, v. 11, 2020. Disponível em: [Sweden's Constitution Decides Its COVID-19 Exceptionalism by Lars Jonung :: SSRN](https://ssrn.com/abstract=3591000). Acesso em: 14 mai. 2025.

KARABULUT, Gokhan et al. Democracy and COVID-19 outcomes. *Econ Lett.*, v. 203, p. 109840, 2021. Disponível em: [Democracy and COVID-19 outcomes - PubMed](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33800000/). Acesso em: 12 mai. 2025.

KARLINSKY, Ariel; KOBAK, Dmitry. Tracking excess mortality across countries during the COVID-19 pandemic with the World Mortality Dataset. *eLife*, v. 10, e69336, 2021. Disponível em: [Tracking excess mortality across countries during the COVID-19 pandemic with the World Mortality Dataset - PubMed](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33800000/). Acesso em: 14 mai. 2025.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo. The Worldwide Governance Indicators Methodology and Analytical Issues. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 5430, 2010. Disponível em: [World Bank Document](https://www.worldbank.org/en/publications/5430). Acesso em: 12 mai. 2025.

KAVANAGH, Matthew M.; SINGH, Renu. Democracy, Capacity, and Coercion in Pandemic Response: COVID-19 in Comparative Political Perspective. *J Health Polity Policy Law*, v. 45, n. 6, p. 997-1012. Disponível em: [Democracy, Capacity, and Coercion in Pandemic Response: COVID-19 in Comparative Political Perspective - PubMed](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33800000/). Acesso em: 12 mai. 2025.

KERLINGER, Fred Nichols. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. Epu, 1980.

KESALE, Anosysie Mwandulusuya. Leveraging governance strategies adopted by health facility governing committees in responses to COVID-19 outbreak at the local level in Tanzania: A qualitative study. *PLOS – Global Public Health*, v. 2, n. 11, 2022. Disponível em: [Leveraging governance strategies adopted by health facility governing committees in response to COVID-19 outbreak at the local level in Tanzania: A qualitative study | PLOS Global Public Health](https://plos-globalpublichealth.org/article/10.1371/journal.pgph.0010000/). Acesso em: 14 mai. 2025.

KING, Garry. Replication, Replication. *PS: Political Science and Politics*, v. 28, pp. 443-499, 1995. Disponível em: gking.harvard.edu/files/gking/files/replication.pdf. Acesso em: 12 mai. 2025.

KNUTSEN, Carl Henrik; KOLVANI, Palina. Fighting the Disease or Manipulating the Data? Democracy, State Capacity, and the COVID-19 Pandemic. *V-Dem Working Paper Series*, n. 127, Gothenburg: Varieties of Democracy Institute, 2022. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4019437>. Acesso em: 11 mai. 2025.

KOUSI, Timokleia; MITSI, Lefkothéa-Christina; SIMOS, Jean. The Early Stages of COVID-19 Outbreak in Greece: A Review of the National Response and the Socioeconomic Impact. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 1, 2021. Disponível em: [The Early Stage of COVID-19 Outbreak in Greece: A Review of the National Response and the Socioeconomic Impact - PubMed](#). Acesso em: 14 mai. 2025.

KRASNER, Stephen. *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

LAISHRAM, Chinglen; KUMAR, Pawan. Democracies or Authoritarians? Regime Differences in the Efficacy of Handling Covid-19 in 158 Countries. *Indian Journal of Public Administration*, v. 67, n. 3, p. 470-483, 2021. Disponível em: [Democracies or Authoritarians? Regime Differences in the Efficacy of Handling Covid-19 in 158 Countries](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

LAKE, David A.; BAUM, Matthew A. The Invisible Hand of Democracy: Political Control and the Provision of Public Services. *Comparative Political Studies*, v. 34, n. 6, p. 587-621, 2001. Disponível em: [The Invisible Hand of Democracy - DAVID A. LAKE, MATTHEW A. BAUM, 2001](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

LEE, Hocheol; LEE, Hyunju; LEE, Donghwan; LEE, Jinyung; LEE, Jinyung. Government Response to COVID-19 Using Stringency Index Among 151 Countries and Six Regions. *The Lancet Public Health*, 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3631304. Acesso em: 01 jul. 2024.

LEIPZIGER, Lasse Egendal. Democracy and State Capacity Revisited: An Investigation of Democracy's Consequences for State Capacity. *V-Dem Institute Users Working Paper Series*, n. 1, 2016. Disponível em: [Users Working Paper 1](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The new competitive authoritarianism. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 1, p. 51–65, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/jod.2020.0004>. Acesso em: 01 jul. 2024.

LIMA, Fernando T.; BROWN, Nathan C.; DUARTE, José P. Understanding the Impact of Walkability, Population Density, and Population Size on COVID-19 Spread: A Pilot Study of the Early Contagion in the United States. *Entropy*, v. 23, n. 11, p. 1512, 2021. Disponível em: [Understanding the Impact of Walkability, Population Density, and Population Size on COVID-19 Spread: A Pilot Study of the Early Contagion in the United States - PubMed](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8380001/). Acesso em: 03 mai. 2025.

LINDVALL, Johannes; TEORELL, Jan. State capacity as power: a conceptual framework. *STANCE Working Paper Series*, n. 2016:1. Lund University, 2016. Disponível em: <https://www.stanceatlund.org/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

LING, Gabriel Hoh Teck et al. Factors Influencing Asia-Pacific Countries' Success Level in Curbing COVID-19: A Review Using a Social-Ecological System (SES) Framework. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 4, p. 1704, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33578829/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

LOTT, John R. Public schooling, indoctrination, and totalitarianism. *Journal of Political Economy*, v. 107, pp. 127-157, 1999. Disponível em: [Public Schooling, Indoctrination, and Totalitarianism on JSTOR](https://www.jstor.org/stable/10.1086/200001). Acesso em: 12 mai. 2025.

MA, Yan et al. The relationship between time to a high COVID-19 response level and timing of peak daily incidence: an analysis of governments' Stringency Index from 148 countries. *Infectious Diseases of Poverty*, v. 10, n. 1, p. 96, 2021. Disponível em: <https://idpjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40249-021-00880-x>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MAHDI, Adam et al. OxCOVID19 Database, a multimodal data repository for better understanding the global impact of COVID-19. *Nature Scientific Reports*, v. 11, n. 9237, 2021. Disponível em: [OxCovid19 Database, a multimodal data repository for better understanding the global impact of COVID-19 | Scientific Reports](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8380001/). Acesso em: 03 mai. 2025.

MANN, Michael. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. *European Journal of Sociology*, v. 25, n. 2, p. 185–213, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0003975600004239>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MAO, Yixin. Political institutions, state capacity, and crisis management: a comparison of China and South Korea. *International Political Science Review*, v. 42, n. 3, p. 316–332, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192512121994026>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MAOR, Moshe; HOWLETT, Michael. Explaining variations in state COVID-19 responses: psychological, institutional, and strategic factors in governance and public policy-making. *Policy Design and Practice*, v. 3, n. 3, p. 228-241, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25741292.2020.1824379>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MAS-BERMEJO, Pedro et al. Equity and the Cuban National Health System's Response to COVID-19. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 45, p. 1-9, 2021. Disponível em: [Equity and the Cuban National Health System's response to COVID-19 - PubMed](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8353111/). Acesso em: 03 mai. 2025.

MARDIYANTA, Antun; WIJAYA, Calvin Nathan. Policy capacity during COVID-19 in Asia: A systematic literature review. *Journal of Public Affairs*, e2835, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/pa.2835>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MARQUARDT, Kyle L. et al. Experts, coders and crowds: An analysis of substitutability. *International Political Science Review*, 2024. no prelo. Disponível em: [Experts, coders and crowds: An analysis of substitutability - Kyle L Marquardt, Daniel Pemstein, Constanza Sanhueza Petrarca, Brigitte Seim, Steven Lloyd Wilson, Michael Bernhard, Michael Coppedge, Staffan I Lindberg, 2024](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ips.10400). Acesso em: 03 mai. 2025.

MATHER, Thais P. Salazar et al. Love in the time of COVID-19: negligence in the Nicaraguan response. *The Lancet Global Health*, v. 8, n. 6, 2020. Disponível em: [Love in the time of COVID-19: negligence in the Nicaraguan response - The Lancet Global Health](https://www.thelancet.com/journals/lghol/article/101480). Acesso em: 03 mai. 2025.

MATHIEU, Edouard et al. Excess mortality during the Coronavirus pandemic (COVID-19). 2020.1. Disponível em: <https://ourworldindata.org/excess-mortality-covid#what-is-excess-mortality>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MATHIEU, Edouard et al. Coronavirus Pandemic (COVID-19). 2020.2. Disponível em: <https://github.com/owid/covid-19-data/tree/master/public/data>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MATTHEWS, Miriam; LEVIN, Shana; SIDANIUS, Jim. A longitudinal test of the model of political conservatism as motivated social cognition. *Political Psychology*, v. 30, n. 6, p. 921-936, 2009. Disponível em: [A Longitudinal Test of the Model of Political Conservatism as Motivated Social Cognition on JSTOR](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9221.2009.00821.x). Acesso em: 03 mai. 2025.

MAUGERI, Andrea. Estimation of Unreported Novel Coronavirus (SARS-CoV-2) Infections from Reported Deaths: A Susceptible-Exposed-Infectious-Recovered-Dead Model. *Journal of Clinical Medicine*, v. 9, n. 5, p. 1350, 2020. Disponível em: [Estimation of Unreported Novel Coronavirus \(SARS-CoV-2\) Infections from Reported Deaths: A Susceptible-Exposed-Infectious-Recovered-Dead Model - PubMed](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge University Press, Cambridge, 2001.

MEDINA-MENDIETA, Juan Felipe; CORTÉS-CORTÉS, Manuel; CORTÉS-IGLESIAS, Manuel. COVID-19 Forecasts for Cuba Using Logistic Regression and Gompertz Curves. *Medic Review*, v. 22, n. 3, p. 32-39, 2020. Disponível em: [COVID-19 Forecasts for Cuba Using Logistic Regression and Gompertz Curves - PubMed](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

MELTZER, Allan H.; RICHARD, Scott F. A Rational Theory of the Size of Government. *Journal of Political Economy*, v. 89 n. 5, pp. 914–27, 1981. Disponível em: [A Rational Theory of the Size of Government | Journal of Political Economy: Vol 89, No 5](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

MESQUITA, B. Bueno de.; MORROW, J. D.; SIVERSON, R. M.; SMITH, A. The Logic of Political Survival. Cambridge-MA: MIT, 2003.

MIGDAL, Joel S. *Strong societies and weak states: state-society relations and state capabilities in the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

MIGONE, Andrea Riccardo. The influence of national policy characteristics on COVID-19 containment policies: a comparative analysis. *Policy Design and Practice*, v. 3, n. 3, p. 259-276, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25741292.2020.1804660>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MODI, Chirag et al. How deadly is COVID-19? A rigorous analysis of excess mortality and age-dependent fatality rates in Italy. *medRxiv*, Preprint, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2020.04.15.20067074>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MUNCK, Gerardo Luis; VERKUILEN, Jay. Conceptualizing and Measuring Democracy: Evaluating Alternative Indices. *Comparative Political Studies*, v. 35, n. 1, p. 5-34, 2002. Disponível em: [Conceptualizing and Measuring Democracy - Gerardo L. Munck, Jay Verkuilen, 2002](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

MUTEBI, Simon. From De-Emphasizing Public Health and Social Measures for Covid-19 to Vaccine Acceptance: An Analysis of Two Tanzanian Administration's Responses to Covid-19. *Tanzania Journal of Sociology*, v. 9, n. 2, p. 119-135, 2023. Disponível em: [From De-Emphasizing Public Health and Social Measures for Covid-19 to Vaccine Acceptance: An Analysis of Two Tanzanian Administration's Responses to Covid-19 | Tanzania Journal of Sociology](https://www.tanzaniajournals.org/index.php/TJS/article/view/100). Acesso em: 03 mai. 2025.

NASCIMENTO, Luma Neto do. *Primeiro o Estado, depois a democracia? Uma análise dos efeitos da capacidade estatal no desenvolvimento democrático (1903-2015)*. 2021. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

NORD, Martin et al. When autocratization is reversed: episodes of U-Turns since 1900. *Democratization*, p. 1-24, 2025. no prelo. Disponível em: [Full article: When autocratization is reversed: episodes of U-Turns since 1900](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13698254.2025.2800000). Acesso em: 03 mai. 2025.

NORRIS, Pippa. *Making Democratic Governance Work: How Regimes Shape Prosperity, Welfare and Peace*. 1.^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova*, n. 44, p. 27-54, 1998. Disponível em: [scielo.br/j/ln/a/jbXvTQR88QggqcdWW6vXP8j/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/ln/a/jbXvTQR88QggqcdWW6vXP8j/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 12 mai. 2025.

OLSON, Mancur. *The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation, and Social Rigidities*. New Haven: Yale University Press, 1982.

OSTWALD, Kai; MYINT, Tun. Myanmar: Pandemic in a Time of Transition. In: RAMRAJ, Victor V. *Covid-19 in Asia: Law and Policy Contexts*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

PAPANIKOS, Gregory T. The Demographics of Covid-19 in the European Union. *Athens Journal of Social Sciences*, v. 7, n. 4, p. 279-290, 2020. Disponível em: [PDF The Demographics of Covid-19 in the European Union](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212677220300114). Acesso em: 14 mai. 2025.

PEARSON, Andy A.; PRADO, Andrea M.; COLBURN, Forrest D. Nicaragua's surprising response to COVID-19. *Journal of Global Health*, v. 10, n. 1, p. 1-5, 2020.

PENTEGOVA, Asja. Belarus Response to COVID-19: Political and Economic Issues. In: TROSIC, Sanja Jelisavak; GORDANIC, Jelica. *International Organizations and States' Response to COVID-19*. Belgrado: Institute of International Politics and Economics, 2021.

PETERSEN, German. Democracy, Authoritarianism, and COVID-19 Pandemic Management: The Case of SARS-CoV-2 Testing. 2020. Disponível em: [\(PDF\) Democracy, Authoritarianism, and COVID-19 Pandemic Management: The Case of SARS-CoV-2 Testing](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

PETRIDOU, Evangelina. Politics and administration in times of crisis: Explaining the Swedish response to the COVID-19 crisis. *European Policy Analysis*, v. 6, n. 2, p. 147-158, 2020. Disponível em: [Politics and administration in times of crisis: Explaining the Swedish response to the COVID-19 crisis - Petridou - 2020 - European Policy Analysis - Wiley Online Library](#). Acesso em: 14 mai. 2025.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Análise comparativa: Arranjos de implementação e resultados de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília, IPEA, 2014. Disponível em: [capacidades estatais e democracia web.pdf](#). Acesso em: 04 de nov. 2025.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre. Governança e capacidades estatais a partir da abordagem dos arranjos e instrumentos de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; BOSCHI, Renato Raul. (Org.). *Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: [Capacidades estatais em países emergentes : o Brasil em perspectiva comparada](#). Acesso em: 04 de nov. 2025.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016. Disponível em: [06.vp](#). Acesso em: 04 de nov. 2025.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Arranjos de implementação e ativação de capacidades estatais para políticas públicas: uma abordagem analítica. *Revista de Sociologia e Política*, v. 32, n. e22, p. 1-17, 2024. Disponível em: [scielo.br/j/rsocp/a/F74NYCkzkVfKPMFp3q6Bx9B/?format=pdf&lang=pt](#). Acesso em: 04 de nov. 2025.

PUTRI, Ananda Ramadhani; SIREGAR, Roqsunnisa Dienda Arnauly; AVIVI, Yusron. Myanmar Government's Response to the Emergency Condition of Humanity and Health Crisis in the COVID-19 Pandemic. *Journal of ASEAN Dynamics and Beyond*, v. 1, n. 2, p. 84-94, 2021. Disponível em: [Myanmar Government's Response to the Emergency Condition of](#)

[Humanity and Health Crisis in the COVID-19 Pandemic | Putri | Journal of ASEAN Dynamics and Beyond](#). Acesso em: 14 mai. 2025.

REIERSEN, Jon; ROMERO-HERNÁNDEZ, Manuel; ADÁN-GONZÁLEZ, Romén. Government Reactions, Citizens' Responses, and COVID-19 around the World. *Int J Environ Res Public Health*, v. 19, n. 9, p. 5667, 2022. Disponível em: [Government Reactions, Citizens' Responses, and COVID-19 around the World - PubMed](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

RIBEIRO, Haroldo V et al. City size and the spreading of COVID-19 in Brazil. *PLOS One*, v. 15, n. 9, p. e0239699, 2020. Disponível em: [City size and the spreading of COVID-19 in Brazil](#). Acesso em: 14 mai. 2025.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias; TESSMANN, Mathias Schneid; KUMAGAWA, Renan Makoto da Silva. The Relationship Between Per Capita Income and Mortality by COVID-19 of Countries. *Journal of Health Management*, v. 26, n. 1, p. 59-65, 2024. Disponível em: [The Relationship Between Per Capita Income and Mortality by COVID-19 of Countries](#). Acesso em: 14 mai. 2025.

SAHA, Sarani. City-level analysis of the effect of political regimes on public good provision. *Public Choice*, v. 147, pp. 155-171, 2011. Disponível em: [City-level analysis of the effect of political regimes on public good provision | Public Choice](#). Acesso em: 12 mai. 2025.

SANSA, Nuhu A. Effects of the COVID-19 Pandemic on the World Population: Lessons Adopt from Past Years Global Pandemics. 2020. Disponível em: [Effects of the COVID-19 Pandemic on the World Population: Lessons to Adopt from Past Years Global Pandemics by Nuhu A. Sansa :: SSRN](#). Acesso em: 28 abr. 2025.

SCHUMAN, Hope; IBARRA, Mason. Interpreting COVID-19 Deaths Through GDP per Capita. *SACAD: Scholarly Activities*, v. 2023, n. 9, 2023. Disponível em: ["Interpreting COVID-19 Deaths Through GDP per Capita" by Hope Schuman and Mason Ibarra](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

SCHWARTZ, Jonathan. The impact of state capacity on enforcement of environmental policies: the case of China. *Journal of Environment & Development*, v. 12, n. 1, p. 50–81, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1070496502250438>. Acesso em: 01 jul. 2024.

SERIKBAYEVA, Balzhan; ABDULLA, Kanat; OSKENBAYEV, Yessengali. State Capacity in Responding to COVID-19. *International Journal of Public Administration*, v. 44,

n. 11-12, p. 920-930, 2021. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/taf/lpadxx/v44y2021i11-12p920-930.html>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SHENG, Li. Comparison Between Authoritarian and Democratic Countries in the Pandemic Era. In: *How COVID-19 Reshapes New World Order: Political Economy Perspective*. [S.l.: s.n.], 2022. p. 47-82. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355361309_Comparison_Between_Authoritarian_and_Democratic_Countries_in_the_Pandemic_Era. Acesso em: 01 jul. 2024.

SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (org.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 3-37.

SOBIERAJ, Janusz; METELSKI, Dominik. Governments' Responses to COVID-19 and the Implications of the Governance and Control of the Pandemic. *Social Science Research Network*, 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3707251. Acesso em: 01 jul. 2024.

SOIFER, Hillel David. State power and the economic origins of democracy. *Studies in Comparative International Development*, v. 48, p. 1-22, 2013. Corrigido em 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12116-016-9227-5>. Acesso em: 01 jul. 2024.

SUZDALTSEV, A. The role of the COVID-19 epidemic in the development of the Belarusian political crisis in 2020. 2022. Disponível em:

TEJADA-VERA, Betzaida; KRAMAROW, Ellen A. COVID-19 Mortality in Adults Aged 65 and Over: United States, 2020. *NCHS Data Brief*, n. 446, p. 1-8, 2022. Disponível em: [COVID-19 Mortality in Adults Aged 65 and Over: United States, 2020 - PubMed](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/355361309/). Acesso em: 03 mai. 2025.

TEORELL, Jan et al. *The V-Dem Democracy Indices: Methodology v8*. University of Gothenburg: V-Dem Institute, 2018. Disponível em: <https://www.v-dem.net/static/website/img/refs/methodologyv8.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

THALER, Kai M. Nicaragua and Covid-19. In: PIETERSE, Jan Nederveen; LIM, Haeran; KHONDKER, Habibul. *Covid-19 and Governance. Crisis Reveals*. Londres: Routledge, 2021.

THE ECONOMIST; SOLSTAD, S. U. The pandemic's true death toll. *The Economist*, 2021. Disponível em: <https://github.com/TheEconomist/covid-19-the-economist-global-excess-deaths-model>. Acesso em: 01 jul. 2024.

TILLY, Charles. *Democracy*. Cambridge University Press, 2007.

TOSHKOV, Dimiter; CARROLL, Brendan; YESILKAGIT, Kutsal. Government capacity, societal trust or party preferences: What accounts for the variety of national policy responses to the COVID-19 pandemic in Europe? *Journal of European Public Policy*, v. 29, n. 7, p. 1009-1028, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13501763.2021.1928270>. Acesso em: 01 jul. 2024.

V-Dem Institute. *V-Dem Codebook v14*. University of Gothenburg, 2024. Disponível em: https://v-dem.net/documents/38/V-Dem_Codebook_v14.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

VAN HAM, Carolien; SEIM, Brigitte. Strong states, weak elections? How state capacity in authoritarian regimes conditions the democratizing power of elections. *International Political Science Review*, v. 0, n. 0, p. 1-18, 2017. Disponível em: [Strong states, weak elections? How state capacity in authoritarian regimes conditions the democratizing power of elections - Carolien van Ham, Brigitte Seim, 2018](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13501763.2021.1928270). Acesso em: 03 mai. 2025.

VAN LEWEEN, Florian; PARK, Justin H. Perceptions of social dangers, moral foundations, and political orientation. *Personality and Individual Differences*, v. 47, n. 3, p. 169-173, 2009. Disponível em: [Perceptions of social dangers, moral foundations, and political orientation - ScienceDirect](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0893320008004307). Acesso em: 03 mai. 2025.

VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE. *V-Dem Dataset - Version 14*. Gothenburg: University of Gothenburg, 2024. Disponível em: <https://www.v-dem.net/data/the-v-dem-dataset/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

WAGSCHAL, Uwe. The influence of democracy, governance and government policies on the COVID-19 pandemic mortality. *European Policy Analysis*, v. 8, n. 2, p. 231-247, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35937045/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

WEBB, Erin. Lessons learned from the Baltic countries' response to the first wave of COVID-19. *Health Policy*, v. 126, n. 5, p. 438-445, 2022. Disponível em: [Lessons learned from the Baltic countries' response to the first wave of COVID-19 - ScienceDirect](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0898260321001307). Acesso em: 03 mai. 2025.

- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.
- WEISS, Linda; THURBON, Elizabeth. Explaining divergent national responses to COVID-19: an enhanced state capacity framework. *New Political Economy*, v. 27, n. 4, p. 697-712, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13563467.2021.1994545>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- WIESNER, Karoline; BIEN, Sascha; WILSON, Matthew Charles. The principal components of electoral regimes: separating autocracies from pseudo-democracies. *Royal Society Open Science*, v. 11, artigo 240262, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rsos.240262>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- WIGLEY, Simon. Regime type and data manipulation: evidence from the COVID-19 pandemic. *MedRxiv Preprint*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2022.12.11.22283310>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- WINBLAD, Ulrika; SWENNING, Anna-Karin; SPANGER, Douglas. Soft law and individual responsibility: a review of the Swedish policy response to COVID-19. *Health Economics, Policy and Law*, v. 17, n. 1, p. 48-61, 2022. Disponível em: [Soft law and individual responsibility: a review of the Swedish policy response to COVID-19 - PubMed](#). Acesso em: 03 mai. 2025.
- WOLFF, Jonas. From the Varieties of Democracy to the defense of liberal democracy: V-Dem and the reconstitution of liberal hegemony under threat. *Contemporary Politics*, v. 29, n. 1, p. 1-21, 2023. Disponível em: [Full article: From the Varieties of Democracy to the defense of liberal democracy: V-Dem and the reconstitution of liberal hegemony under threat](#). Acesso em: 03 mai. 2025.
- WOO, Jun Jie. Pandemic, politics and pandemonium: political capacity and Singapore's response to the COVID-19 crisis. *Asia & the Pacific Policy Studies*, v. 7, n. 3, p. 310-324, 2020. Disponível em: [Pandemic, politics and pandemonium: political capacity and Singapore's response to the COVID-19 crisis](#). Acesso em: 01 jul. 2024.
- WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 2010.
- XU, Weiwei; WU, Jing; CAO, Lidan. COVID-19 pandemic in China: Context, experience and lessons. *Health, Policy and Technology*, v. 9, n. 4, p. 639-648, 2020. Disponível em: [COVID-19 pandemic in China: Context, experience and lessons](#). Acesso em: 01 jul. 2024.

em: [COVID-19 pandemic in China: Context, experience and lessons - ScienceDirect](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S096025602030001X). Acesso em: 03 mai. 2025.

YANEZ, N. David et al. COVID-19 mortality risk for older men and women. *BMC Public Health*, v. 20, n. 1742, p. 1-7, 2020. Disponível em: [COVID-19 mortality risk for older men and women - PubMed](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

YAO, Lan et al. Variations of COVID-19 mortality are affected by economic disparities across countries. *Science of the Total Environment*, v. 832, p. 154770, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9506267/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

YAO, Lan et al. Mortality in Four Waves of COVID-19 Is Differently Associated with Healthcare Capacities Affected by Economic Disparities. *Tropical Medicine and Infectious Disease*, v. 7, n. 9, p. 241, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8949690/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

YAO, Lan et al. Democracy and case fatality rate of COVID-19 at early stage of pandemic: a multicountry study. *Environmental Science and Pollution Research*, v. 29, n. 6, p. 8694-8704, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11356-021-16250-x>. Acesso em: 1 jul. 2024.

YEN, Wei-Ting et al. The imperative of state capacity in public health crisis: Asia's early COVID-19 policy responses. *Governance*, v. 35, n. 3, p. 777–798, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gove.12695>. Acesso em: 01 jul. 2024.

ZANIN, Mark et al. The public health response to the COVID-19 outbreak in mainland China: a narrative review. *Journal of Thoracic Disease*, v. 12, n. 8, p. 4434-4450, 2020. Disponível em: [The public health response to the COVID-19 outbreak in mainland China: a narrative review - PubMed](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

ZESTANAKIS, Panagiotis. Cultural responses to the COVID-19 crisis in Greece: The first wave (March-May 2020). *Journal of European Studies*, v. 53, n. 1, p. 70-84, 2023. Disponível em: [Cultural responses to the COVID-19 crisis in Greece: The first wave \(March-May 2020\) - PMC](#). Acesso em: 03 mai. 2025.

ZHAO, Yue; DILIP, Deepika. Survival Analysis of Covid-19 on Democracy with Cox Proportional Hazards Model. 2020. Disponível em: [Survival Analysis of COVID-19 on Democracy with Cox Proportional Hazards Model | Research Square](https://www.researchsquare.com/article/233333). Acesso em: 11 mai. 2025.